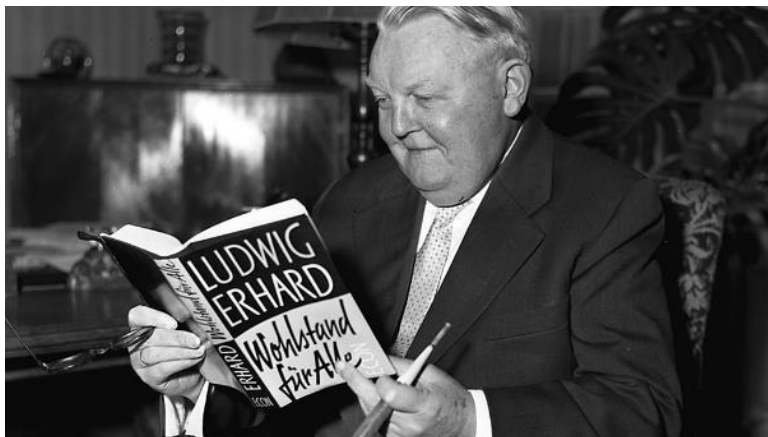


Bem-Estar para Todos

(selecção de excertos)



Ludwig Erhard



+Liberdade

Bem-Estar para Todos

(selecção de excertos)

1. O “fio vermelho”¹

Pouco antes de assumir a direcção da pasta de Economia do primeiro Governo da Alemanha Federal, declarei em Recklinghausen, no congresso da C.D.U.² da zona britânica, em fins de Agosto de 1948, que considerava erradas e que por isso me recusava a deixar recrudescer as ideias subjacentes à anterior estratificação de rendimentos. Com isto pretendia acabar com toda e qualquer dúvida de que a minha intenção era a realização duma constituição económica que levasse ao bem-estar de cada vez mais e mais vastas camadas do nosso povo, adoptando como ponto de partida o desejo de superar definitivamente a antiquada estrutura social conservadora, por meio de um poder de compra cada vez maior para as massas.

Esta hierarquia a que se tinha chegado caracterizava-se, duma parte, por uma diminuta classe privilegiada, que tinha todo o poder de compra, e, doutra, por uma vasta camada inferior, com um poder de compra insuficiente. A nova estrutura da nossa ordem económica devia, pois, criar a condição prévia para que esta situação, contrária a um desenvolvimento progressivo, pudesse finalmente ser superada, e com ela ao mesmo tempo o ressentimento entre “pobres” e “ricos”. Não tenho motivo absolutamente nenhum para renegar as bases materiais e morais em que assentaram os meus esforços. Hoje como outrora, elas continuam a determinar o meu pensamento o meu modo de agir.

O meio mais seguro para alcançar e assegurar qualquer bem-estar é a concorrência. Só ela permite que o progresso económico favoreça todos as pessoas, especialmente na sua função de consumidores, e que sejam eliminadas todas as vantagens que não resultem directamente de uma maior contribuição de trabalho.

Título original: *Wohlstand für Alle*. Primeira edição publicada em 1957, com redacção de Wolfram Langer. Tradução de Ana de Freitas, [publicada originalmente pela Livraria Bertrand em 1963](#). Revisão e selecção de excertos para a presente edição: Pedro Almeida Jorge. Colaboração: Jorge Jotta, Luís Reis, Ricardo Oliveira e Rodrigo Ferreira. Fotografia na capa: Bundesarchiv, B 145 Bild-F004204-0003.

¹ Esta expressão, que reaparece no fim do subcapítulo intitulado «Concorrência contra Egoísmo», tem origem no seguinte facto: a Marinha Real Britânica constatou a determinada altura que o cordame dos seus barcos era roubado. Para evitar tal estado de coisas, passou a fabricar uma corda (e só ela a podia legalmente fabricar) que, no meio de todos os outros fios que a constituíam, levava um *fio vermelho* para a distinguir. Era, portanto, uma *característica específica e constante*. Veja-se no fim do subcapítulo acima mencionado o uso que o autor faz da expressão (N. T.).

² *Christlich-Demokratische Union* – União Democrática Cristã (N. T.).

Por meio da concorrência consegue-se uma socialização, no melhor sentido da palavra, do progresso e do lucro – e, além disso, um incentivo individual para uma maior produtividade. A convicção de que esta é a melhor forma de aumentar o bem-estar tem intrínseco o desejo de proporcionar aos trabalhadores um salário continuamente crescente, em linha com o aumento da produtividade. Mas para alcançar este fim é necessário satisfazer importantes condições prévias.

Não podemos esquecer que o aumento da produtividade da economia deve ser maior que o do consumo. Por isso se visou, desde o começo desta política económica, acima de tudo a expansão da economia, para em primeiro lugar elevar consideravelmente a oferta de bens e, desta maneira, estimular continuamente a concorrência, interessando, principalmente, oferecer possibilidades de emprego ao número crescente daqueles que procuravam trabalho.

Ultrapassado o Ciclo Conjuntural

Estas necessidades prementes exigiam, porém, a anulação da velha lei até então considerada como infalível da evolução cíclica do fenómeno económico. Como é sabido, julgava-se que a economia se desenvolvia por ondas rítmicas. Sete anos seriam mais ou menos o espaço de tempo em que desenvolvimento, auge económico, decadência e crise se completariam, até que desta crise se criariam de novo forças vivificadoras que dariam o começo positivo do próximo ciclo. Durante este longo período em que tenho assumido a responsabilidade da política económica alemã, conseguiu-se todavia quebrar essa rígida cadência e alcançar, por meio de uma melhoria contínua da economia, a harmonização de um pleno emprego com uma conjuntura favorável para toda a comunidade.

Em face desta evolução, compreender-se-ão facilmente a minha ambição e esperança de que a política e as teorias económicas venham a encontrar soluções sistemáticas para dominar esse problema. Quaisquer esforços tendentes a isso só serão todavia coroados de êxito se e enquanto a concorrência não for entravada ou mesmo eliminada por manobras artificiais ou legais.

O perigo da viciação da concorrência ameaça-nos continuamente e dos mais diversos lados. Uma das mais importantes tarefas dum Estado fundado numa ordem social livre é, pois, assegurar a manutenção da livre concorrência. Não é na verdade nenhum exagero, quando afirmo que uma lei anti-cartéis baseada na sua proibição deve ser considerada a “lei económica fundamental” e indispensável. Se o Estado fraqueja neste campo, então não tardará a soçobrar também a “Economia de Mercado Social”. O princípio por esta preconizado é de que nenhum cidadão deverá ter o poder de oprimir a liberdade individual ou de a limitar em nome duma liberdade mal compreendida. “*Bem-estar para todos*” e “*Bem-*

estar através da concorrência” são dois postulados inseparáveis. O primeiro caracteriza o fim, o segundo o meio que conduz a esse fim.

Estas escassas considerações mostram já a diferença fundamental entre a “economia de mercado social” e a economia liberal à moda antiga. Aqueles empresários que, justificando-se com os desenvolvimentos económicos modernos, julgam poder exigir a criação de cartéis situam-se no mesmo plano de ideias dos sociais-democratas que, da automatização, deduzem a necessidade de uma economia dirigida pelo Estado.

Esta reflexão mostra bem porque me parece incomparavelmente mais útil fomentar um aumento do bem-estar através da expansão económica, do que esperar obter esse bem-estar por meio de uma luta infrutífera por uma diferente distribuição do produto social.

Não se pretende com isto de forma alguma afirmar que a actual distribuição do produto social seja porventura a única que está certa e que é eternamente válida. Um exemplo estatístico poderá, todavia, explicar sumariamente o que se pretende dizer: entre 1949 – ano em que o Governo Federal adoptou a política de “economia de mercado social” – e 1961 foi possível elevar o produto social bruto de 139 000 milhões de DM³ para 252 100 milhões de DM [em preços de 1954].

[...]

Esta prova do incontestável sucesso desta política ensina-nos como faz incomparavelmente mais sentido dirigir todas as energias ao dispor da economia nacional para o aumento do rendimento dessa mesma economia, do que desgastar-se em lutas pela distribuição desse mesmo rendimento, fugindo assim do único caminho fecundo: o aumento do produto social. É muito mais fácil dar a cada um um pedaço maior de um bolo que se torna cada vez maior, do que querer sair a ganhar de uma disputa quanto à divisão de um bolo pequeno, porque, nesta última, cada vantagem tem necessariamente de se pagar com uma desvantagem.

Concorrência contra Egoísmo

Posso muitas vezes ter sido censurado pela minha incapacidade de compreender essa forma de pensamento tão estéril, mas o êxito deu-me razão. A política económica alemã permitiu que o rendimento que todos extraem da economia tenha vindo a subir de ano para ano, sem qualquer interrupção. O consumo privado, por exemplo, aumentou entre 1950 e 1961 – note-se bem que mais uma vez me exprimo em preços de 1954 – de 69 para 152 mil milhões de DM, aumento considerável, que, comparado com o estrangeiro, se situa num dos

³ Deutsche Mark – marco alemão.

primeiros lugares. [...] Nem a mais revolucionária reforma da nossa ordem social teria jamais conseguido elevar o consumo privado desta ou daquela classe em sequer uma fracção do aumento de facto alcançado, pois tal tentativa teria conduzido à paralisação e estagnação da economia nacional.

Este cepticismo em relação a todas as lutas a respeito da distribuição “equitativa” do produto social resulta também da convicção de que tais lutas por um aumento de salário, quando baseadas nesse argumento, se aproximam íntima e espiritualmente das diversas tentativas de outras partes interessadas, direi mesmo de camadas inteiras da população, de usufruir de vantagens à custa das outras. Ao pretenderem isto, esquecem-se levemente de que qualquer aumento exigido pressupõe um maior desempenho e contribuição. Em última análise, semelhante atitude – que se deve francamente apelidar de infantil, por se tratar de uma ilusão cega – coloca em perigo as próprias bases do nosso progresso. Também aqui o princípio da concorrência se presta a constituir uma barreira ao egoísmo. Assim como num sistema económico de concorrência saudável não é permitido a um indivíduo reivindicar para si vantagens especiais, também esse tipo de enriquecimento se deve negar a grupos inteiros.

A minha permanente insistência em orientar todos os esforços para uma expansão que não prejudique os fundamentos salutareos da nossa economia e da nossa moeda alicerça-se justamente na convicção de que só dessa maneira me é possível garantir um nível de vida digno e aceitável a todos aqueles que, involuntariamente, devido à velhice, à doença ou por terem sido vítimas de duas guerras mundiais deixaram de poder participar directamente no processo de produção.

O incremento das despesas sociais nos últimos anos prova a exactidão desta tese. O aumento das despesas sociais públicas na República Federal Alemã, de 9800 milhões de DM em 1945 para 41 000 milhões de DM em 1961, assim como a reforma das pensões, só se conseguiram através do progresso económico. Só a expansão económica permitiu também aos pobres participarem cada vez mais no aumento de bem-estar. Se, como se disse, o Governo Federal até está hoje em condições de conceder um novo e substancial aumento das despesas sociais, isso só é possível porque a política económica também permite esperar para o futuro um aumento do nosso produto social.

Se, portanto, como um «fio vermelho»⁴, o desejo de um aumento do bem-estar geral atravessa os longos anos de esforços e tem como única via possível a edificação de uma economia competitiva, então essa política económica encerrará também um alargamento do catálogo das liberdades humanas que são tradicionalmente consideradas básicas.

⁴ Como uma característica específica e constante (ver *N. T.* da pág. 1).

Os Direitos Económicos Fundamentais

Por isto se entende, antes de mais, a liberdade que todo o cidadão tem de organizar a sua vida e consumir aquilo que, no âmbito das suas disponibilidades financeiras, corresponde aos desejos e ideias de cada indivíduo. Este direito democrático fundamental da liberdade de consumo deve encontrar o seu complemento lógico na liberdade do empresário de produzir ou distribuir aquilo que, conforme as circunstâncias do mercado, isto é, conforme a expressão das necessidades de todos os indivíduos, ele considerar necessário e com possibilidades de venda. A liberdade de consumo e a liberdade de actividade económica devem ser sentidas na consciência de todo o cidadão como direitos fundamentais invioláveis e a sua infracção deveria ser punida como um atentado à nossa ordem social. Democracia e economia livre andam tão logicamente ligadas como ditadura e economia estatal.

A realização da ideia do aumento de bem-estar obriga a renunciar a toda a política desonesta que dê preferência ao sucesso aparente em detrimento do progresso autêntico. Quem levar a sério esse desejo tem de preparar-se para se opor energeticamente a todos os ataques contra a estabilidade da nossa moeda. A “economia de mercado social” é inconcebível sem uma consistente política de estabilidade de preços. Esta política é a única forma de assegurar que determinados sectores da população não enriquecem à custa dos outros.

Tentativas nesse sentido foram feitas nestes últimos tempos sob várias formas. Mencionemos aqui por exemplo os acordos dos parceiros sociais, que tiveram como resultado que o aumento de salários ultrapassasse o aumento da produção e com isso se infringisse o princípio da estabilidade de preços. Erro semelhante cometem as empresas que, por esse motivo ou para proveito próprio, julgam poder encontrar uma compensação nos preços altos; e o erro tornar-se-ia em maldição se alguém quisesse fomentar uma evolução conscientemente inflacionária, para, dessa maneira, ficar habilitado a um mais fácil reembolso de empréstimos contraídos. Mas longe de mim exprimir tal suspeita, tanto mais que, como ninguém pode duvidar, tal tentativa conduziria à catástrofe política.

Os sindicatos deviam por isso perguntar-se também a si próprios se, com a sua política salarial reivindicativa, não favorecem os negócios de especuladores irresponsáveis, se essa política conduzir necessariamente ao aumento dos preços. [...]

Porém, não são apenas de ordem económica, mas também sociológica e política, os perigos que nos deverão ameaçar por desenvolvimentos tão errados como esses. Tais ideias, bem analisadas, deveriam levar-nos a incluir a estabilidade da moeda entre os direitos humanos fundamentais, cuja protecção todo o cidadão tem o direito de ver garantida através do Estado.

Vitórias de Pirro que Saem Caras

No entanto, estes princípios só são realizáveis quando a opinião pública se decidir a sobrepô-los a todos os interesses particulares egoístas. Não são precisas mais provas para reconhecer que o impor e o jogar com posições de força coloca em perigo a democracia, nem sequer é preciso ser-se pessimista para chegar à conclusão de que muitas democracias se encontram por isso a atravessar uma das mais graves crises. O problema da integração dos interesses de grupo organizados na estrutura do povo e Estado está muito longe de ter sido satisfatoriamente resolvido. Essa tarefa, que ainda não foi levada a cabo, tem recentemente levado um número cada vez maior de grupos a exigir à economia nacional mais do que esta pode produzir e oferecer. Todos os êxitos conseguidos por essa via já hoje se revelam vitórias de Pirro aos mais clarividentes. Cada cidadão as paga sob a forma das ligeiras subidas de preços que ocorrem literalmente de dia para dia, de hora a hora, em marcos e fénigues.

Não é consolação nenhuma, é antes uma vergonha, que estes êxitos duvidosos sejam na sua maior parte conseguidos à custa daquelas camadas da população que, por motivos sociológicos, não estão em condições de fazer valer o seu ponto de vista de uma maneira tão maciça. Os aumentos de preços mais recentes explicam-se, quase exclusivamente, pelo facto de, por toda a parte, se ter agido contra o que era razoável e de se terem desprezado todas as advertências e súplicas de moderação.

Já é tempo de voltar ao caminho da virtude, tendo em consideração o futuro do nosso jovem Estado democrático. Neste anseio, a política económica e a política social devem tornar-se uma só. A meio do século XX, a prosperidade da economia deve entrelaçar-se intimamente com o destino do Estado, tal como, inversamente, o prestígio de qualquer Governo ou Estado é directamente afectado pelo sucesso ou insucesso da sua política económica. Esta interdependência de política e economia não permite pensar em “compartimentos estanques”. Assim como o economista deve sentir-se responsável pela vida do Estado democrático, assim o político por seu lado é obrigado a reconhecer o transcendente significado da vida económica dos povos e a agir em conformidade.

A “economia de mercado social” vigente na República Federal Alemã tem o direito de ser reconhecida pelos políticos como o factor determinante e actuante na estrutura do nosso Estado democrático, que permitiu, num prazo muito curto, realizar uma obra de reconstrução única na História. Ela não só conseguiu dar pão e emprego a uma população que tinha aumentado em um quarto do seu total, como oferecer a esses seres humanos um nível de vida superior ao dos melhores anos anteriores à guerra. A “economia de mercado social” teve de

percorrer o caminho difícil, porém honesto, da reconstrução – mas foi precisamente com isso que reconquistou a confiança do mundo.

2. O Nascimento da Economia de Mercado

O que havia no princípio, quando em 2 de Março de 1948 fui eleito em Frankfurt presidente da administração económica do Conselho Económico da Zona Aliada? Esta época anterior à reforma da moeda foi mais tarde por mim caracterizada, em 31 de Maio de 1954, em Antuérpia, da seguinte forma:

«Era um tempo em que a maior parte das pessoas não queriam acreditar que esta experiência da reforma monetária e económica podia resultar. Era um tempo em que se calculava que, para cada alemão, só haveria um prato novo de 5 em 5 anos, um par de sapatos de 12 em 12 anos, um fato só de 50 em 50 anos, que só um de cinco bebés podia ter fraldas e que em cada três apenas um alemão tinha a esperança de ser sepultado num caixão. Parecia de facto serem estas as únicas perspectivas que nos acenavam. A prova do ilimitado alheamento das realidades que caracterizava o dirigismo económico estava no facto de se pensar então que o destino dum povo podia ser pré-determinado a longo prazo por um balanço de matérias-primas e outros dados estatísticos. Esses mecanicistas e dirigistas não faziam a menor ideia da força dinâmica que é capaz de surgir quando se permite a um povo retomar consciência do valor e da dignidade que a liberdade representa.»

[...]

A “Inflação de Preços Congelados” Paralisa a Economia

A tentativa, naqueles anos do pós-guerra, de deter a inflação – consequência de uma duvidosa política de financiamento de armamento de 1933 a 1939 e sobretudo dos encargos devidos à guerra, que atingiram cerca de 560 000 milhões de RM⁵ – por meio do congelamento dos preços e da economia dirigida encontrava-se cada vez mais condenada ao fracasso. Assistia-se, pelo contrário, ao fenómeno da «inflação de preços congelados». A superabundância de dinheiro tornava impossível qualquer planeamento económico pela via administrativa. As vendas já não se faziam – ou faziam-se apenas em ínfima quantidade – por meio do comércio regular a retalho ou grossista. As mercadorias acumulavam-se nos

⁵ Reichsmark (designação do marco, anterior a 1945) (N. T.).

armazéns cada vez em maior volume, excepto nos casos em que pudessem ser utilizadas em transações que se compensassem, possibilitando desse modo alguma produção em pequena escala. Tínhamos retrocedido para o estágio primitivo da permuta natural. O índice geral da produção (sem incluir a indústria principal, que era a construção) no primeiro semestre de 1948 andava à volta de 50% do de 1936. Em começos de 1948, o Professor Dr. Wilhelm Röpke constatava igualmente que «a Alemanha está a tal ponto aniquilada e caída num tal caos, que ninguém pode imaginar a não ser vendo com os próprios olhos».

Esta decadência desencadeou naturalmente uma luta tenaz para conseguir os métodos necessários à superação desse caos. Mas nela reinou tudo menos a célebre união que faz a força. Pelo contrário, desencadeou-se na Alemanha Ocidental uma luta entre economia dirigida e economia de mercado, que abalou os espíritos, mais do que seria necessário, quer da parte alemã, quer dos aliados.⁶ Os partidários alemães da economia dirigida tendiam, neste aspecto, a colaborar com as autoridades de ocupação da zona britânica, as quais tinham de corresponder às profecias e ideias do Governo trabalhista dessa época, tanto mais que este se encontrava exactamente no auge das suas experiências de economia dirigida. As forças liberais da Alemanha Ocidental sentiam-se, pelo contrário mais inclinadas para os «americanos». [...]

A Grande Oportunidade

Em meados de 1948 surgiu então a grande oportunidade alemã, que consistiu em fazer coincidir a reforma monetária com uma reforma económica igualmente decisiva, para pôr um merecido e inglório fim ao dirigismo económico administrativo, que tudo condicionava, desde a produção até ao consumidor final, e que, devido às insensatas e exageradas exigências populares, se encontrava totalmente alheado da realidade. Ainda hoje pouca gente há que tenha consciência da coragem e noção de responsabilidade que foram necessárias para dar um tal passo. Os franceses Jacques Rueff e André Pieltre apreciaram posteriormente e da seguinte maneira esta unidade de reformas – económica e monetária:

«O mercado negro desapareceu instantaneamente. As montras transbordavam de artigos, as chaminés das fábricas fumegavam e nas ruas formigavam camiões. Fosse onde fosse, por toda a parte, em vez do silêncio mortal das ruínas ouvia-se o estrépito da construção. Mas se as proporções deste renascimento eram espantosas, mais o era a sua subitaneidade. Ele abrangeu simultaneamente todos os campos da vida económica, no dia em que surgiu a reforma monetária. Somente testemunhas

⁶ Ver, mais abaixo, o capítulo “A Economia de Mercado vence a Economia Dirigida”.

oculares podem dar uma ideia do efeito literalmente instantâneo que a reforma monetária teve no fornecimento dos armazéns e na abundância de mercadorias expostas. Dum dia para o outro as lojas encheram-se de artigos e as fábricas recomeçaram a laborar. Ainda na noite anterior os alemães percorriam desorientados as cidades para arranjar uns escassos víveres suplementares; no dia seguinte já só pensavam em produzi-los. Na véspera, o desânimo estampava-se-lhes nos rostos; no dia seguinte, toda uma nação olhava esperançosamente o futuro.»⁷

De facto, a *economia de mercado* na Alemanha – acontecimento quase único na História – foi introduzida por meio de muito poucas leis e com uma firmeza intransigente. *A vontade de criar algo completamente novo* estava patente no “Decreto-lei do Conselho Económico da Zona Económica Aliada”, de 7 de Julho de 1948, dia em que, num papel de má qualidade, anterior à reforma monetária e hoje já amarelado, se promulga a “lei sobre as directrizes do planeamento económico e da política de preços para o pós-reforma monetária” de 24 de Junho de 1948. Esta lei concedia ao Director da Administração Económica o direito de atirar para o caixote do lixo, directa ou indirectamente e duma só vez, centenas de regulamentações de planeamento económico e de preços. Fui incumbido, no âmbito das directrizes citadas, de “tomar as providências necessárias no âmbito do planeamento económico” e de “determinar com todos os pormenores quais os artigos e produtos que deviam ficar isentos de regulamentação de preços” – o que para mim significava poder eliminar tão rapidamente quanto possível o maior número possível de regulamentações de planeamento económico e de preços.

Um dia depois, saiu o “Despacho para a formação e vigilância dos preços após a reforma monetária”, através do qual dúzias de regulamentações de preços ficaram sem efeito. Nisto seguimos o único caminho possível: renunciámos a discriminar tudo quanto fora anulado e só se mencionou expressamente aquilo que continuava legalmente em vigor. Assim se deu um grande passo no sentido de eliminar uma influência directa da burocracia na economia. No Congresso da C.D.U. da zona britânica, realizado em Recklinghausen em 28 de Agosto de 1948, expliquei porque tomara essas providências:

«Não foi como se tivéssemos tido a possibilidade de escolher livremente o modo de agir racional. O que tivemos de fazer neste aspecto foi quebrar as algemas. Tínhamos de estar dispostos a fazê-lo, para que o nosso povo voltasse a usar de princípios morais e para podermos iniciar uma purificação da nossa economia social.

⁷ *Economia sem Milagre* [“Wirtschaft ohne Wunder”], 1953, editado pela Eugen-Rentsch, Erlenbach/Zurique.

Com a mudança político-económica duma economia dirigida para uma economia de mercado, fizemos mais do que tomar providências estritamente económicas. Edificámos a nossa vida económico-social sobre uma base nova, dando-lhe assim novo começo. Tivemos de renegar a intolerância, que, cercando a liberdade espiritual, conduz à tirania e ao totalitarismo. Tivemos de caminhar para uma ordem que, pela integração voluntária e pela consciência das responsabilidades, ambiciona um todo significativamente orgânico.»

Daquilo que se passou nos bastidores desta transição para a economia de mercado nunca a maior parte do público se apercebeu inteiramente. Só um exemplo: Severos regulamentos das autoridades de controlo americanas e inglesas exigiam, antes de qualquer alteração de preços, uma licença expressa para a mesma ser feita. Aquilo que os aliados todavia não pensaram foi que alguém se podia lembrar, não de alterar essas tabelas de preços, mas de as abolir, pura e simplesmente. Acreditar em tamanha ousadia da parte dum alemão, tão pouco tempo depois do fim da guerra, não cabia nas categorias de pensamento de nenhum Governo, após tão subjugadora vitória.

Foi-me favorável o facto de o General Clay, sem dúvida a mais forte personalidade da Alta Comissão, me ter respaldado e apoiado as minhas ordens. A organização dos preços dos bens de consumo alemães e dos víveres mais essenciais foi por isso subtraída à fiscalização aliada. Este primeiro sucesso não quer dizer de forma alguma que os aliados não tivessem tentado repetidas vezes, nos meses e anos seguintes, influenciar o ressurgimento alemão pelas suas concepções. Com o decorrer do tempo, as disputas sucediam-se umas às outras: sobre o desmantelamento, a redução de impostos, a liberdade da indústria, a fixação de preços de revenda, a criação de repartições especializadas, a reorganização da nossa política de comércio externo, etc., etc.

Estas referências críticas não podem nem pretendem reduzir o sentimento de gratidão que o Governo Federal e todo o povo alemão devem aos E.U.A. e aos seus cidadãos pelo auxílio do Plano Marshall. Este auxílio generoso, até *magnânimo*, ultrapassou, no âmbito do Plano Marshall e dos programas seguintes, entre Abril de 1948 e fins de 1954, a soma de 1500 milhões de dólares, ao que se somaram ainda as importantes contribuições provenientes dos recursos da G.A.R.I.O.A.⁸, anteriores ao começo do Plano Marshall, os quais, entre 1946 e 1950, atingiram 1620 milhões de dólares.

⁸ *Government Appropriations for Relief in Occupied Areas* - Dotações do Governo para Auxílio às Zonas Ocupadas (N. T.)

Greve Geral contra a Economia de Mercado

O segundo semestre de 1948 foi um dos períodos mais dramáticos da história económica alemã. A ideia da liberalização do mercado desafiava as forças ainda persistentes da economia dirigida e muitos acontecimentos e situações não eram também de molde a que se pudesse confiar sem reservas e cegamente nesse avanço para a liberdade. O índice de preços nos primeiros meses após a reforma subiu consideravelmente por toda a parte. E não adiantava de muito repetir constantemente às pessoas que, embora os preços que se encontravam oficialmente fixados em 18 de Junho de 1948⁹ fossem relativamente mais baixos, para esses preços não havia mercadorias, e que todo o preço, agora em DM, era apenas uma fracção do preço de mercado negro em RM dos meses anteriores à reforma monetária.

Foi extremamente importante não nos deixarmos desorientar por esta situação inquietante, nem quando os sindicatos convocaram uma greve geral para 12 de Novembro de 1948, visando, dessa forma drástica, pôr fim à economia de mercado. No Conselho Económico, o barómetro anunciava tempestade. Sim, em quase todas as gavetas das secretárias da Administração Económica, cujo chefe era justamente aquele enérgico adversário das tabelas de preços e do dirigismo, jaziam secretamente e prontos a serem promulgados novos textos dos decretos que se tinham exactamente acabado de abolir. Dentro da própria repartição começava-se a duvidar da justeza das teses do seu chefe.

Em fins de Agosto de 1948, declarei:

«Não recuarei, e a evolução dos acontecimentos dar-me-á razão. Se neste momento, devido à pressão unilateral de factores que elevam o custo da vida e à pressão psicológica da embriaguez de dinheiro, o pêndulo dos preços ultrapassou por todo o lado os limites morais admissíveis, em breve entraremos na fase em que, por meio da concorrência, os preços voltarão ao seu justo valor, nomeadamente a um valor que assegure uma óptima relação entre salários e preços, entre o rendimento nominal e o nível de preços.»

Estas declarações, que nesse tempo não pareciam ajustar-se de forma alguma ao panorama geral, granjearam-me a fama de optimista incorrigível. Quando, alguns meses depois, os factos me deram razão, fui “promovido” a profeta da economia moderna.

A evolução dos acontecimentos confirmou este prognóstico?

Após a reforma, a economia viu-se a braços com um poder de compra da parte dos consumidores que parecia não ter fim, isto é, uma fome de comprar quase ilimitada. Não

⁹ Ou seja, imediatamente antes da liberalização. (N.Ed.)

menos forte era a necessidade de recuperação em todos os ramos da economia. No sector da construção, por exemplo, devido aos estragos da guerra e à necessidade de alojar 8 milhões de refugiados, tinha-se acumulado uma necessidade que dificilmente podia ser satisfeita. Embora, nos primeiros dias após a reforma, a oferta e a procura parecessem bastante equilibradas, o panorama não tardou a modificar-se. O tão discutido e moralmente tão reprovável açambarcamento de produtos em breve pertencia ao passado. O dinheiro voltava a ter o seu antigo significado, tanto para o produtor como para o consumidor.

Neste aspecto provou ser também inteiramente acertado que o capital social exigido para a constituição de empresas fosse propositadamente baixo. Assim se obrigava a economia a escoar rapidamente a produção corrente e a liquidar o *stock* existente.

A Luta contra os Nervos

Por essa altura, a magnitude do entesouramento, que agora se tornava conspícua, embora já antes fosse conhecida, despertou uma grande fúria. Foi necessária uma coragem considerável para dizer o que fazia sentido económico:

«Bem sabem que sou acusado de ser o santo padroeiro dos entesouradores. Porém, não acuso o toque de tais calúnias. Por muito que eu deplore o entesouramento, sinto-me, no entanto, obrigado a apontar que um esvaziamento radical das nossas reservas económicas teria necessariamente conduzido a um esvaziamento do poder de compra libertado pela reforma monetária. A reforma monetária estaria então condenada desde o primeiro dia, ou então a economia teria de ser constringida por meio dos controlos estatais e da fixação de preços. É bom lembrar que o entesouramento, enquanto tal, seria sempre uma manifestação inevitável da reforma monetária; foi um fenómeno levado em consideração na elaboração da mesma. Os protestos são até desonestos, uma vez percebamos claramente que, se não fosse esta almofada estar disponível, a reforma monetária poderia muito bem ter sucumbido.»

As dificuldades provinham de causas facilmente identificáveis. Tanto os rendimentos correntes como a conversão das economias depositadas de RM em DM – no montante de 3500 milhões de DM – fluíam imediata e exclusivamente para o consumo. O meu colaborador próximo, Leonhard Miksch (que faleceu demasiado cedo em 1950), chamou a atenção em Outubro de 1948 para o grande aumento da moeda em circulação desde a reforma monetária, a qual não podia ser influenciada pelas autoridades alemãs. [...]

Nem o facto de a liberalização da economia ter conseguido elevar a produção, de meados de 1948 até ao fim do ano, em cerca de 50% – decerto um êxito considerável da economia de

mercado –, nem isso impediu que os preços subissem ainda mais naqueles meses de Outono, pelo que muitos se sentiram impelidos a lançar pela borda fora as liberdades havia tão pouco tempo reconquistadas. A tentativas desse género só se podia replicar:

«Se entramos em pânico e cedemos à odiosa crítica demagógica, então recuaremos novamente ao estado de escravos; então o cidadão alemão voltará a perder a liberdade que nós acabámos alegremente de lhe restituir; então voltaremos à economia planificada, que pouco a pouco, mas decisivamente, nos conduzirá a uma economia dirigida, a uma economia burocrática, ao totalitarismo.»

A evolução dos preços era de facto assustadora. Pelo fim do ano, todos os preços haviam subido consideravelmente em relação a Junho de 1948. [...] Mas, como tantas vezes acontece na vida económica, o carácter impopular e socialmente desagradável destas medidas tinha os seus lados económicos bons. É possível que estas rectificações de preços tenham, em certa medida, excedido aquilo que era necessário para a adaptação a uma diferente estrutura de despesas, tendo naturalmente surgido ganhos consideráveis para o produtor, que provocaram escândalo e levaram a um panorama social desagradável. Mas, de tais lucros, só uma pequena fracção foi empregada para consumo privado do produtor. O resto substituiu o novo capital de poupança que nessa altura ainda não podia ser mobilizado, ao passo que o antigo foi na sua maior parte aniquilado pela reforma monetária. Pode-se criticar esta maneira de formar capital, mas nessa altura ele foi a base da reconstrução das capacidades que se tinham perdido, ou que haviam sido aniquiladas.

Rumo Equivocado na Política de Impostos

A obrigatoriedade desta evolução permitiu, todavia, que nessa *primeira fase* a seguir à reforma se tivesse podido produzir cada vez mais e que um maior rendimento encontrasse mais mercadorias para comprar. A necessidade de *investir*, que dessa maneira era imposta por via do preço, reflectia-se igualmente na legislação sobre impostos. A lei n.º 64 do Governo Militar, de 20 de Junho de 1948, previa possibilidades de amortização relativamente generosas e uma série de outros benefícios, em vez de uma baixa efectiva de impostos.

Esta forma de legislação fiscal foi depois continuada, quando voltou para as mãos dos alemães. Novos estímulos ao investimento foram sendo criados, ao mesmo tempo que o trabalho adicional era encorajado, deixando isentas de imposto as horas extraordinárias, iniciativas estas que eram um oportuno suplemento à alegria pelo trabalho finalmente readquirida, cujo salário permitia a cada um novamente comprar coisas e organizar a vida à sua vontade.

Um relance às estatísticas referentes às *horas semanais de trabalho* dos operários mostra os efeitos da mudança levada a cabo nesse sector, pois a recuperação da alegria pelo trabalho levou muito em breve ao alargamento das horas de trabalho. A produtividade da indústria, que desde 1950 aumentou em mais de 90%, permite o encurtamento, sem dúvida socialmente desejável, do horário de trabalho, mas esse fenómeno tem de dar-se a pouco e pouco, para não prejudicar o rendimento global da economia da nação e a estabilidade da moeda, uma máxima que é especialmente aplicável ao nosso passado recente.

[...]

Apesar de a legislação fiscal ter, a princípio, auxiliado a reconstrução de forma inteiramente adequada à política económica, mais tarde dera-se início a uma política de impostos que, com o andar dos tempos, viria a estar muitas vezes em contradição com a política económica; por outras palavras, o imposto veio a tornar-se um instrumento de múltiplos favorecimentos do Estado e de influências indesejáveis.

Os Preços Baixam

O optimismo, a princípio ridicularizado, demonstrou, todavia, ser um realismo ajustado: no primeiro semestre de 1950, o nível dos preços do comércio a retalho estava cerca de 10,6% abaixo do do primeiro semestre de 1949. A Alemanha Ocidental era assim excluída do número daqueles estados que pareciam ter-se conformado com uma política de preços a aumentar continuamente. [...]

Houve nitidamente uma viragem na política económica, que hoje se sente ainda claramente e que, a par de consequências altamente positivas, não deixou de ter igualmente influência nos elevados excedentes da balança de pagamentos que entretanto sobrevieram. Como se chegou a esta viragem que parecia a tantos títulos sensacional e que nos seus princípios e na sua orientação básica deriva da política seguida entre fins de 1948 e começos de 1949?

Pode considerar-se como elemento essencial da estabilização a política de salários, que a princípio – mesmo durante o período em que o desemprego era ainda considerável – não acompanhou a subida de preços. A proibição de aumentar os salários continuava ainda em vigor, mas era pouco compatível com uma economia de mercado. Por isso, foi absolutamente natural que, em 3 de Novembro de 1948, saísse uma lei que abolia esse congelamento dos salários. Só então os sindicatos realçaram a sua liberdade de movimentos, fenómeno esse que, de resto, também não seria concebível sem a abolição do dirigismo económico.

Para a relativa moderação da política de salários dos sindicatos deve ter sido certamente decisivo o fracasso da tentativa de derrubar a nova política económica por meio da greve geral de 12 de Novembro de 1948. Nesse dia, deu-se a entender aos dirigentes sindicais, através da opinião pública, que, com a sua implacável campanha contra a economia de mercado, seguiam uma via errada.

O trabalhador compreendera durante os turbulentos acontecimentos até que ponto as instituições vigentes serviam afinal os seus interesses, apesar de muitos aspectos insatisfatórios.

Reina o Pessimismo

Todavia, os sindicatos não eram os únicos nesse tempo a fazer críticas violentas, o que pode comprovar-se por uma vista de olhos aos jornais dessa época. O pessimismo estava no seu auge. Alguns títulos: «Impossível deter os preços» – «Erhard sem saber que fazer» – «O panorama caótico dos preços» – «Economistas especializados a favor dum retorno ao dirigismo», e outros do mesmo teor.

Mas o que parecia talvez ainda pior era que, por toda a economia, as pessoas começavam também a insultar-se mutuamente. Cada um estava pronto a lançar as culpas ao parceiro – a indústria ao comércio, o comércio à indústria, os habitantes da cidade aos do campo e vice-versa. Aqui só havia um caminho a seguir: permanecer firme a todo o custo! Vale a pena insistir nesta situação histórica singular, porque, dada a experiência, podemos com toda a razão afirmar que nenhum outro Governo ou Parlamento posterior teria tido nervos suficientemente fortes para introduzir e conservar o sistema da economia de mercado livre.

O salário bruto do operário, de 0,99 DM por hora em Junho de 1948, subira entretanto para 1,13 DM em Dezembro do mesmo ano, aumento certamente considerável, mas que todavia se fazia acompanhar pelo aumento da produtividade. Em nenhum outro campo se exprime mais significativamente o efeito benfazejo das reformas do que no rendimento da produção por hora de trabalho, que subiu de 62,8% (com base em 1936) em Junho de 1948 para 72,8% em Dezembro e 80,6% em Junho de 1949, isto é, portanto, cerca de 30% no espaço de um ano, a partir do começo da reforma monetária.

[...]

Espelho de Preços e o “Programa Para Todos”

As tentativas da Administração Económica no sentido de uma estabilização dos preços traduziram-se na publicação periódica de um “espelho” de preços que, elaborada em conjunto

com a indústria, o comércio e os sindicatos, visava mostrar qual o preço, calculado de forma rigorosa, podia ser considerado adequado para cada artigo. O primeiro “espelho” de preços de 11 de Setembro de 1948 estipula, entre outros, por exemplo, um preço de 24,50 a 30,00 DM para um par de sapatos de homem. Foi nesta altura que se iniciou o “Programa Para Todos”, em cujo âmbito se produziram, por exemplo, em Agosto de 1948, 700 000 pares de sapatos a preços rigorosamente calculados.

A feliz mudança causada pela conquista do equilíbrio económico foi ainda favorecida pela tendência regressiva dos preços que, desde fins de 1948, se verificou no mercado mundial. Foi além disso muito importante que, graças ao Plano Marshall, o abastecimento de matérias-primas tivesse melhorado, permitindo que, pelo fim de 1948, princípios de 1949, as fábricas aumentassem o seu equipamento em máquinas e matérias-primas. [...] Assim, a primeira fase da reconstrução alemã, a par da instabilidade de preços acima abordada, caracterizou-se por um aumento considerável do salário real e uma vertiginosa subida da produção.

Esta correcção de preços no sentido de se conseguir um equilíbrio num nível nominal diferente demonstrou ser necessária e até forçosa. Cada vez mais nitidamente começava agora a diminuir a discrepância entre os preços e o poder de compra dos consumidores, a favor do comprador. Em poucas semanas, o quadro mudou por completo. Já não se pagava um preço qualquer pelas coisas e as anulações de encomendas aumentavam devido à escassez do dinheiro. Surgiram cabeçalhos como «Alarme no sector dos bens de consumo» e muitos outros, nos quais se patenteava claramente que o pessimismo ameaçava passar para o outro lado.

A Segunda Fase

Enquanto muitos, na primeira fase após a reforma monetária, julgavam que os preços poderiam manter-se altos, receava-se agora, e com a mesma paixão, um *colapso de preços* que já não permitiria à economia cobrir as suas despesas. Todavia, esta baixa de preços, até rebentar a crise da Coreia, mostrou claramente ao consumidor as *retumbantes vantagens da economia de mercado* em comparação com todas as formas de economia estatal. A consciência desse facto teria sido ainda bem mais nítida se o “cidadão comum” estivesse em condições de fazer um confronto de preços com os outros países. Nesse tempo, enquanto na Alemanha Ocidental os preços desciam, noutros países assinalavam-se aumentos substanciais. [...]

Até meados de 1950 – e isso caracteriza este período de *acalmia no clima de preços* – os índices mais representativos tinham descido novamente para o nível inicial de meados de

1948. [...] O efeito da baixa de preços era tanto mais nítido quanto, no mesmo espaço de tempo, os salários aumentaram.

Este movimento começara já na segunda metade de 1948, mas é pelo ano de 1949 que se pode avaliar em toda a sua importância o aumento do salário real. Ao contrário, porém, de períodos posteriores com aumentos de salários ainda maiores, no ano de 1949 o aumento dos salários nominais coincidiu com baixas de preços, provocando assim um aumento especialmente grande dos salários reais. Reside precisamente nisto a característica especial desta *segunda fase* após a reforma de 1948.

O salário bruto do trabalhador industrial aumentou de 1,22 DM por hora em Dezembro de 1948 para 1,33 DM em Dezembro do ano seguinte e para 1,36 DM em Junho de 1950. No mesmo espaço de tempo, o índice do custo de vida, que em Janeiro de 1948 era 168, em Junho de 1950 descia para 151 (1938 = 100). O salário real dos trabalhadores industriais (isto é, a relação entre vencimento semanal bruto e índice do custo de vida) aumentou cerca de 20,5 % durante 1949.

Foi esta tendência oposta entre salários e preços que permitiu dar uma realidade concreta ao fenómeno da “economia de mercado social”. Durante esses meses, pus diante dos olhos de todos esta realidade, para que, através da vida concreta, ficassem claras as leis intrínsecas da economia de mercado, a qual encontra a sua expressão óptima, ou antes, ideal, no aumento do rendimento acompanhado da baixa de preços. Mas também esta fase não foi levada a cabo sem um certo estado de tensão. Os factores que determinaram essa evolução foram sucintamente esboçados: uma adaptação do nível de preços ao poder de compra dos consumidores, a par de um aumento de produção de bens; mas, ao mesmo tempo, uma moderação da conjuntura por meio de excedentes do sector público, acompanhada pelos efeitos retardantes da recessão que se alastrava nos E.U.A., bem como certas necessidades de adaptação resultantes da liberalização iniciada no Outono de 1948 e do aumento das importações.

Estas forças, que todavia foram conscientemente desencadeadas, levaram a que, pela primeira vez numa década e meia, se voltasse a fazer sentir a concorrência internacional no mercado interno alemão. A indústria via-se pela primeira vez forçada, nesta significativa fase dos desenvolvimentos pós-reforma, a rever os seus planos de produção, que haviam sido desenvolvidos à margem do estrangeiro e denunciavam ainda demasiados traços da ideologia autárquica, e a direccionar de novo a atenção para as oportunidades de negócio.

A Entronização do Cliente

A pressão da baixa de preços deu origem a um fenómeno do qual o consumidor alemão

tinha somente uma longínqua reminiscência: o cliente voltava a ser rei; emergia um mercado favorável ao comprador. Foram todavia hesitantes os primeiros passos do consumidor nestes novos horizontes que a política económica alemã lhe abria. Na compreensível expectativa de amanhã ou depois poder comprar ainda mais barato, o consumidor retraía-se, aprendia de novo a ponderar com mais cuidado. Esta reflexão do comprador foi absolutamente indispensável para continuarmos, pois sem essa escola dura não teria sido possível banir da cabeça das pessoas a ideia muito enraizada, mas completamente errada, de que economia de mercado anda estreitamente ligada com um mercado favorável ao vendedor.

Este renascente mercado de compradores teve naturalmente as suas consequências. Enquanto a vontade de investir só tinha em vista uma expansão da capacidade, sentia-se uma nítida reserva. Mas a atitude das empresas foi-se modificando, passando a perceber-se que os aspectos relacionados com a produção propriamente dita não eram os únicos factores determinantes, mas também e cada vez mais os aspectos relacionados com o mercado. O investimento para fins de racionalização da empresa passou então a ter primazia e muitas noções que valiam como conhecimento seguro à luz de um mercado favorável aos vendedores provavam agora ser falsas e insustentáveis.

As estatísticas sobre a evolução da produtividade reflectem nitidamente esta fase. De Dezembro de 1948 a Junho de 1950, o rendimento da produção por hora de trabalho na Alemanha Federal aumentou, em relação a 1936, de 70,3% para 89,0%. Uma racionalização mais profunda teve lugar sobretudo naqueles sectores em que a pressão da concorrência mais se fazia sentir. [...] Escusado será dizer que só estes grandes êxitos da racionalização tornaram possível um aumento de salários sem fazer perigar a estabilidade dos preços.

A Herança do Falso Pleno Emprego

Em face destas vicissitudes, não pôde deixar de acontecer que o desemprego se tornasse um problema muito sério. Esta consequência, decerto desagradável, foi mais um motivo para condenar radicalmente a nova política económica.

Mas essa reacção é igualmente típica da falta de paciência que muitas pessoas patenteiam perante situações que necessariamente se arrastam. Sempre frisei que o mero emprego do trabalhador alemão e do povo alemão na sua totalidade não servia de nada, mas que ele somente teria a sua existência assegurada quando se criassem locais de trabalho seguros, isto é, racionais.

O número de desempregados nessa época, desde os dias do falso pleno emprego, anteriores à reforma da moeda, até fins de 1948, atingiu 760 000. Durante todo o ano de 1949, esse número continuou a aumentar, mesmo durante os meses de Verão. Mês após mês subia

o número de desempregados, que em Janeiro era de 962 000 e atingiu 1 560 000 no fim do ano. Tempos duros para o economista responsável! Mais uma vez se predizia o fracasso da minha política económica.

O número de desempregados não teria sido porém tão elevado, se novos pretendentes não acoressem continuamente à procura de trabalho – muitos dos quais refugiados, que constantemente afluíam. A violência das críticas fazia com que muitos se esquecessem do quão confiantemente as mesmas pessoas que agora – em grande medida por motivos políticos partidários – se exaltavam com a cifra de desemprego tinham previsto, antes da reforma monetária, um exército de 4 a 5 milhões de desempregados para os tempos a seguir. A melhor prova de que o desemprego resultava quase exclusivamente da nova vaga de pessoas que procuravam trabalho são as estatísticas de empregados, que desde fins de 1948 a fins de 1949 assinalam apenas uma regressão de 150 000, ao passo que o auge do desemprego no período mais crítico desse Inverno, isto é, em Fevereiro de 1950, era 1 200 000 mais alto do que nos fins de 1948. Para os entendidos, essa afluência abonava decerto mais a favor do que contra o sistema de economia livre; mostrava, nomeadamente, o número de pessoas que, na Alemanha Ocidental, voltavam a considerar o trabalho rentável e realmente necessário.

Nesta mesma altura, dá-se outro facto igualmente cheio de consequências, cujo significado não é inferior ao da reforma de meados de 1948: a transição para uma política de comércio externo fundamentalmente diferente, que expôs deliberadamente a economia alemã à concorrência internacional. Não podemos ainda deixar de lembrar a importância da desvalorização do DM, que começou em 19 de Setembro de 1949 com 20% e com uma nova fixação da paridade do dólar de 3,33 para 4,20 DM, desvalorização esta que se reflectiu no desenvolvimento do comércio externo.

Vale a pena finalmente frisar, como facto especial, que a República Federal, dentro da tendência de desvalorização de quase todas as moedas europeias, iniciada pela Inglaterra, teve a coragem de, por seu lado, manter-se abaixo das taxas da Grã-Bretanha e da França e assim sujeitar-se a sofrer uma perda de competitividade.

Como a situação mudou pois profundamente durante os primeiros quinze meses do primeiro Governo Federal! Entre Outubro de 1949 e Dezembro de 1950 conseguiu-se uma triplicação das exportações. A liberalização do comércio externo levou, como se esperava, a um aumento tão grande das importações que a nossa balança de pagamentos se tornou deficitária, apesar do aumento de exportações. As importações não só serviam um consumo crescente, como eram indispensáveis por formarem a matéria-prima para fabricar produtos melhorados, destinados à exportação. Este processo exigia tempo – e nervos de aço. Assim,

às misérias do desemprego juntava-se a preocupação com o déficit da nossa balança de comércio externo. [...]

Expansão de Crédito como Remédio Radical?

Numa situação destas, o ministro da Economia não podia ficar de braços cruzados durante mais tempo. O seu diagnóstico da situação foi: “a economia interna encontra-se inibida, as forças de produção existentes não estão aproveitadas ao máximo.” [...] De facto, a minha política pretensamente deflacionista foi nessa época criticada de todos os lados e exigiu-se uma expansão de crédito, pelo que se verificava nitidamente que estes críticos estavam cada vez mais dispostos a pôr em último plano o desejo de uma estabilidade do valor da moeda.

Assim se formava em breve um coro uníssono de críticas acerbas, desde a oposição até aos aliados, tendo estes, por meio de uma violenta “guerra de memorandos”, pretendido dar a primazia ao pleno emprego em detrimento da manutenção da estabilidade da nossa moeda. [...]

Os adeptos da tese inglesa do pleno emprego, os partidários do “dinheiro barato” e da “austeridade”¹⁰ fizeram uma surpreendente aliança com os funcionários americanos da Alta Comissão, que, alarmada pelos excessos de importações, pensava com preocupação no fim do Plano Marshall que se avizinhava. Assim, quase todas as forças se empenhavam num ataque generalizado à economia de mercado alemã, esquecendo que só podíamos assegurar a nossa posição no mercado mundial por meio de um aumento de produção e da livre concorrência, a par de uma moeda estável, se queríamos estabelecer as bases necessárias à garantia do futuro da população da Alemanha Ocidental, que tinha aumentado consideravelmente.

Insurgi-me energicamente contra essa expansão artificial e forçada. Por isso tive de aguentar ser censurado por inactividade, o que era tanto mais grotesco por até então ter sido precisamente acusado de demasiada vitalidade. Para mim não havia qualquer dúvida de que uma política de expansão leviana não só viria a pôr em perigo a estabilidade da moeda, como o equilíbrio da nossa balança de pagamentos a longo prazo. Com isso estaríamos já no começo daquele caminho que, em vez de nos conduzir a uma participação leal no comércio mundial, se tornava desonesto. Considerando o significado vital do nosso comércio externo, era preciso evitar tal desgraça a todo o custo.

¹⁰ Em inglês no original (austeridade) (N. T.).

[...] Na anual reunião da Associação de Estaleiros Alemães – para apresentar um dos muitos exemplos –, em 20 de Setembro de 1950, declarei:

«A política de comércio externo, que, apesar de muitas críticas e de muitas dúvidas, seguimos há perto de nove meses, baseia-se na convicção de que de outro modo não poderíamos cumprir a nossa tarefa económica – por outras palavras, garantir emprego e futuro a mais 12 milhões de seres humanos que antes da guerra –, mas seríamos obrigados a sufocar na penúria, se não arranjassemos maneira de respirar...

Não devemos sobretudo querer obter um êxito aparente, o qual, através de um enfraquecimento progressivo da nossa moeda, que finalmente se tornou estável, nos levaria a uma situação de novo com tendências inflacionistas, voltando a arrancar do bolso do economizador, de uma maneira invisível, o dinheiro que tanto lhe custou a ganhar. Esse seria realmente o método mais execrável que poderíamos imaginar.»

Assim, a actividade da política económica da Alemanha Ocidental, a despeito de todos os conselhos baratos, foi cuidadosamente doseada, por um lado, para reduzir os danos de um desemprego maciço e, por outro, para não pôr em perigo os progressos alcançados, especialmente a segurança do valor interno da nossa moeda e o retorno da Alemanha Ocidental ao mercado mundial, que ela possibilitou. Naqueles dias tumultuosos, impunha-se ser firme e não fazer tudo o que os bons e os maus amigos aconselhavam. Sim, nesse tempo até me vi obrigado a usar de alguns “estratagemas” para fazer frente à pressão política crescente, tendente a impor medidas perigosas que iam além dos fins a atingir.

Remédio Contra a Recessão

Assim, esforcei-me por não me afastar do estreito caminho entre a deflação e a inflação. A lista dos auxílios então concedidos pelo Ministério da Economia e pelo banco emissor mostra que a economia de mercado moderna está absolutamente em condições de combater eficazmente o início de uma recessão sem fazer perigar a estabilidade da moeda.

Em Abril de 1950, o Governo Federal decide baixar alguns impostos e abolir outros, para estimular o consumo e aliviar assim a economia. Mas esta reforma de impostos, a princípio, não teve a aprovação dos aliados, o que estava em contradição com as reclamações por eles apresentadas na autêntica guerra de memorandos na qual se censurava a inactividade alemã. A propósito, podemos aqui lembrar quantas energias tiveram de se gastar nessa época em disputas com os aliados, fosse a respeito das quotas do aço, à forma mais razoável para o desmantelamento e descartelização, ao emprego dos chamados fundos de contrapartida, aos

métodos mais práticos de vencer a carência de dólares ou sobre a ulterior diminuição dos regulamentos económicos. Quase não seria preciso mencionar que esta fase do mercado de compradores me foi oportuna para lançar pela borda fora os restos já irreais de dirigismo e de regulamentos de preços.

[...]

Não Teria Sido Preciso o Conflito da Coreia...

Não corresponderia aos factos históricos querer atribuir exclusivamente à alta provocada pela guerra da Coreia a solução das dificuldades que no país foram vencidas por uma cuidadosa ponderação. A recusa, apesar de toda a oposição, de renunciar à política de uma moeda estável dava já os seus bons frutos. O índice da produção subiu de 90,9 em Janeiro de 1950 para 107,6 em Janeiro do mesmo ano, aumento este de 20% que era consideravelmente maior do que o dos meses correspondentes do ano anterior. [...] O número de desempregados, nesse meio ano, diminuiu em 360 000 e o dos empregados aumentou ainda mais.

Hoje que temos à nossa disposição todos os dados estatísticos sabemos que não teria sido necessário o conflito da Coreia para continuar o crescimento da economia alemã ou acelerar o seu ritmo. O contrário é que é certo: a guerra da Coreia foi muito mais uma fonte de dificuldades para a política económica alemã do que um impulso salutar.

3. A Crise da Coreia e a sua Superação

[...]

A Trindade Ideal

Na transição de 1951 para 1952, a alta provocada pela guerra da Coreia desapareceu definitivamente. A terceira fase da evolução da “economia de mercado” social estava no fim – a fase da *comprovação* e da *manutenção desse sistema de política económica*. A evolução dos acontecimentos foi-nos, todavia, dando igualmente a conhecer os pontos ainda nevrálgicos da nossa economia. A fase seguinte compreende os anos de 1952 e 1953, entrando por 1954, e evidencia-se depois por uma situação económica marcadamente próspera.

O que caracterizou esta quarta fase? Nela se conseguiu a tripla harmonia, que devia ser o *padrão de todo o moderno perito em economia de mercado*: numa produção e

produtividade crescentes, a par de salários nominais subindo dentro destas relações, o aumento do bem-estar, devido aos preços estáveis, ou até descendentes, beneficia a todos. É mesmo de admitir que foi o êxito social desta feliz harmonia que determinou em grande parte o subjugador resultado das eleições de 6 de Setembro de 1953, a favor do ministro da Economia da Alemanha Federal. Nessa altura declarei:

«A nossa política económica favorece o consumidor, que é o único padrão e juiz de todo o acto económico. Esta política de “economia de mercado” social provou perante o mundo que os seus princípios de livre concorrência de produção, livre escolha de consumo e livre ostentação de personalidade garantem melhores resultados económicos e sociais do que qualquer forma de economia oficialmente dirigida ou qualquer economia de força.»

A *produção industrial* dos anos de 1952 e 1953 – se exceptuarmos as quebras normais periódicas – *caracteriza-se por um incremento contínuo*. A partir do baixo nível de Inverno, de Fevereiro de 1952, que foi 128,6 (1936=100), atingiu-se em Novembro o nível máximo de 160,8. A quebra normal que se seguiu em Janeiro de 1953, com 134,0, não conseguiu cortar o impulso dinâmico. A produção de Novembro de 1953 subiu a 175,6. O ano de 1954 é depois caracterizado por um incremento especialmente constante e assim, em Novembro desse ano, atingiu-se o *dobro, quer da produção de 1936, quer da produção da Primavera de 1950*.

Este incremento poderoso é decerto a prova da força inerente à economia alemã, mas demonstra igualmente o vigor da dinâmica política económica lavada a cabo na Alemanha e a *incansável capacidade de trabalho de todas as camadas do povo alemão*. Esta afirmação é tanto mais justa, quanto o aumento do volume da produção não parou ao atingir o dobro do rendimento anterior à guerra. Apesar de toda a problemática que advém do confronto com a produção internacional, não se pode contestar que o índice de progresso da economia alemã ultrapassa os de quase todos os outros países.

[...]

Aumento do Rendimento Colectivo

Este *incremento de cerca de 60% na produção, dentro do prazo de um ano e meio apenas*, foi em grande parte provocado por uma *melhoria do rendimento colectivo*. O aumento de vencimentos e ordenados de funcionários e empregados foi acompanhado dum aumento de salários e pensões e de pagamentos de indemnizações de guerra.

[...]

O mercado mostra-se especialmente próspero quando há preços baixos. A *passagem para a conjuntura favorável colectiva* conseguiu-se pela primeira vez nesta altura, após mais

de duas décadas. A vontade de comprar dos consumidores caracterizou-se, não só pelo aumento do poder de compra de bens de consumo tradicionais, mas sobretudo por uma crescente procura de bens de economia duradouros. *O desejo dum nível de vida mais elevado*, que entre outras coisas se manifestava por uma crescente alegria de viajar, encontrava, cada vez mais, *uma base real, ou antes, realista*.

[...]

Este panorama de economia *florescente e progressiva* reflectiu-se nitidamente nos dados numéricos do comércio externo. Ao passo que o saldo de importações-exportações, em 1949 e 1950, parecia “irremediavelmente” negativo com cerca de 3 mil milhões de DM, em 1951 esse défice diminuiu para 149 milhões e em 1952 transitou para um saldo positivo de 706 milhões de DM na balança do comércio de mercadorias.

[...]

O Erro do Dirigista

O Plano Marshall, que, nos seus 4 anos de duração, proporcionou um auxílio de 106 milhões de dólares, acabou em 30 de Junho de 1952. Foi substituído pelo auxílio económico da M.S.A.¹¹, que, nos seus dois anos seguintes (isto é, até 30 de Junho de 1954), nos concedeu um subsídio de 98 600 000 dólares.

Já aludi aqui ao grande cepticismo que sempre nutri em relação a todos os cálculos “*a priori*” e à crença de que é possível fixar em planos a evolução da economia.

O fim do Plano Marshall pode servir-nos para examinar o plano inicial, que se designou por “Long-Term Plan”¹² (L.T.P.). Foi neste L.T.P., que desde começos de 1949 desempenhou um papel muito importante em todas as discussões político-económicas, que se ancoraram as bases de todas as ideias e projectos económicos, políticos e financeiros até 1952. Os seus objectivos, fixados a partir da estreita colaboração entre as autoridades alemãs e americanas, foram então considerados como demasiado ambiciosos por quase todos os peritos alemães defensores do dirigismo económico. Em que medida a *realidade desmentiu esse pessimismo* pode constatar-se por alguns exemplos:

1. Para 1952/53, o L.T.P. previa uma produção industrial de 110% da de 1936. Na realidade, ela atingiu 145,4%.

¹¹ *Mutual Security Agency* – Organização de Auxílio Mútuo (N.T.).

¹² Em inglês no original (plano a longo prazo) (N.T.)

2. O nível de vida para 1952/53 foi estimado em 20% abaixo do de 1936. Na realidade, o consumo privado por habitante foi, em 1936, de 768 DM e, em 1952/53 de 827 DM (expresso em preços de 1936)

3. O L.T.P. previa para o fim do auxílio do Plano Marshall, no campo da exportação alemã, um rendimento de 2818 milhões de dólares. Na realidade, as exportações montaram a 4040 milhões de dólares em 1952 e a 4420 milhões em 1953.

4. O facto seguinte atesta a relatividade de planos como aquele:

Dizia-se que o aumento da extracção de carvões devia ser estimulado por *todos os meios*, visto o incremento da produção global alemã depender estreitamente das disponibilidades de carvão. Com base nesta teoria, calculou-se como absolutamente indispensável uma extracção diária de 425 000 t. para 1952/53. Apesar de o L.P.T. ter sido largamente ultrapassado em todos os campos económicos, essa extracção diária de carvão nunca passou geralmente de 408 000 t.

O equilíbrio da situação económica permitiu nos tempos seguintes reduzir ainda mais as restrições introduzidas durante a crise da Coreia. Começou-se em 29 de Maio de 1952 por se baixar em 1% a alta taxa de desconto de 6%, seguindo-se mais quatro reduções, até que em 20 de Maio de 1954 se atingiu a *taxa de 3%, baixíssima para a situação económica alemã*.

[...]

O “Impulso Para a Frente”

Naqueles anos, importava sobretudo evidenciar as vantagens da “conjuntura favorável coletiva”, propagar o *impulso para a frente*. Como exemplo, mencione-se um discurso feito aquando da inauguração da Feira Técnica de Hanôver, em fins de Abril de 1953:

«Não vou falar no boato posto a correr de que se satisfizeram todas as carências e sobreveio uma saturação de consumo. Isso é uma blasfémia. Mas sente-se nitidamente algo de diferente, de que fui tomando consciência por toda a parte durante o último trimestre, quando proclamava que devíamos sair do primitivismo do consumo demasiado materialista e esforçarmo-nos por introduzir nos lares alemães, nomeadamente nos lares dos trabalhadores alemães, bens de uso duradouro, tais como frigoríficos, máquinas de lavar, aspiradores e outros.

Objectaram-me que o montante da pensão dum reformado do Estado não chegava e que as pessoas não estavam em condições de pensar num consumo desse género. Evidentemente que não é um reformado do Estado que pode começar por fazer um consumo elevado. Na América também não foram decerto os mais pobres os

primeiros a guiar carros, foram outras classes. Mas a cada passo verificamos que aquilo que hoje é um luxo, torna-se amanhã uma necessidade extensiva a largas camadas e depois de amanhã num bem de consumo de geral.

Se, todavia, não temos a coragem de repelir por toda a parte o ressentimento social, se não podemos suportar que, com novas necessidades advindas da evolução da técnica, uns, talvez sem o merecerem, comecem a consumir o novo produto primeiro do que os outros, então continuaremos todos na pobreza artificial em que temos vivido...

Se não aspirarmos a melhorar continuamente as possibilidades de vida do nosso povo, estamos a minar o solo do progresso técnico e a excluir-nos da esfera dos povos civilizados.

Só poderemos vir a participar num maior e mais próspero desenvolvimento do mundo, se cobrarmos ânimo para consumir.»

[...]

Na segunda exposição de bicicletas e motos, realizada em Frankfurt am Main em 17 de Outubro de 1953, aproveitei a ocasião para discutir o problema tantas vezes debatido de que era preciso combater o excesso de tráfego nas ruas por meio duma política de restrição de motorizadas:

«... Sou de opinião que não interessa ao Estado a maneira como o cidadão quer gastar o seu dinheiro, e que, neste aspecto, portanto, ele não tem de ser professor de moral. Que cada um seja feliz à sua maneira...

É além disso minha convicção que o problema do tráfego também só pode ser resolvido pela expansão. Se o número de veículos aumentou, deve-se fazer tudo quanto é necessário para adaptar as ruas e abrir novas vias de tráfego.»

Ao tempo em que proferi estas palavras, o número de motocicletas, “scooters” e bicicletas motorizadas produzidas, que em 1949 era de 143 800, tinha aumentado para 290 000 em 1951 e 524 400 em 1953. A expansão neste sector económico exprime-se ainda com maior intensidade na produção de carros particulares. Depois de o particular, isto é, o empregado e o trabalhador, começarem a evidenciar-se como compradores de carros, a produção subiu neste sector duma maneira ainda mais acentuada, nomeadamente de 104 055 no ano de 1949 para 1 752 000 em 1961.

Quando, na transição de 1953 para 1954, começou a alastrar a sensação de que os bons anos de prosperidade iam acabar, quando por toda a parte se dizia e receava que o poder e

capacidade de expansão da economia alemã começasse a afrouxar – afirmações sempre acompanhadas dum análise inteligente – vi-me na obrigação de retorquir:

«A economia alemã, comparada com a economia de outros povos europeus, tem estado sempre à frente, no que se refere aos índices de progresso alcançados. Esta dinâmica não deve afrouxar, e, para isso, é necessário reavivar as forças impulsionadoras da conjuntura, isto é, a vontade de investir e de racionalizar, assim como o prazer de consumir.

Não há qualquer motivo lógico que conduza necessariamente a uma paralisação das forças impulsionadoras, pois o nível de vida médio do nosso povo, não obstante os progressos alcançados, mantém-se ainda num plano que desmente que se tenha chegado a um suprimento total de necessidades e a uma assim chamada saturação de consumo.

Importa, portanto, manter em marcha e continuar a aumentar a produção, pois com a produção de bens – e só com ela – se criará também o rendimento nacional, isto é, o poder de compra que assegura as vendas...»

4. A Dominação da Conjuntura

Para o prospectivo, já no decorrer do ano de 1954 se esboçava a transição para a época seguinte, a quinta, da jovem história da economia de mercado, isto é, a transição para a fase de conjuntura altamente favorável. A tarefa que então se impunha não era fácil mais uma vez, pois que urgia, sobretudo, combater activamente o perigo dum exacerbação inflacionista da conjuntura.

A realização desta tarefa mostrou ser tão difícil que muitos tenderam, por isso, a ver o problema unilateralmente, *esquecendo os enormes progressos até então alcançados* em todos os campos da vida social e económica.

[...]

A transição para a conjuntura altamente favorável, realizada em 1954, evidencia-se nitidamente nos índices da produção industrial desta fase. [...]

Estes números indicam como os anos de 1954 e 1955 se podem caracterizar como o período de *apogeu dos investimentos*. Durante este período, a evolução dentro dos sectores da indústria de bens de investimento e de bens de consumo foi muito diferente. Mas ninguém pôde deixar de ter a impressão dum actividade expansiva especialmente intensa.

Este desenvolvimento económico especial foi a princípio muito bem recebido, tanto mais que nessa altura existiam reservas de capacidades de trabalho humano que ainda não tinham sido aproveitadas (2.º quartel de 1954: 1 150 000 desempregados). Ciente da relação existente entre política económica expansiva e elevação do nível de vida social, apoiei essa expansão:

«Ninguém pode contestar que o êxito económico é simultaneamente a base e a causa de todo o progresso social e que só ele pode oferecer um grau elevado de segurança social, pois do nada nem os sindicatos conseguem coisa alguma. Só se pode distribuir um produto social, quando esse produto social é previamente criado.»

Quanto ao ritmo desigual da conjuntura económica no sector de bens de investimento e no de bens de consumo, tentei explicá-lo, exactamente nesta primeira fase do apogeu da conjuntura:

«Pois em face da falta de mão-de-obra, que os prudentes prevêem já há alguns anos, a febre de aumentar a produtividade e de racionalizar foi, naturalmente, já nos últimos dois anos, excepcionalmente intensa. Mas o consumo não lhe pode ficar atrás por muito tempo. Pelo contrário, a tarefa duma boa política económica é cuidar que cada um dos sectores da economia seja pelo menos alternadamente favorecido pela conjuntura. Esta não pode ser igualmente favorável a ambos os sectores. Algum há-de sempre adiantar-se ligeiramente ao outro.»

No segundo semestre de 1954 aproximámo-nos do *pleno emprego*, que, desde a crise dos anos trinta, *era o objectivo mais ambicionado* pelos políticos e teóricos de Economia. [...]

Esta evolução do mercado de trabalho caracteriza-se pelo facto de terem encontrado emprego muito mais pessoas do que as que figuravam nas estatísticas de desemprego. Nos últimos dez anos, a cifra de desempregados baixou em 1 100 000, ao passo que o número de empregados, no mesmo espaço de tempo, aumentou em mais de 6 milhões. [...]

A falta de mão-de-obra já em 1961 se ia tornando progressivamente o problema mais sério que a economia tinha diante de si:

«A melhor solução, que terá igualmente consequências político-económicas e sociais favoráveis, deve procurar-se no incremento da produtividade da nossa economia e para isso temos de aproveitar todas as possibilidades de racionalização. Devemos empregar todos os meios de aumento de produtividade para compensar pela qualidade, isto é, por uma maior eficiência da produção humana, aquilo que nos falta em quantidade.»

Na qualidade de ministro da economia, sempre me esforcei para que da evolução ascendente no sector dos bens de investimento não adviessem inconvenientes e por provar como é necessário e salutar o esforço para melhorar o rendimento do trabalho, como é importante chegar a essa melhoria de produção e elevar a eficiência do trabalho humano através da racionalização. Repetidas vezes frisei que, em pleno emprego, o investimento empreendedor de hoje é o ganho do trabalhador de amanhã.

[...]

Rápida Reacção do Aforrador

Conseguiu-se, pois, não só vencer os prejuízos causados pela guerra, mas também ultrapassar em 45% o nível dos últimos anos de paz, mesmo incluindo as taxas de aumento atingidas em 1956, e conseguir as taxas de aumento atingidas em 1956, e conseguir em relação a 1949 um incremento de 70%. Estes números, *para um observador objectivo, depõem muito mais a favor do sucesso da “economia de mercado” social do que longos comentários.*

Entre os factores económicos que permitiram a conjuntura favorável mas que foram por sua vez também retroactivamente influenciados pelas respectivas circunstâncias de conjuntura próspera, deve citar-se especialmente a *taxa de poupança*. O começo da conjuntura favorável coincide com uma actividade de poupança muito intensa. É por isso justo assinalar 1954, não só como um ano cheio de investimentos, mas também como um *ano de poupança*. Esta paridade, que predominou *também no ano seguinte de 1955*, só desapareceu em 1956. A existência de economias depositadas, desde começos de 1954 até princípios de 1955, elevou-se de 11 550 000 000 para 17 230 000 000 de DM e até à mesma altura de 1956 aumentou ainda em 4 mil milhões de marcos, quer dizer, passou para 21 370 000 000 de DM. Os fundos depositados nas caixas económicas de fomento imobiliário atestam também – naturalmente numa escala inferior – uma evolução igualmente favorável.

Esta grande poupança foi nesse tempo um importante factor de estabilização, pelo que o afrouxamento de poupança que se seguiu deu motivo a preocupações. A existência de economias depositadas acima mencionada, que era de 21 370 000 000 de DM em Janeiro de 1956, elevou-se apenas para 24 280 000 000 de DM até ao fim do ano – o que, em comparação, é uma taxa de aumento mais baixa. Nos últimos anos, porém, tem-se notado mais nítida mudança para melhor. Em fins de 1961 alcançou-se – com um aumento anual de uns bons 7 milhares de milhões de DM – uma existência de economias depositadas de 60 420 000 000 de DM.

A evolução de *formação voluntária de economias* desde a reforma monetária prova ao que *pode levar a confiança da população na estabilidade da moeda*.

A fase inicial da conjuntura favorável foi ainda caracterizada por outro acontecimento significativo, com promulgação da assim chamada lei de fomento de mercado de capital *abriu-se caminho que restituiria* ao mercado do capital a *função* que lhe compete dentro duma economia de mercado.

A partir dessa altura (31 de Dezembro de 1954), as taxas de juros e os rendimentos de vários valores depositados voltaram a equilibrar-se reciprocamente no mercado do capital, segundo regras de economia de mercado. Não obstante a tendência que, devido a isso, se evidenciou simultaneamente para uma baixa das taxas de juros ter sido interrompida em consequência das medidas de política de crédito que se tornaram necessárias perante a evolução da conjuntura, é legítimo supor-se que esses *bons começos não estão enterrados*. O restabelecimento do mercado do capital, juntamente com os rendimentos das economias depositadas em bancos e economias aplicadas em seguros, está cada vez mais em condições de satisfazer as altas necessidades de investimento, sempre que elas surgem no mercado do capital.

Este resumo sobre o valor do mercado do capital autoriza também a esperar um *renascimento do mercado das acções* como uma realização muito próxima.

A conjuntura favorável, acima de tudo, caracterizou duma forma especialmente vincada o desenvolvimento do nosso comércio externo. Tanto o ano de 1954 como o de 1955 foram assinalados por um *incremento muito poderoso do volume do comércio externo*, tendo o saldo activo da balança de comércio em 1955, devido a um maior volume de importações, atingido apenas metade do de 1954. Em 1956, devido a um aumento inesperadamente grande, quer das importações, quer das exportações, a situação alterou-se novamente, de maneira que a nossa balança de comércio registou um saldo activo considerável. Este incremento das exportações foi estimulado por um certo afrouxamento no sector alemão de bens de investimento e pela libertação, dele resultante, de capacidades de fornecimento ao estrangeiro. Sem dúvida esse incremento teria sido maior, se o Ministério da Economia Federal não tivesse seguido então uma política consequente, facilitando as importações. A posição da Alemanha no mercado mundial tornou-se consideravelmente mais sólida. O seu rendimento no comércio externo ocupa actualmente o terceiro lugar, depois dos E.U.A e da Grã-Bretanha. Estes factos que caracterizam o êxito económico, poderiam constituir motivo de adesão incondicional, se simultaneamente se tivesse *podido manter a plena estabilidade de preços*. Verificou-se, porém, pela experiência, que *esta noção ideal não é, ou só muito dificilmente é realizável*, nesta fase da conjuntura. Mas, em contrapartida, terá de reconhecer

que esta tendência impetuosa para o aumento das exportações e da procura no mercado interno foi acompanhada por uma subida de preços relativamente pequena.

Os preços, estáveis até à segunda metade de 1954, começaram a evidenciar seguidamente um ligeiro movimento ascendente. [...]

Estabilidade de Preços, Máxima Oferta

Com a referência à ligeira *diminuição do poder de compra*, que também entre nós se fez sentir, *assinalámos o lado fraco da conjuntura*. Por isso não me tenho cansado de frisar que, a longo prazo, nenhum progresso económico é suficientemente grande para poder justificar um enfraquecimento da moeda, por inofensivo que a princípio possa parecer. Repetidas vezes adverti:

«O problema conjuntural não é saber se os preços devem ser mantidos estáveis ou se eventualmente podiam subir. O nível de preços deve ser mantido em todas as circunstâncias. A questão é apenas saber com que meios poderemos assegurá-lo.»

Recuso-me também com toda a firmeza a aceitar que uma expansão intensa esteja necessária ou legitimamente ligada com uma subida geral de preços. No interesse de todos os que recebem rendimentos e de todos os que economizam é, pelo contrário, *de desejar um aumento de bem-estar, sempre cada vez maior, a par da manutenção da estabilidade de preços*:

«A experiência do passado pode ter sido muitas vezes interpretada diversamente, todavia não vejo motivo para abrandar os meus esforços, no sentido de criar as premissas para que a expansão se possa fazer numa base de preços estáveis, através de uma política conscientemente responsável, no que diz respeito a finanças, créditos e valor da moeda e duma política económica e financeira ordenada.»

Finalmente, nessas semanas e meses decisivos tive de combater repetidas vezes aqueles que acreditavam e proclamavam

«que só por um progressivo, embora ligeiro enfraquecimento da moeda, podiam desenvolver-se os impulsos que assegurariam a longo prazo uma expansão económica. Depois que a vida real, nos últimos dez anos, venceu, na teoria e na prática, muitas ideologias falsas e muitos dogmas, parece-me ser altura de destruir também esta ilusão e talvez a mais perigosa.»

Se, assim, todas as medidas tomadas nasceram do desejo de *deter* o desenvolvimento económico na medida em que, devido a ele, ameaçava tornar-se séria a *tentação de violar a estabilidade da moeda*, isso não quis dizer que eu tivesse desistido do princípio e do objectivo

duma expansão económica. Precisamente por considerar a necessidade de, no interesse do progresso, encontrar as medidas exactas dum evolução ascendente contínua, vale a pena insistir numa das muitas declarações que fiz a esse respeito:

«Não posso de forma alguma ser acusado de querer seguir uma política restritiva como fim em si própria ou de a imaginar como um objectivo a que se deva aspirar para reprimir violentamente esta conjuntura. Não, de maneira nenhuma, pois o segredo do êxito da nossa política económica reside precisamente no facto de nunca termos cedido a pressões, mas sempre termos procurado e encontrado as soluções por uma acção dinâmica, sempre em frente pela expansão. E assim continuaremos, embora sem desconhecermos, evidentemente, que surgem – e não apenas actualmente – cada vez mais limitações.»

Verdades Impopulares

Com base nesta atitude, tomaram-se variadas providências para refrear e canalizar a conjuntura favorável, as quais tendiam a influenciar exactamente aqueles factores que provocavam perturbações ou desencadeavam novos perigos. Dentre aquelas, lembremos, por exemplo, os variados argumentos psicológicos, que baseávamos na convicção de que os verdadeiros perigos não nascem tanto dos factos, mas sobretudo do desrespeito das limitações económicas que se impõem à indústria, em relação ao aumento de salários, e ao comércio, em relação ao aumento de preços. A minha tese-base, nesse aspecto, foi sempre, evidentemente, a estabilidade da moeda. E por isso se dedica neste livro um capítulo especial a essa campanha psicológica.

Nesses meses, não me cansei de proclamar esta verdade impopular: os salários e os preços, a despeito de todas as negativas e manobras tácticas, andam sempre estreitamente relacionados.

«Basta os salários subirem num só sector da economia nacional, para ser impossível detê-los num outro. Isso significa que, se se não deseja um aumento de preços, não é possível e, por conseguinte, não se deve conceder aumentos de salários numa ordem de grandeza X a um determinado ramo da indústria, quando outros sectores, na melhor das hipóteses, só estão em condições de oferecer $\frac{1}{2}$ X ou $\frac{1}{4}$ X.

É irresponsável deixar subir um preço, que no momento até pode ser razoável, ou acreditar, por uma posição patronal falsa, que se deve aproveitar até ao fim a situação de conjuntura favorável. Tal política, nestas circunstâncias, é naturalmente um estímulo para que circunstâncias, é naturalmente um estímulo para que todos sigam

o mau exemplo. Mas significa ao mesmo tempo o prelúdio dum caminho inflacionista, que é nosso dever impedir logo no seu começo.»

Tais reflexões levaram-me também, a despeito de muitas oposições e discordâncias durante aqueles meses turbulentos, a *lutar contra toda e qualquer subida desnecessária de preços* – quer no âmbito industrial, quer agrícola e a reagir sempre contra qualquer aumento de produtividade da economia.

Assim se obteve, porém, por outro lado, *uma considerável margem para aumentos de salários*, sobretudo porque o desenvolvimento da produtividade evidenciava resultados favoráveis.

Durante o ano de 1955, o aumento de salários esteve ainda talvez em equilíbrio com o aumento da produtividade. Mas já não se pode contestar a discrepância entre o aumento de produtividade e a subida dos rendimentos colectivos em 1956.

Já nessa altura, em dúzias de discursos, eu frisei que todo o aumento excessivo de salários é necessariamente pago com um aumento de preços, advertência essa – nunca suficientemente repetida – que depois foi corroborada pelos acontecimentos.

Nenhumas Dúvidas sobre os Responsáveis pelos Preços

Precisamente nesta fase da evolução económica, impõe-se ao observador a relação entre os aumentos de preços e o aumento do rendimento colectivo excedendo o incremento da produtividade, isto é, ultrapassando as capacidades da economia nacional. A forçosa consequência disto pode ser provada com um rigor de quase 1%. A *responsabilidade* desses *aumentos de preços*, dessa ligeira rarefacção do poder de compra, não podem nem deve deixar *de atribuir-se àqueles que a provocam*. Esta afirmação aplica-se, quer aos patrões e aos operário, quer ao Governo e aos deputados, que estabelecem preços legais, ou que determinam a soma dos rendimentos deduzidos.

A propósito, seja expressamente dito, mais uma vez, que nada temos a objectar às alterações efectuadas dentro do âmbito do economicamente possível. Tais *melhorias* são até desejáveis, porque só contribuem para *realizar de facto a “economia de mercado” social*.

A campanha psicológica por mim desencadeada deveria ser acompanhada de outras realizações, que todavia só em parte foram conseguidas. As minhas propostas visavam a reprimir os efeitos liquidantes dos saldos activos crescentes do comércio externo e sobretudo a elevar a oferta económica interna, por meio dum incremento das importações, para dessa maneira conseguir uma descida de preços. Foi assim que, após meses e meses de controvérsia

no Governo e no Parlamento, se promulgou uma descida nas pautas alfandegárias a partir de 1 de Abril 1955, mas não na *proporção por mim desejada* e que eu considerava necessária.

Conjuntamente, foi aumentando progressivamente a *liberalização* em relação aos países da O.E.E.C.¹³ e ampliada a lista de mercadorias libertadas *em relação à esfera do dólar*. Certas medidas especiais visavam a ter um efeito tranquilizante nos sectores onde surgiam as maiores dificuldades. Uma restrição de créditos financeiros dos poderes públicos foi combinada com uma diminuição de investimentos públicos na construção.

O facto de as *minhas propostas* só serem aceites sempre *parcialmente e muitas vezes demasiado tarde* levou-me a apoiar cada vez mais o B.d.L.¹⁴ e mesmo a encorajá-lo a desistir da política de crédito e fundos, de cunho muito liberal, que havia sido iniciada depois de dominada a alta provocada pela guerra da Coreia.

Entre o B.W.M.¹⁵ e o B.d.L. existiu sempre, no evoluir dos acontecimentos, *uma identidade de opiniões sobre a situação político-económica*. Em 4 de Agosto de 1955, a baixa taxa de desconto de 3%, em vigor desde 20 de Maio de 1954, foi substituída pela taxa de $3\frac{1}{2}$ %. A este aumento seguiu-se outro de 1% em 8 de Março de 1956 e em 20 de Maio outro do mesmo valor de modo que a taxa de desconto passou a ser $5\frac{1}{2}$ %. Esta política consequente encontrou o seu complemento noutras medidas do B.d.L.

Assim, a partir de 1 de Setembro de 1955, as taxas mínimas de reserva foram elevadas e as possibilidades de redesconto limitadas.

O facto mais notável da situação político-económica daqueles meses foi esta minha estreita colaboração, ou antes, concordância, com o banco emissor, *não ter tido, de modo algum, uma aprovação absoluta*.

A soma destes múltiplos esforços não deixou todavia de ter êxito. Em meados de 1956, o atraso da produtividade consegue taxas de aumento mais salutar e realistas e o ritmo da expansão adapta-se ao possível incremento da economia política. A taxa anual de aumentos da produção, que em 1955 atingiu 15% e mais, baixa para 8% e depois ainda mais, mas mantém-se todavia num nível que não permite falar de estagnação ou crise. O *abaixamento da taxa bancária* de $5\frac{1}{2}$ % para 5%, assim como a nova baixa de $\frac{1}{2}$ % de 11/1/57, podem ser consideradas como a prova duma consolidação interna.

¹³ *Organization for European Economic Cooperation* – Organização Europeia de Cooperação Económica [atualmente OCDE] (N.T.).

¹⁴ *Bank deutscher Länder* – Banco Nacional (N. T.).

¹⁵ *Bundeswirtschaftsministerium* – Ministério Federal da Economia (N. T.).

Esta evolução na tendência da poupança demonstra como o depositante reage violentamente a qualquer desvalorização da moeda, verdadeira ou suposta. O dizer-se que actualmente a desvalorização da nossa moeda é mínima e não dá motivo a preocupações não tem por isso, necessariamente, efeitos psicológicos seguros.

[...]

O *problema primordial* da política económica consiste em conseguir um *desenvolvimento contínuo da economia sem tendências inflacionistas*. A manutenção da *estabilidade monetária* é a condição prévia necessária a um *crescimento* económico equilibrado e a um *progresso social* autêntico e garantido. A política económica do Governo Federal, de futuro, deve, portanto, tender cada vez mais a criar as condições indispensáveis para manter a estabilidade financeira. Se para o conseguir vierem a ser precisas medidas restritivas em certos aspectos, depende decisivamente da boa vontade de todas as classes.

[...]

6. Ministro da Economia; Representante de Interesses, Não!

Tenho perante mim recortes de jornais dos primeiros anos da minha actividade como director da Administração Económica em Frankfurt e como ministro federal da Economia em Bona. Neles se pode ler: «O Ministro da Economia – Inimigo do Consumidor»; «Erhard – Ministro da Indústria Pesada»; «O Protector dos Açambarcadores e dos Traficantes». Estes e outros cabeçalhos semelhantes, em todas as possíveis variações.

Evidentemente que estas censuras já deixaram de se ouvir há muito nas discussões sérias e mesmo os mais acirrados dos meus adversários já renunciaram a afirmações desse teor, porque em face dos meus esforços através dos anos e também de muitas lutas com os representantes dos sectores mais importantes da economia alemã são obrigados a reconhecer a sua inverosimilhança.

Como estas frases me soam estranhamente, quando penso que exactamente durante os meses em que este livro está a ser planeado tenho tido os mais graves conflitos com toda uma série de sectores industriais para travar a subida dos preços.

Seja como for, o tema das relações entre o ministro da Economia e os cidadãos, abordado por aqueles ataques mais que injustificados, a relação entre governação económica e economia propriamente dita, e sobretudo a questão da *organização e coordenação da economia com todos os outros* ramos da vida do Estado e com a *ordem social*, criam problemas de tal interesse e significado que têm quase forçosamente de ser submetidos a uma análise bem detalhada. Isto é tanto mais verdadeiro, quanto os princípios fundamentais que

regem a economia de mercado têm por base as mesmas máximas em que se deve alicerçar a moderna *democracia social* e livre.

A começar essa análise posso formular este princípio repetidas vezes por mim enunciado: não são as apreciações dogmáticas ou partidárias o melhor juiz dos bens e dos males duma *política económica*, mas a pessoa comum, o *consumidor*, o povo. Uma política económica só pode considerar-se boa quando e enquanto aproveitar às pessoas.

Quem partilhar esta ideia tem de chegar como eu à conclusão de que em todas as economias nacionais há interesses de grupo, que estes porém não se podem reconhecer como elementos determinantes da política económica e que da luta de interesses não resulta qualquer síntese fecunda. Não se pode, portanto, tolerar uma automatização da economia nacional em interesses de grupo. Não podemos enveredar pelo caminho da dissolução, nem afastar-nos da ordem social-económica verdadeiramente universal, que é a única capaz de garantir a harmonia da vida social dum povo. Combater este perigo deve ser por isso o maior de todos os nossos desejos.

Os Industriais devem ter Consciência da sua Responsabilidade

Nunca dei lugar a dúvidas sobre esta minha atitude fundamental. Já no congresso da C.D.U. da zona britânica, realizado em Recklinghausen no dia 29 de Agosto de 1948, declarei:

«Não me considero representante dos interesses das camadas dominantes e muito menos dos interesses da indústria ou do comércio. Tal suposição seria completamente errada. Ser responsável pela política económica significa assumir a responsabilidade perante todo um povo. Estou profundamente convencido de que só poderemos solucionar os graves problemas que temos diante de nós, se com a *economia de mercado* conseguirmos favorecer, não apenas algumas camadas, mas a massa do nosso povo e *assegurar um nível de vida digno*, através de um esforço maior e duma produção cada vez mais elevada e melhorando continuamente. É uma calúnia dizer-se que sou um homem que apenas defende interesses muito definidos. O contrário é que corresponde à verdade, porque é exactamente dos industriais responsáveis pela engrenagem da produção e da distribuição da economia nacional que exijo os maiores sacrifícios, os melhores conhecimentos e a maior responsabilidade.»

Transcrevo aqui estas considerações, feitas nos inícios da “economia de mercado social”, para documentar mais uma vez que todos aqueles que nos anos a seguir julgaram poder conseguir os seus interesses particulares e depois foram desiludidos não puderam

basear os seus actos na minha atitude moral, pois nunca deixei dúvidas de que os interesses de cada um só podem ser satisfetios quando servem também os interesses de todos.

Nenhum grupo económico pode, portanto, exigir *direitos especiais*. Esta afirmação, todavia, não exclui que se reconheça que a economia, considerada a partir do indivíduo, se compõe forçosamente de interesses particulares. Tudo depende justamente de processar o equilíbrio destes interesses, de modo a harmonizarem-se com o bem de todos.

Já anteriormente, falando a respeito deste problema, me referi ao papel de árbitro do Estado. E gostaria de empregar aqui a imagem um tanto banal dum jogo de futebol. Sou de opinião que, tal como o árbitro, também o Estado não pode nem tem de jogar. Num bom desafio de futebol há que respeitar essencialmente uma coisa: o jogo obedece a certas regras previamente estabelecidas. O que eu pretendo com uma política de economia de mercado é – para permanecer dentro do exemplo citado – a ordem dentro do jogo e a observância das regras que o comandam.

Liberdade, Supremo Objectivo

Num desafio de futebol também não é normal, por exemplo, que os onze jogadores se coloquem todos junto às redes. Se eles fizessem tal coisa, nós, como espectadores, teríamos todo o direito de começar a assobiar, por considerarmos isso desleal e contra as regras do jogo. Dos avançados, exigimos que ataquem. Se eles decidirem jogar à defesa ou junto às redes, acharemos que qualquer dessas coisas é imprópria e desagradável e não a toleramos. A ordem económica tem de observar normas semelhantes. Creio que é a este modelo de ordem económica, que caracteriza no fundo todos os meus actos, que devemos os nossos sucessos. Mas ele só conserva a sua validade se estivermos prontos, e deveríamos estar, a desviar-nos dele nos seus pormenores.

Os espectadores dum desafio de futebol também não perdoariam aos dois clubes em campo se estes tivessem combinado de antemão quantos golos cada um iria sofrer e não disputassem a partida leal que esperávamos e a que temos direito pelo bilhete pago, mas cumprissem simplesmente o seu acordo sem lutar. Também eu defendo que a base de toda a economia de mercado é e deve continuar a ser a liberdade de concorrência, que só pode prevalecer quando *não se tolera o esmagamento da liberdade pelo poder* e quando a liberdade, alicerçada no código de costumes e direitos dum povo, *se torna mandamento obrigatório para todos*, isto é, quando ela é o valor máximo da comunidade.

Só possuiremos – e esta é a minha inabalável convicção – uma economia de iniciativa livre enquanto através do Estado velarmos pela liberdade. Se no sector industrial, por toda a parte se queixaram de que isto era pelo contrário uma limitação injusta da liberdade através

do Estado, então só posso responder que será uma liberdade mal compreendida se se julga poder oprimir a liberdade a coberto do nome e do dogma da liberdade.

Assim como no âmbito do Estado, isto é, dentro da estrutura político-social, há uma ordem que por meio da Constituição rege a vida da comunidade e estabelece relações, o mesmo acontece na economia. E neste sector as responsabilidades estão claramente definidas. O industrial é responsável pela sua fábrica. Aí ele pode com todo o direito exigir que o seu negócio se desenvolva independentemente da intervenção ou apoio do Estado, que possa, portanto, gozar e usar de autêntica liberdade de iniciativa. Sou o primeiro a apoiar o industrial nesta exigência. Mas a *responsabilidade da política económica* cabe exclusivamente ao *Estado*. E nós sabemos qual o resultado quando se confundem as duas funções.

Estas breves considerações pretendem mostrar claramente quais devem ser, em minha opinião, as bases duma política de economia de mercado e onde eu desejaria ver traçados os *limites* entre o *indivíduo* e o *Estado*.

Carece duma explicação o motivo por que dou tanta importância a estas questões e porque considero ter a economia uma importância vital. Não quero com isso dizer que creio estar na economia o remédio para todos os nossos males sociológicos e sociais. Muito longe disso! Assim como o indivíduo precisa da vida física, para ser uma pessoa no sentido transcendente, para poder ostentar a alma e o espírito, assim a economia é necessária à vida dum povo. Ela é talvez o elemento mais primitivo, mas é também o mais essencial: somente com base numa *economia saudável* a sociedade pode cumprir os seus verdadeiros e *supremos* *objectivos*.

Se esta base não for saudável, o corpo do povo começará a abrir chagas. Dar à economia uma orientação moral, espiritual e material é em última análise tarefa da política, é a missão da sociedade.

Se esta minha opinião faz suspeitar que exagero o valor do material, julgo, por outro lado, que, com excepção dos génios, as pessoas só podem ter consciência da sua personalidade e dignidade quando não são atormentadas pelas preocupações materiais, pelas pequenas necessidades do dia-a-dia, isto é, quando o aspecto material, graças à possibilidade da sua satisfação, não precisa de assumir um papel preponderante.

Atribuições do Estado e da Economia

Não é, portanto, repito, tarefa do Estado intervir directamente na economia. Pelo menos, enquanto a própria economia não exigir essa intervenção. Também não cabe nos quadros

duma economia baseada na liberdade de iniciativa que o próprio Estado tenha actividades patronais, que trazem naturalmente consequências para a economia, na medida em que esta depois não pode invocar o Estado na defesa dos seus interesses. Há que tomar uma posição inequívoca.

Não se pode por um lado exigir que o Estado se abstenha de actividades económicas e por outro, exactamente quando convém, invocar o auxílio do Estado. Há uma espécie de distribuição de tarefas entre a economia patronal, com o seu centro de gravidade na esfera industrial, e a actividade político-económica, que é tarefa do Governo e especialmente do ministro da Economia. Por vezes, tenho a impressão de que reina confusão e existem certos equívocos e dúvidas quanto à atribuição dessas funções.

O Estado é responsável pela política económica – e devo acentuar este ponto – exclusivamente no âmbito da sua competência e direitos democrático-parlamentares. O interesse das *empresas* pela política económica é certamente legítimo e conseqüentemente é também legítima a sua preocupação em serem ouvidas, mas elas, propriamente, não devem fazer *política económica*, nem *mesmo* através dos seus organismos.

Ao afirmar-se que a economia liberal do passado e o dirigismo económico se podem considerar ultrapassados na República Federal, impõe-se explicar qual a novidade introduzida pela nossa política económica. É que hoje o Estado já não dá ordens à indústria, antes a liberta de selos, autorizações e concessões. E nisso ele parte dum princípio: o industrial, como o trabalhador e todos os demais cidadãos, deve ter liberdade, dentro do âmbito da sua actividade.

Evidentemente que isso não significa libertinagem e desregramento. Em vez do comando directo do Estado ou – e esta segunda afirmação tem tanta importância como a primeira – em vez de renunciar a toda a intervenção, hoje a política económica empenha-se em aproveitar os meios à sua disposição para libertar continuamente novas energias, abrir novas possibilidades e também para obstruir vias improdutivas, isto é, pela escolha e combinação dos meios ela tenta impelir a economia para novos progressos e maior expansão.

Um Extenso Rol de Pecados

Decerto tenho de concordar que para chegar à perfeição do sistema por mim preconizado ainda falta muito. Eu próprio já falei em tempo do *extenso rol de pecados*, devidos a tendências mal dirigidas e exigências anormais da economia alemã, assim como a deficiências da política económica no seu sentido mais lato. Nessa altura eu disse também que devíamos chegar à *triste conclusão* de que nem por isso tínhamos muitos motivos para *estarmos orgulhosos* dos progressos alcançados pela economia de mercado.

O problema da tendência da indústria alemã para formar cartéis é por mim abordado noutra parte deste livro. Mas a par dessa há que mencionar as várias tendências para a formação das assim chamadas ordens profissionais, que, dentro da estrutura geral da minha política económica, só têm um efeito prejudicial, entravando a concorrência e fazendo baixar a produtividade.

No mesmo plano se podem situar as tendências para, através de leis especiais, se protegerem certas designações profissionais e a ambição de alargar as concessões de seguros sociais obrigatórios. Esta última, dentro deste rol de pecados, ocupa um lugar primordial. Outro lugar de destaque cabe à ideia ilusória de que o destino dos grupos económicos ou profissionais poderia processar-se, ou melhor, traçar-se «igualmente» para todos; penso na exigência de direitos alfandegários variáveis, destinados a neutralizar a concorrência estrangeira no nosso país, e, a par disso, na cautela, ou – como lhe costumam chamar – na consciência da responsabilidade pela liberalização do nosso comércio externo (com o que se pretende significar progredir tão lenta e timidamente quanto possível). O povo alemão sabe bem a resistência que se tem oposto a uma redução mais substancial dos direitos alfandegários e as objecções levantadas contra a minha insistência em estabelecer finalmente a convertibilidade livre.

Todos estes exemplos mostram *quantas imperfeições desfiguram ainda o sistema livre da economia de mercado.*

Todavia, eles servem igualmente para provar quanto está ainda por fazer no que diz respeito à *integração dos interesses de grupo* dentro do Estado. De facto, ainda não encontramos uma solução definitiva para esse problema e duvidamos mesmo que alguma vez seja possível realizar essa integração de maneira perfeita.

Não negamos a luta dos vários grupos para influenciar as decisões do Parlamento e do Governo. Isso não acontece só na Alemanha, acontece em todo o Mundo. Mas já é tempo de compreendermos que se trata de autênticos sintomas de doença, ou pelo menos de um *sinal de crise da nossa época.*

Essa luta trava-se em regra, por um lado, entre grupos que em última análise representam certos interesses; por outro lado, entre os órgãos do Governo. Evidentemente que as decisões competem sempre aos segundos. Mas a coesão entre os dois sectores não é ainda tão forte que se possa em boa verdade falar duma ordem económico-social una, isto é, duma ordem político-estatal.

Baseado nas ideias político-económicas por mim expostas, acho que, pelo menos durante o período da *reconstrução*, temos o *dever* de pôr de lado tudo quanto, mesmo de longe, nos pareça proteger ou favorecer qualquer grupo. Devemos sentir-nos como uma unidade e

repelir por isso todas as posições de interesse. Não há ainda muito tempo que se notou uma tendência perniciosa para se considerarem categorias de grupo e procurar para essas favores especiais. É esse o mal que eu desejava ver de momento reprimido.

Interesses Particulares Perigosos

Esta *recusa* de considerar *interesses de grupo* baseia-se na minha convicção de que, política e economicamente, o Estado não pode, numa atitude arbitrária, distribuir mais ou menos favores a estes ou àqueles. A adoptar um procedimento semelhantes, o Estado, e especialmente o ministro da Economia, criariam uma *situação quase insustentável*. Porque, qual o critério que permitiria dizer: este e não aquele sector, este grupo ou aquele ramo profissional deve ser preferido neste ou naquele sentido pelo Estado, aqueles outros não-de ou devem pelo contrário ser postos de lado – sim, mas por que motivo?! Uma conduta destas é *basicamente errada*.

Nunca, ou somente em casos raríssimos, a solução pode estar numa acção isolada. Deve estar sempre na realização de todas as tarefas económicas, de cujo cumprimento todos, em última análise, aproveitam. Se a economia nacional, no sei conjunto, é próspera – e compreenda-se, a economia nacional como uma função geral indivisível da nossa vida económico-social –, todos os ramos e grupos económicos serão prósperos.

Por isso também não quero passar em silêncio que durante estes anos, em que tenho sido responsável pelos destinos económicos da Alemanha, nunca pensei em favorecer especialmente este ou aquele ramo industrial, esta ou aquela profissão, esta ou aquela classe. Acções desse tipo podem até ocorrer eventualmente e ser absolutamente necessárias numa situação especial, mas sempre tive em vista, fundamentalmente, a economia nacional no seu conjunto, o bem-estar de todo o povo. Assim, todos podem aproveitar os êxitos que alcançámos neste vasto âmbito e os que futuramente viermos a obter.

Este meu cepticismo quanto aos interesses particulares é de resto comprovado pela experiência. Citarei apenas um exemplo. Toda a gente sabe que apoiei a Ordem do Artesanato. Pois nos anos seguintes, isto é, após a sua aprovação, tive de combater repetidas vezes a tendência de se imitar esse estatuto especial em sectores económicos nos quais predominavam condições materiais e sociológicas inteiramente diferentes. Por vezes, tive a impressão de que estávamos novamente a caminho dum Estado *corporativo*. Ninguém me pode levar a mal se me oponho energicamente a tendências dessas. Enveredar por esse caminho seria catastrófico para a Alemanha. Aquilo que nos trouxe fama a nível mundial foi precisamente o dinamismo, a vontade de crescer, a coragem da concorrência e a auto-responsabilidade de indivíduos activos.

Também não é de permitir esta forma de *considerar os interesses particulares* ou ceder perante exigências isoladas de certos sectores económicos, devido à interdependência de todos os fenómenos económicos. Qualquer medida particular dentro dum sector da economia social tem repercussões noutros não relacionados com ele, os quais, a uma observação passageira, ninguém julgaria poderem ser afectados pelo seu reflexo.

A Lenda das Vantagens das Ordens Profissionais

A acrescentar ao que ficou dito há ainda os sentimentos humanos, demasiado humanos. Aquilo que se dá a uns é logo cobiçado por outros. O *complexo da inveja*, de que precisamente nós, alemães, não estamos isentos, tem aqui um papel preponderante. As vantagens concedidas a um indivíduo não permitem um *sono sossegado ao vizinho*. A propósito, devemos focar igualmente o papel importante dos funcionários da nossa vida social. O «êxito» dum certo grupo fará com que os membros doutro grupo espicacem o seu funcionário, o seu porta-voz ou administrador para obter «regalias» semelhantes. Mas isso só tem como resultado a *dispersão*, o desvio do único caminho possível para fomentar o bem da comunidade. Por isso, se a minha atitude em relação a todas essas chamadas «ordens profissionais» é *extremamente céptica*, isso é porque me esforço sempre por descortinar o que se esconde por detrás da aparência dessas supostas «corporações». Uma vez esse fundo iluminado, em regra descobre-se apenas o interesse dos associados em alcançar para si comodidades maiores, em fugir à dureza da concorrência e em obter para o seu próprio grupo uma parte maior do rendimento económico nacional do que aquele que lhe compete proporcionalmente à sua produção.

Ninguém quer reconhecer coerentemente que a uma produção menor deve naturalmente corresponder um rendimento menor. Pelo contrário, por meio dessas ordens fabulosas pretende-se obter precisamente um rendimento maior. Ora essas associações podem exigir tudo, menos, evidentemente, que com a produção a baixar, um esforço menor e obrigações cada vez mais frouxas se consiga uma melhoria para cada um dos seus membros.

Nesta ordem de ideias, tive de declarar, em 2 de Maio de 1955, perante os grandes e médios representantes do comércio a retalho: «Isso é *charlatanice* e um ministro da Economia que tolerasse evolução tão perigosa faltaria grosseiramente ao *seu dever*».

Se me perguntarem agora como concebo as relações ideais entre os participantes no processo económico e o Estado e o seu Governo, devo repetir o que disse a respeito da classe média na Feira do Artesanato, em 12 de Maio de 1954, e que, em última análise, é válido para os padrões de todos os *ramos económicos*:

«Só posso compreender a classe média – e somente nessas bases me reconheço membro da classe média – como a que abrange e pretende abranger aquela classe de indivíduos que está pronta a assegurar a sua existência pela auto-responsabilidade e graças ao trabalho próprio. As «qualidades», que a classe média deve evidenciar como valor, são: a responsabilidade pelo seu próprio destino, a autonomia da sua existência e a coragem de subsistir pelo seu próprio trabalho e de querer afirmar-se numa sociedade livre, num mundo livre.

Todas as limitações que fizerem a essa liberdade, a essa coragem de viver, ao valor da autonomia e da individualidade do trabalho, serão, não um apoio, mas um golpe na classe média... Se se perder, exactamente nestas camadas do nosso povo, a coragem de querer subsistir à sua própria custa, de viver pelo seu próprio trabalho, então a classe média ficará reduzida a um grupo de indivíduos que precisam de protecção para poder viver um pouco melhor do que outros. Mas com isso se terá perdido também o valor ético da classe média.»

Importa, portanto, sobretudo, que a economia patronal assuma perante o Estado uma atitude orgulhosa, manifestada no desejo firme de se libertar da sua «exagerada intervenção».

De Cidadão a Súbdito

Falei atrás do «*rol de pecados*» *contra a economia de mercado* e quero falar aqui ainda de alguns acontecimentos graves que nele podem ser incluídos. Por agora não falaremos da tendência para formar cartéis, patente em certos sectores industriais. Mas consideraremos a aspiração de proteger certas profissões por meio de leis especiais. Neste plano se situa – para começar pelo mais simples – a tendência de proteger legalmente certos títulos profissionais. A essa tendência posso apenas objectar: é apenas o *título* e a posição a prova das capacidades de um indivíduo ou isso reconhece-se pelo seu *trabalho*, o seu rendimento, a sua personalidade? São realmente necessários títulos profissionais para exercer uma profissão? Não quero dramatizar os prejuízos directamente resultantes de tais regulamentos. Mas se considero essas exigências perigosas é porque a esse primeiro passo se seguiriam seguramente outros. Argumentar-se-ia que quem quisesse possuir um determinado título profissional deveria satisfazer certos requisitos previamente fixados; que não só deveria dar uma prova de especialização, como oferecer garantia moral para poder exercer essa profissão protegida pela lei. Depois teríamos novos grémios, perante os quais haveria que provar essa capacidade global – e, pouco a pouco, *de cidadão livre passar-se-ia novamente à situação de súbdito*, o qual teria de fazer repetidas vénias para se poder afirmar.

De facto, acontece exactamente aquilo que eu um dia já disse: os *privilegiados*, que estão dentro, pretendem fazer a *vida negra* a todos os *outros* que quiserem entrar.

Se indago o espírito que está por detrás de todas estas tendências, chego a esta grave conclusão: é o egoísmo puro e nada mais que tenta enfeitar essas exigências com ideais económico-sociais e valores éticos. Mas de facto o que eles querem é proteger-se, erguendo barreiras em volta das profissões; o que eles querem é defender, acautelar e conservar posições por meio de artifícios.

O resultado só pode ser impedir o desenvolvimento daqueles que estão atrás deles e entre os quais se encontram muitas vezes precisamente aqueles que se sentem «classificados». E quando se chega à própria exigência da assim chamada confiança pessoal – e mais uma vez temos aqui *sinais de farisaísmo* – então é justo perguntar quais os ramos profissionais que ficam abertos para esses discriminados. Deverão então, por intermédio do Estado, criar-se ramos profissionais para «pessoas de pouca confiança» e os grupos profissionais passarão a ser catalogados segundo esse sistema de valores? O melhor é virarmos costas com repugnância a esta hipocrisia.

Disputa com o Comércio

O que atrás se esboçava incipientemente na mania e protecção dos títulos manifesta-se com mais clareza nos esforços dos vários grupos económicos para conseguirem *leis profissionais* próprias. Neste aspecto é inevitável uma referência às ambições do comércio, cuja luta por uma regulamentação legal dura há já anos. Pode-se sem dúvida dizer que nesta disputa muita coisa tem acontecido, pode-se até julgar que o *meu ministério* não seguiu *um rumo acertado* nesta questão. Tais opiniões, porém, não consideram que o problema tem duas facetas: uma de princípios, outra de tática.

E, dentro da segunda, bendisse cada mês que ganhei para impedir uma aprovação duma lei profissional que limitasse a liberdade. E, no momento em que escrevo estas linhas, posso dizer que, apesar de todas as pressões, essa lei profissional, hoje, continua sem ter sido aprovada. Se neste aspecto o meu ministério não tivesse oferecido uma tenaz resistência, sem dúvida teríamos já há muito uma lei profissional que teria fendido o *comércio* em dúzias de ramos e além disso impedido o acesso a cada um destes ramos, isto é, a transição duns para os outros pela barreira duma especialização. Depois de tudo o que até agora disse, não preciso de acrescentar mais nada para se perceber que uma lei semelhante teria significado a negação de toda a minha concepção de *sistema económico livre*.

Parece-me oportuna uma breve retrospectiva histórica. A lei de protecção ao comércio a retalho, que significativamente entrou em vigor em 1933, «ano da subida de Hitler ao poder»,

previa a princípio uma interdição absoluta do comércio a retalho. Quando, mesmo em semelhante época, se verificou ser impossível tal interdição, a lei, na prática, transformou-se numa lei de autorização. Após a segunda guerra mundial, essa lei teve destinos muito diferentes, conforme as zonas e territórios da Alemanha. Na zona americana, de acordo com as directrizes dos Estados Unidos, vigorou a partir de 29 de Março de 1949 a *inteira liberdade de comércio*, ao passo que nas zonas britânica e francesa os regulamentos da lei de 1933 continuaram em vigor, isto é, serviram de base a novas leis de autorização, ainda que em geral menos restritivas. Devido a este contexto legal tão diverso, evidenciou-se nos vários sectores do comércio o desejo, decerto compreensível, duma regulamentação igual para todos. Mas não se exagere a legitimidade deste desejo. Será mesmo uma desgraça se uma loja de comércio a retalho aberta em Flensburg se reger por determinações diversas de outra aberta em Munique?

Até ao fim do primeiro período legislativo, sempre opus com êxito à pressão do comércio a retalho o argumento de que uma lei de autorização especial nem era compatível com o espírito da economia de mercado, nem com as leis fundamentais da República Federal.

A minha atitude negativa sofreu depois uma certa modificação, em grande parte devido a determinadas tendências de agravamento da situação. Eis porque, no 5.º congresso de delegados da Associação Geral do Comércio, realizado em 22 de Outubro de 1952, declarei:

«Apoio a criação duma regulamentação para o comércio, pela qual o exercício dessa profissão passará a depender duma autorização. Todavia, essa autorização não deve pôr condições que limitem a *liberdade profissional*. Ela deve servir exclusivamente para aumentar a *prestação* do comércio a retalho. Uma regulamentação profissional *não* deve conduzir a uma *estagnação* do comércio a retalho, mas sim tomar em consideração e fomentar a sua mobilidade e elasticidade. Só assim ela terá sentido e valor. Outra regulamentação do comércio a retalho *não* posso apoiar...»

[...]

Em 14 de Julho de 1954 foi tornado público o projecto-lei de Wiesbaden, muito discutido nos meios comerciais, e cujo texto, segundo a perspectiva da Associação Geral, era a última versão possível e aceitável.

Uma análise mais pormenorizada deste projecto no meu ministério e negociações com outros ramos de comércio levaram à conclusão de que também esse projecto não era isento de efeitos proibitivos, que não se harmonizavam com a minha concepção de política económica. Mas as alterações então introduzidas no projecto não foram aceites pela Associação Geral. Perante esta situação, aproveitei o congresso de delegados da Associação

Geral de Comércio a Retalho, realizado em Hamburgo em 27 de Outubro de 1954, para me ocupar mais uma vez desses problemas. As minhas declarações de então continuam a ter o mesmo significado, pelo que não vejo motivo para considerar alterados ou errados os fundamentos dessa atitude.

A Declaração de Hamburgo

Em Hamburgo afirmei:

«Quando digo que não penso por compartimentos estanques, quero com isso significar que nestes últimos anos teria feito uma política económica inepta se me deixasse levar pela ideia de conceder arbitrariamente favores especiais a este ou àquele grupo, a esta ou àquela profissão, a este ou àquele ramo económico, de modo que cada um tivesse por seu turno a prioridade. Não. Assim não pode ser!... A vida agitada dos tempos actuais faz esquecer com demasiada facilidade e prontidão como era a Alemanha ainda há seis anos, em que situação aflitiva e lastimosa se encontrava e como vegetava o nosso comércio. Vós, os comerciantes, não passavam de órgãos executivos do Estado, comissários de distribuição dum aparelho de poder mecanizado e sem alma. Só através da nossa política económica voltaram a ser comerciantes responsáveis e personalidades livres...

Acima de tudo, o comércio a retalho tem hoje aos olhos do povo alemão um aspecto inteiramente diverso, um valor diferente e essencialmente maior que há seis anos. E ao dizer isto enuncio já um factor que desempenha um papel preponderante no nosso problema actual, o da regulamentação profissional... Estou firmemente convencido de que, apesar do armamento e juntamente com ele, conseguiremos aumentar as vendas do comércio a retalho nos anos que estão para vir (E, de facto, de 1954 a 1960 aumentaram nada menos de 37 000 milhões de DM). Para isso é sobretudo necessário continuar a fomentar a situação económica favorável. Esta minha luta tenaz para manter a concorrência favorece directamente o comércio a retalho, pois garante a relação saudável entre poder de compra e preços, assegura poder de compra a camadas populacionais cada vez mais vastas e fomenta nelas um aumento de necessidades, o que, ao contrário do que pensam, vai resultar em proveito do comércio a retalho.

A concorrência, para vós, é, portanto, o elemento fundamental, imprescindível, e deveis considerar que quanto fizermos tem de partir, no vosso próprio interesse, da intenção de manter a concorrência em todas as circunstâncias e a todo o custo. Sendo assim, a questão da regulamentação profissional surge-nos a uma luz inteiramente

nova... Admito que também eu, sobretudo por reconhecer a situação moral do comércio a retalho, estive em tempos inclinado a encarar favoravelmente o problema da regulamentação profissional do comércio a retalho... Mas desde o início nunca estive disposto a aprovar aquela solução que, dentro duma «concepção de compartimentos estanques», procurava desintegrar o comércio a retalho em não sei quantos sectores profissionais, conforme o artigo que vendessem, e exigia uma autorização especial para cada ramo... Expliquem, por exemplo, a uma pessoa comum que todos podem fabricar meias, se quiserem, porque todo o fabricante, como se sabe, tem liberdade de iniciativa dentro da indústria, mas que a pessoa que vende as meias ao balcão tem de possuir e demonstrar maiores conhecimentos sobre o assunto.

Duvido muito que sejam capazes de fazer compreender tal coisa a 50 milhões de pessoas. Se o forem, admiro o vosso poder de persuasão. Não quero fazer as coisas muito negras, mas digo-lhes: se o comércio a retalho fracassa, se o comerciante quer subtrair-se à sua responsabilidade de indivíduo livre que se afirma pela concorrência, se abandona esse solo firme que lhe garante a existência, então não resistirá. Então deixaremos... de estar em situação de repelir outras exigências semelhantes. Então voltaremos a cair inevitavelmente numa ordem corporativa. E se porventura acreditam que isso pode vir a ser útil ao progresso alemão, se julgam que com tal estreiteza de pensamento poderemos hoje alcançar êxitos económicos e sociais, estão muito iludidos.

Reconheçam os sinais dos tempos!

Actualmente há que ultrapassar as estreitas fronteiras da nossa pátria. Sabemos que a economia nacional já não é um valor supremo, absoluto, reconhecemos mesmo que é demasiado estreita para proporcionar ao nosso povo maiores progressos e melhores e mais livres condições de vida... Com a livre convertibilidade da moeda pretendemos abrir às pessoas possibilidades de livre encontro com indivíduos de outros países – e é neste momento que vamos erguer vedações de arame farpado dentro do país, separando rigidamente os ramos profissionais uns dos outros? Isso é o mesmo que um murro nos olhos.

Acreditem. Os senhores vêem as coisas demasiado à vossa maneira. Não vos censuro. É compreensível, pois é a vossa preocupação de todos os dias. Mas confiem em mim, creiam que tenho as melhores intenções para convosco. Por isso vim até vós e vos digo mais uma vez: se vos fizer a vontade, como e com que direito vou amanhã afastar todos aqueles que pretendem igualmente uma ordem profissional? E poderia

desfiar aqui um longo rosário de pretendentes... Aquilo que é justo para uns é justo para outros...

Mas seguir um tal método é ter um corpo estranho o dentro da economia, e não só dentro da economia nacional alemã, mas dentro de toda a economia mundial livre, que pretendemos construir, sobretudo para vos proporcionar a maior expansão...»

Deste congresso de Hamburgo ficou-me a impressão de que seria possível dissuadir a Associação Geral, que representava o comércio a retalho, da ideia duma lei de autorização e interessá-la antes numa lei de fomento do progresso do comércio, que criasse o conceito do comerciante especializado e as respectivas condições prévias tendentes a melhorar a formação do profissional. Uma minuta elaborada nestas bases foi submetida em 15 de Março de 1955 às entidades interessadas. Nunca se chegou, todavia, a uma discussão séria, porque o comércio, entretanto, recuperou esperanças em que uma lei de autorização, mais dentro da ideologia antiga, fosse bem acolhida no Parlamento. Essas esperanças, infelizmente, foram confirmadas. Em 22 de Outubro de 1955, a facção C.D.U.-C.S.U. apresentou um projecto-lei sobre o exercício da profissão no comércio.

[...]

Morgadios Profissionais Anacrónicos

As minhas dúvidas sobre esse projecto que, comparado com outros anteriores, é decerto mais refinado e requer um certo nível experiência – e só em casos especiais uma prova de competência –, residem – se me abstrair da *incompatibilidade radical* de todas as limitações à liberdade profissional com um *sistema económico livre* – no facto de se estar a iludir a esperança de muitos pequenos e médios comerciantes a retalho de que ele será um meio eficiente de impedir o acesso de qualquer um ao comércio. É portanto de recear que, pouco depois de a lei entrar em vigor, se exija uma lei suplementar que preveja uma maior dificuldade de acesso ao comércio e uma dificultação da actividade das empresas concorrentes – sempre incómodas para esta mentalidade.

Mais uma vez quero deixar bem clara a minha posição perante esse problema: creiam que não é por maldade que me opus e sempre me oporei a todos os esforços tendentes a conseguir uma lei que autorize as associações profissionais. Já se chegou mesmo a declarar em reuniões públicas de comerciantes a retalho que cada vez se verificava mais que o ministro federal da Economia era *inimigo do comércio a retalho*.

Que hei-de dizer a isto?

Eu, eu que pela minha política económica restituí os comerciantes a retalho às suas funções próprias; eu que os libertei da *parada existência dum mero distribuidor burocrático* – eu tenho de admitir ser apodado de inimigo do comércio a retalho só porque não me mostrei disposto a aprovar situações inadmissíveis dentro duma economia fundamentada na liberdade e na expansão, em que eu tinha uma crença inabalável.

Mas pergunto mais uma vez: aonde teríamos ido parar, se não me tivesse oposto a essas tendências? Como teria sido *possível* a integração social e económica dos *refugiados* se – preso dum egoísmo de classe – cada grupo tivesse a sua associação especial?

Numa época em que nos esforçamos por ultrapassar os limites estreitos do âmbito nacional, já não há a meu ver lugar para erguer barreiras exactamente dentro do âmbito económico nacional, que aliás se tornou muito estreito; dentro dessa mentalidade, não se admitem barreiras de arame farpado em torno de cada ramo profissional, nem morgadios profissionais.

[...]

Parece-me *muito mais importante*, dentro dum desenvolvimento económico normal, dar a todos os comerciantes a mesma oportunidade de poderem *aumentar as suas vendas* do que tirar-lhes toda a possibilidade de concorrência, estagnando com isso o comércio.

O Milagre Alemão

Embora aqui tenha tratado sobretudo de problemas relacionados com os sectores económicos da *classe média*, confesso sinceramente que por vezes tenho a impressão de que também a luta da nossa *indústria* é feita dum *ponto de vista errado*. Nos últimos anos tem-se dito muitas vezes que a indústria considera a economia de mercado como algo de incómodo, e que ela, embora não abertamente, gostaria de subtrair-se a esse sistema económico. O contrário, porém, é que é exacto. A indústria devia confessar abertamente que apoia, convicta e incondicionalmente, o princípio da «economia de mercado» livre.

Quando a economia de mercado é entravada nas suas funções, devia exigir-se mais liberdade. A indústria pode exigir que o Estado não limite artificialmente ou mais do que o necessário a liberdade do industrial, que a política de impostos do Estado lhe deixe capital suficiente para poder satisfazer às tarefas empreendedoras, no interesse da economia nacional. Se lutar desta maneira, a indústria está no caminho justo e pode esperar todo o apoio da minha parte.

As considerações feitas atrás podem suficientemente demonstrar que defender os *interesses particulares* da economia está inteiramente fora do âmbito da minha *maneira de*

pensar. Posso fazer esta afirmação com toda a energia, sobretudo porque – para repetir mais uma vez o que já foi dito –, dentro da minha *concepção do mundo* e da minha concepção político-económica, *a pessoa é o centro* de todos os acontecimentos. Todas as minhas medidas de política económica partem sempre da reflexão de como reagirão as pessoas e quais os resultados que elas tirarão duma mudança da situação económica.

Exactamente porque atribuo à acção das *pessoas* que nela tomaram parte activa os êxitos da minha política económica, também não me sinto inclinado a admitir o conceito de *milagre alemão*. Aquilo que tem vindo a suceder na Alemanha nestes últimos nove anos é muito *diferente* dum *milagre*. É apenas a consequência do poderoso esforço de todo um povo, que conservou capacidades de iniciativa e energia humana para poder voltar a usá-las dentro de princípios de liberdade. Se o exemplo alemão tem, portanto, qualquer sentido para além das nossas fronteiras, só pode ser o de demonstrar ao Mundo o valor da liberdade humana e económica.

7. Os Cartéis, Inimigos do Consumidor

O conceito «economia de mercado» está hoje generalizado, e não só na Alemanha. Os próprios adversários da minha política económica já não se recusam a essa designação. Uma política económica só pode, todavia, designar-se de *social*, quando o progresso económico, um maior rendimento e uma produtividade crescente vão favorecer o *consumidor*.

O meio mais adequado para conseguir esse objectivo dentro dum sistema social livre é e continuará a ser a concorrência, pilar básico desse sistema. A economia de mercado social *obriga-me*, pois, a dar toda a minha atenção e apoio à luta contra todas as tendências de formação de cartéis e contra todas as limitações da concorrência nas suas mais variadas formas.

Carlo Mötteli, no trabalho intitulado «Os Sindicatos e o Sistema Económico», publicado na colectânea «Economia sem Milagre» (Eugen Rentschverlag, Erlenbach/Zurique, 1953, pág. 303), declara com razão que o sistema económico livre não só tem de defender-se dos ataques dos sindicatos, como «na fábrica, o patrão, por seu lado, ainda demonstra maior desejo de cerrar fileiras contra um verdadeiro sistema de concorrência», e que a tendência para impedir a liberdade do comércio e da indústria pela formação de cartéis não é menor do que a dos trabalhadores para o colectivismo.

Atendendo ao significado e urgência deste problema, esforcei-me, logo a seguir à minha nomeação como director da Administração Económica (2 de Março de 1948), por elaborar algumas propostas tendentes à aprovação duma lei sobre cartéis propriamente alemã,

propostas essas que se concretizaram na «lei sobre directrizes de dirigismo e política de preços após a reforma monetária» de 24 de Junho de 1948. De acordo com uma proposta minha, o parágrafo 3º da lei reza assim: «Na medida em que o Estado não regulamenta o comércio de artigos e produtos, far-se-á respeitar o *princípio da concorrência de produtos*. Os monopólios económicos devem ser eliminados e, até à sua eliminação, submetidos à vigilância do Estado. O projecto duma lei alemã neste sentido deverá ser apresentado imediatamente ao Conselho Económico».

Vale a pena lembrar que o primeiro Parlamento alemão do pós-guerra aprovou este texto por grande maioria. Em 12 de Fevereiro de 1948, algum tempo antes dessa decisão do Conselho Económico, os governos militares dos E.U. e Inglaterra tinham promulgado para as respectivas zonas a «US-law 56»¹⁶ e a «british-ordinance 78»¹⁷. O teor dessas leis era essencialmente o mesmo: proibia-se a concentração excessiva do poderio económico alemão e determinava-se a descartelização. A sua execução ficava exclusivamente a cargo das autoridades militares.

Segundo as declarações aliadas, especialmente do general Clay, essas leis militares eram apenas temporárias e viriam a ser substituídas por uma lei alemã sobre cartéis, que, todavia, nesse tempo, necessitaria ainda da aprovação do governo militar. Além disso, em 19 de Março de 1949, o Bipartite Control Office¹⁸ exortou o Conselho Económico a apresentar um projecto-lei, que, em execução da Carta de Havana, de 24 de Março de 1948, proibisse os limites da concorrência de produtos, além dos cartéis e suas formas disfarçadas.

Deste modo se *tentava*, pela *primeira vez na Alemanha*, abranger legalmente *matéria tão difícil*. A meu pedido, uma comissão de peritos, à qual pertenciam, entre outros, os especialistas em legislação sobre cartéis, Dr. Walter Bauer, Professor Franz Böhm, director-general a. D.¹⁹ Dr. Paul Josten, presidente do Senado a. D.² Dr. Wilhelm Köppel, Professor Dr. Wilhelm Kromphardt, Professor Dr. Bernhard Pfister, apresentou em 5 de Julho de 1949 um primeiro projecto para uma lei de garantia da concorrência e além disso para uma lei sobre monopólios.

Extinção Prematura

Mas a extinção do Conselho Económico, que teve lugar pouco depois, não permitiu o prosseguimento desses trabalhos na repartição de Frankfurt. Não quer dizer que durante

¹⁶ Em inglês no original (lei americana 56) (N. T.).

¹⁷ Em inglês no original (lei inglesa 78) (N. T.).

¹⁸ Em inglês no original (Departamento de Controle Bipartido) (N. T.).

¹⁹ *Ausser Dienst* (reformado) (N. T.).

esses meses eu não tenha exposto repetidas vezes *as minhas ideias anticartel* publicamente. Declarei, por exemplo, claramente no *Volkswirt* de 16 de Dezembro de 1949:

«Vejo na liberdade de concorrência a melhor arma para obter, quer uma melhoria contínua dos produtos, quer uma justa distribuição do rendimento colectivo, isto é, do produto social. No interesse duma economia de mercado verdadeiramente «social», é-me impossível renunciar a esse elemento-motor duma evolução económica saudável...O dirigismo patronal, a meu ver, não é menos condenável e prejudicial que o dirigismo estatal. Por conseguinte, também não o podemos reduzir à primitiva fórmula de pró ou anti cartel...

Em toda a variedade de aspectos, formas e objectivos, e apesar dos infundáveis cambiantes e matizes, a política de cartel, na prática, não pode deixar dúvidas de que todos os acordos de mercado, especialmente no que diz respeito a preços, visam em última análise e sob qualquer forma a limitação da concorrência...

Em minha opinião, todas essas tendências são *um pecado contra o sagrado espírito* da vida, cuja essência é devir, movimento, evolução, princípios incompatíveis, portanto, com os pesados meios da regulamentação e da estabilização dirigidas.»

Em 27 de Dezembro de 1949, disse na Emissora Bávara:

«A liberdade só pode reinar onde *não se abuse do poder de a oprimir*, onde, integrada no código moral e legal dum povo, ela se torne dever geral e máximo valor da comunidade.»

No congresso da C. D. U., realizado em Goslar, no dia 22 de Outubro de 1950, designei a futura lei alemã sobre cartéis como a peça essencial da economia de mercado social, pela qual acabarão as posições de poderio da economia privada, com base orgânica ou jurídica, para darem lugar a uma concorrência livre de produtos e na qual o Governo Federal passará a ter um instrumento eficiente contra acordos de preços declarados ou camuflados». Por meio dessa lei anti cartel «aplicar-se-ão eficazmente os princípios básicos da nossa política de economia de mercado social». Essa lei será um «marco na história da reconstrução alemã».

Ordens Americanas, Não!

Poderia continuar a citar declarações semelhantes. Se as recorde é apenas para mostrar que todos os cidadãos que em 1949 ou 1953 elegeram este Governo Federal, ao darem desse

modo o seu voto à economia de mercado social, mostravam-se igualmente partidários da lei anti cartel, a não ser que contassem com a falta de seriedade do Governo.

Como ainda hoje, de vez em quando, em certas discussões, se afirma, *tão insensata quão perfidamente*, que os trabalhos para a lei anti cartel alemã se processaram em cumprimento de ordens americanas ou como *realização da ideologia americana*, seja-me permitido dizer algumas breves palavras sobre o assunto.

Nunca a minha actividade nesse sentido obedeceu ou se curvou a ordens americanas, embora tenha sido uma *certa analogia de ideias e sentimentos*, pelos quais a economia americana obteve êxitos indiscutíveis, que, a par do conhecimento dos factos económicos, fortaleceu em mim a convicção da nocividade de limitar a concorrência.

[...]

Lei de Protecção ao Consumidor

Exactamente por isso é que considero importante afirmar que durante as várias fases das reuniões parlamentares não só as considerações táticas dos meus adversários pesaram na demora da votação, como eu próprio contribuí para ela, no desejo de obter do Parlamento uma lei realmente aplicável e que correspondesse aos princípios por mim preconizados. A minha esperança era que, com a aproximação do fim do período legislativo, os membros do Parlamento se sentissem mais inclinados a aprovar a minha proposta, tanto mais que se tratava manifestamente duma *lei de protecção ao consumidor*. Mas não vale a pena ocuparmo-nos por mais tempo desses processos táticos. Interessa-me muito mais expor a minha concepção de cartel, que se manterá válida para além dos sempre variados problemas actuais.

Em primeiro lugar, tenho de explicar *porque sou um inimigo tão declarado dos cartéis* e para o poder fazer será necessário reportar-me ao passado.

Esta atitude baseia-se na minha experiência político-económica, corroborada pela conclusão das ciências económicas e financeiras de que a *economia de concorrência* é a forma mais económica e ao mesmo tempo *mais democrática dos sistemas económicos* e que o Estado só deve intervir na evolução do mercado quando isso for necessário à manutenção do mecanismo da concorrência ou à vigilância dos mercados em que não parece realizável uma total concorrência.

É um facto histórico, e nenhuma doutrina económica pode negá-lo, que o período económico liberal constituiu um poderoso impulso no desenvolvimento da civilização. Depois que o sistema corporativo, pela sua rigidez e pelos seus objectivos económicos e éticos, se

tornara um entrave para o progresso económico, a máxima de «laissez faire» desencadeou forças económicas imprevistas.

Ao passo que as corporações proibiam a iniciativa pessoal e as ideias progressivas, o industrial do princípio do século XIX dispunha da possibilidade de determinar o «como», o «quê», o «onde», o «quanto» e o «para onde» da sua produção. A livre iniciativa, igual para todos, deu lugar à concorrência e simultaneamente ao «mercado», que se tornou o ponto de intersecção de todos os interesses económicos, onde, através do preço de mercado, resultante da oferta e da procura, se controlava a produção e o consumo, para bem de todos.

Nas últimas décadas do século XIX assinalaram-se progressivamente certos fenómenos, que por um lado impediram a eficácia da economia de mercado e por outro provocaram grandes perturbações sociais e políticas.

As forças intrínsecas da economia, mas sobretudo certas medidas tomadas pelo próprio Estado influenciaram o mecanismo da concorrência, pela formação de monopólios e outras situações de influência dentro do mercado. O desenvolvimento da técnica moderna fomentou, por seu turno, novas tendências de monopolização, de modo que o *equilíbrio das condições de concorrência* foi por toda a parte *gravemente prejudicado*.

Qualquer posição de monopólio ameaça prejudicar o consumidor e retardar, além disso, o progresso económico. Os efeitos negativos das tendências monopolizadoras foram tanto mais sensíveis quanto mais modestas eram as economias nacionais e quanto mais estas se isolaram do mercado mundial livre por meio de medidas proteccionistas, ou quando, para proteger esse isolamento, se fomentaram conscientemente monopólios económicos privados através de medidas político-económicas.

Todos Devem Participar no Êxito

O eixo em que assenta esta minha concepção de cartel é a minha convicção de que somente por meio da concorrência livre se pode activamente conseguir que qualquer progresso económico e melhoramento das condições de trabalho se converta, não em lucros ou rendimentos maiores, mas vá beneficiar o consumidor. O sentido *social* da *economia de mercado* reside no facto de *todo e qualquer êxito económico*, toda e qualquer vantagem proveniente da racionalização, todo o aumento de produtividade *vir a traduzir-se no bem-estar* de todo o povo e a satisfazer melhor o consumo.

A economia de mercado implica, portanto, um sistema de livre concorrência e por isso mesmo também não pode funcionar sem o preço livre. Todo aquele que pretender desligá-la

da função do livre preço – seja por imposição estatal, seja por meio de organizações industriais ou por cartéis – sufoca a concorrência e provoca a estagnação da economia.

Numa atitude coerente com esta maneira de pensar, considerei que a minha primeira e mais importante tarefa, desde o dia da reforma da moeda, era limitar e mesmo eliminar as múltiplas intervenções do Estado na formação dos preços. Toda a gente sabe desde essa altura que assentei a minha política económica no princípio da liberdade e da iniciativa, porque um sistema só pode ser verdadeiramente orgânico e harmónico dentro dum mercado livre onde reina a livre concorrência de produtos e a livre formação de preços.

Assim como me recuso decididamente a aceitar qualquer espécie de dirigismo burocrático ou económico comandada pelo Estado, também estou firmemente decidido a opor-me a outras formas de influência económica colectiva. Entre *dirigismo estatal e patronal* não existe *qualquer diferença*, nem de princípios, nem de funções. Se queremos um sistema económico e social livre, não podemos conceder a ninguém nem a nenhum grupo o direito de interpretar a liberdade a seu bel-prazer para a poder limitar. Economia livre, em minha opinião, é sinónimo de economia patronal livre. Os industriais não sabem o que fazem e prejudicam-se a si próprios quando combatem o sistema económico de concorrência.

Para mim, liberdade é um todo indivisível. Liberdade política, liberdade económica e liberdade humana constituem uma unidade complexa. Não é possível arrancar-lhe um bocado sem provocar a destruição do todo.

O Segredo da Economia de Mercado

Após *tantos anos de falta de liberdade* política, todo o político que se interessa pelo bem da comunidade devia tomar consciência dessa indivisibilidade e do *dever de voltar a garantir ao indivíduo a sua liberdade*. A noção desta responsabilidade levou-me, logo a seguir à minha posse, a acabar com o fantasma que através do Estado perseguia a economia e o industrial. Para isso, criei, no âmbito da minha repartição, as condições básicas dum sistema verdadeiramente democrático, abrindo, desta maneira, o caminho à liberdade.

O segredo da economia de mercado e a sua superioridade em relação a qualquer espécie de dirigismo traduz-se exactamente pelo facto de nela se consentirem processos de adaptação por assim dizer diários, horários, que permitem a correspondência justa e o equilíbrio, quer quantitativo, quer qualitativo, entre oferta e procura, entre produto social e rendimento colectivo. Todo aquele, portanto, que não aceita a concorrência e o preço do mercado livre deixa de ter qualquer argumento contra o dirigismo económico.

Mas os meus adversários podem perguntar se a liberdade pessoal por mim tão apregoada não é de facto demasiado limitada, visto que não permite que o industrial use a sua liberdade como ele entende, isto é, que ela sirva para limitar a sua actividade de industrial independente. Reconheço com muito prazer que este é o *problema central da economia de mercado*. Responder-lhe significa *demonstrar a flagrante diferença* entre economia de mercado *social*, como tentamos realizá-la desde 1948 na Alemanha Ocidental, e economia liberal de cunho antigo. Segundo a minha concepção, a *economia de mercado social* não implica exactamente a *liberdade* de o industrial *poder eliminar a concorrência por meio de acordos de cartel*; pelo contrário, ela implica a obrigação de conquistar a preferência do comprados pelos seus próprios meios, em emulação com os outros concorrentes. Não é ao Estado que compete decidir das vitórias dentro do mercado, nem tão-pouco a organizações industriais como os cartéis, mas exclusivamente ao *consumidor*. *Qualidade e preço* determinam o tipo e a orientação dos produtos e só segundo estes critérios se processa a escolha no plano económico privado.

Assim considerada, a *liberdade* é direito de todo o cidadão, que não pode ser *alienado seja por quem for*. A liberdade preconizada pelos adeptos dos cartéis para eliminar a verdadeira liberdade não é o conceito de liberdade que eu desejaria saber antecipadamente obrigatório, no interesse da subsistência do industrial livre. Quem pronuncia a palavra liberdade deve pronunciar-la lealmente. A *liberdade* – repito – *é e será sempre um todo indivisível* e não pode ser defendida ou condenada conforme as conveniências.

O pólo oposto da liberdade económica é o poderio económico. Há por isso que garantir, por meio de medidas legais, que as vantagens da economia de concorrência não sejam substituídas pelas desvantagens, historicamente comprovadas, duma grande concentração de poder.

O legislador deve considerar o problema do poderio económico como um facto de possível desequilíbrio dentro da economia de mercado e votar-lhe, por isso, toda a sua atenção. A concorrência, que condiciona o aumento da produção e fomenta o progresso, deve ser assegurada através de medidas estatais sistemáticas e protegida contra todos os elementos de perturbação, tornando-se sobretudo necessário garantir que a formação de preços livres, que comanda a evolução económica dentro dum mercado sem manipulações, não seja impedida na sua função.

As Formas Principais de Poderio Económico

O poderio económico pode formar-se essencialmente de três maneiras:

1. Numa base de organização legal, em que várias empresas juridicamente independentes, pela limitação recíproca da sua independência ou duma só em relação às outras, se comprometem, por contrato ou determinação, a limitar ou eliminar a concorrência pela regulamentação dos factores do mercado;
2. Numa base de relações de capital, em que o livre arbítrio duma empresa legalmente independente é influenciado por outra a que a primeira está subordinada por relações de interesse ou de propriedade, pelo que não pode nem tem permissão para exercer o seu poder no mercado;
3. Pela formação de grandes empresas, que, devido à sua forte posição no mercado, influenciam predominantemente a oferta e a formação de preços.

Pelo poderio económico, o preço, que numa economia de concorrência perfeita não obedece às prescrições de nenhum dos participantes no mercado, pode ser alterado a seu bel-prazer e a evolução do mercado ser consciente e artificialmente orientada, de modo a favorecer os interesses e a conceder vantagens aos grupos detentores desse poderio. O preço, numa produção assim organizada em monopólios, deixa de ser um «dado», que todos *terão de respeitar* para manter a sua capacidade de concorrência, e passa a poder ser manipulado e *estabelecido ao critério de cada um*.

Como consequência disto, surge o perigo de *lesar o consumidor* e de se efectuarem investimentos económicos defeituosos e a possibilidade de *prejudicar o progresso* técnico e económico.

O legislador deve eliminar os factores prejudiciais à evolução do mercado, de maneira a:

- a) Conseguir alargar o mais possível a livre concorrência;
- b) Impedir o abuso do poderio económico em mercados onde não é possível estabelecer a livre concorrência;
- c) Criar para esse fim um órgão estatal que vigie e – se necessário – influencie o fenómeno do mercado.

Uma concepção económica assim sistematizada forma – como atrás se disse – *um equivalente da democracia política*. Enquanto pelo teor desta há que considerar o direito político de voto de todo o cidadão, o sistema de concorrência assegura como *direitos económicos fundamentais* a liberdade de trabalho e a *escolha de consumo*.

A estreita relação de dependência entre a concepção política e a concepção económica deixa entrever a urgência e a necessidade de fixar legalmente os direitos económicos fundamentais. O objectivo dos meus esforços, portanto, é consolidar legalmente a

concorrência como a forma impulsionadora da economia de mercado e o preço livre como o elemento regularizador do mesmo sistema.

Todo aquele que passar por cima destes princípios ou os considerar como coisa de pouca importância, mina a estrutura da *economia de mercado* e destrói os fundamentos da nossa ordem económico-social. O leitor facilmente perceberá que estes são os problemas fundamentais da política económica e que a discussão suscitada pela política de cartel não é uma discussão qualquer. É antes o problema central da nossa ordem económica. Só considerando-o assim se podem compreender os anos de luta por uma lei anticartel.

Mas permitam-me que foque igualmente o *lado social* do problema. Fundamentalmente sou também inimigo dos cartéis, porque uma economia de mercado verdadeira, com sérios objectivos sociais – e acentuo conscientemente a palavra «sociais» –, só pode ser garantida se, pela livre concorrência, a melhor produção for preferida à pior, e, por esta forma de concorrência, *se conseguir uma óptima satisfação das necessidades em quantidade, qualidade e preço*. Ao mesmo tempo, este princípio assegura que a uma produção maior corresponda um lucro maior e que o patrão socialmente mais classificado tenha maiores garantias e melhores possibilidades.

Quanto à *apreciação moral* dos cartéis, tantas vezes mal interpretada, declaro francamente: longe de mim julgar os cartéis, sobretudo moralmente, ou de querer atribuir ao industrial ou às empresas desígnios desonestos.

Se um industrial, por exemplo, é de opinião que pelo preço do seu produto deve ser remunerado das despesas feitas, não há nisso nada de moralmente condenável. Simplesmente tal concepção não é compatível com as leis intrínsecas duma economia de mercado, pois garantiria também um rendimento ao pior dos industriais.

Não, nem com a melhor das vontades consigo vislumbrar algo de positivo nos cartéis; pelo contrário, em relação à economia nacional, só encontro neles aspectos negativos. Quantas vezes, nestes últimos anos, vi pessoas chegarem até mim – um ramo industrial após outro – e afirmarem que, se não lhes fosse permitido fazerem acordos sobre os preços, abririam de certeza falência. Não lhes dei tal permissão, mas também nunca se produziram tais falências.

Já em ocasião anterior eu disse, gracejando:

«Em volta da minha secretária chovem de manhã à noite as ameaças de catástrofe, mas ainda continuo à espera dela.»

De crise em crise, a economia alemã tem-se desenvolvendo bastante bem nos últimos anos...

As Excepções são Possíveis e Necessárias

Tive, portanto, bons motivos para, durante estes anos todos, defender o princípio da economia de mercado com um *rigor que chegava a ser obstinação*. Mas tenho também plena consciência de que a *ideia teórica da livre concorrência* não é aplicável em certos casos, porque infelizmente também tem sido corroída por toda a parte. Apesar disso, devemos dar-nos por *felizes* por termos voltado a dispor duma ideia firme, baseados na qual reencontrámos finalmente um sistema económico, que nos permitiu deixar de viver ao deus-dará.

Mas possuir uma «ideia teórica» como esta não significa que ela é realizável em toda a parte e em toda a sua pureza. Não sou *tão ingénuo* que não veja os milhares de exemplos à minha volta, que deixam ver como o esquema teórico da livre concorrência sobre a interferência de outros elementos, que lhe diminuem a validade. Também não sou dogmático a ponto de não ver que pode haver situações em que a proibição geral dos cartéis pode ou deve mesmo sofrer uma modificação, de modo a ser possível, em casos particulares, diminuir ou levantar essa proibição. Quem julgar, porém, que devido a isso pode trocar da «ideia teórica» da livre concorrência, só dá mostras da sua insuficiência mental.

Exprimindo exactamente as ideias acima expostas, o projecto-lei governamental é, pois, também *isento de todo o dogmatismo*. Não parte da ideia muito criticada da plena concorrência, mas admite a possível legitimidade ou mesmo a necessidade duma intervenção. Assim, a lei prevê cartéis de circunstância ou cartéis de exportação e até cartéis de racionalização. *Ninguém pode*, portanto, em boa consciência, *afirmar que não se têm em conta as legítimas necessidades da economia* e que por este processo se faz uma discriminação de certos sectores económicos.

Uma Luta de Princípios passa à Margem do Problema

Estas considerações ficariam incompletas se não falasse aqui nas discussões entre os partidários duma lei de proibição dos cartéis e os que preferiam uma lei de restrição. Esta maneira de discutir a questão, tal como a tentativa duma apreciação moral, não considera, em minha opinião, o fulcro do problema. Permitam-me, portanto, que acentue, mais uma vez, que a minha atitude de recusa em relação aos cartéis não é determinada por aquelas ideias ou manobras conscientemente desleais que caracterizam a discriminação, mas fundamenta-se no facto de eu considerar os acordos colectivos de preço – mesmo quando este sejam inteiramente razoáveis numa base moral e aritmética – prejudiciais à economia nacional. E considerar assim o problema é considerar inúteis todas as leis de restrição.

Vou mesmo ao ponto de dizer que um acordo de preços demasiado baixos pode ser tão prejudicial à economia nacional como uma fixação de preços demasiado altos. O único preço de mercado «adequado» e conveniente para a economia nacional *não se pode calcular* abstractamente. Resulta, pelo contrário, da função equilibrante do preço dentro dum mercado livre. Considerar de outra maneira o fenómeno do preço dá origem a deformações, como vimos por exemplo suceder no caso dos cálculos L. S. Ö.²⁰, e leva necessariamente a pensar que o industrial pode sempre exigir uma cobertura das suas despesas.

A lei de proibição é, segundo me parece, coerente sob todos os aspectos, porque aproveita a única lição possível a tirar das experiências negativas feitas com toda a espécie de leis de restrição, *permitindo* todavia *evidenciar quais as excepções necessárias ao bem da economia nacional*.

Além disso, não é também certamente por acaso que os adeptos dos cartéis cometem o grande erro – que é igualmente indício da sua fraqueza – de só quererem avaliar os efeitos das medidas anticartel pelas consequências económicas que particularmente afectam as empresas que lhes interessam, evitando propositadamente qualquer apreciação global da economia da nação. São exactamente os cartéis rígidos e eficazes nos seus objectivos aqueles que, na maior parte das vezes, devem ser considerados mais prejudiciais à economia nacional.

A legislação sobre cartéis, por isso, não pode de modo algum sofrer modificações, no que diz respeito à sua proibição, ou passaria a ser uma farsa, que só *ridicularizaria* a política do *Governo Federal* perante a opinião pública. Além disso, creio que a lei anticartel é um bom meio, se não o melhor, para fazer cessar os ataques políticos contra a economia de empresa.

O *industrial* passa a ser *inatacável*, quando uma livre concorrência de produtos torna de facto indispensável a sua função de livre industrial e quando, por meio dessa concorrência e do progresso consequente, se efectua um preço que abra óptimas possibilidades de vida ao consumidor. A atitude do consumidor em relação ao nosso sistema económico tornar-se-á cada vez mais favorável se o cidadão for adquirindo a certeza de que por meio do mercado livre é senhor do seu próprio destino e não está à mercê de forças e pressões económicas anónimas.

Os adeptos duma vigilância ou restrição de cartéis são no fundo muito mais dogmáticos do que os partidários duma lei de proibição, pois recusam-se a aceitar qualquer objecção. E persistem na sua atitude, mesmo quando se lhes prova que uma lei destinada a impedir os abusos dos cartéis não resolve de modo nenhum o problema económico. Não acuso os cartéis de abusos no sentido criminosos ou amoral. O «abuso» manifesta-se nos acordos e na

²⁰ *Leitsätze für die Preisermittlung auf Grund der Selbstkosten bei Leistungen für öffentliche Auftraggeber* - Orientações para determinação do preço com base nos preços de custo para entidades adjudicantes (N.T.).

estagnação de preços, isto é, na anulação da função do livre preço. Por isso considero que uma *lei de restrição não serve para nada*.

Mas, ao longo de todos estes anos, os partidários dos cartéis nunca responderam às minhas objecções. Reconheço, no entanto, que, devido ao seu próprio ponto de vista, eles não têm resposta para me dar.

Barómetro Insubstituível

É utópico, é completamente impossível, querer, por meio de um cartel, constituir preços «adequados» à economia nacional. Quem puder que venha refutar a minha concepção fundamental: num mercado livre, para o qual industriais livres produzem por sua livre conta e risco, não pode haver preços combinados nem dominados por cartéis, senão o equilíbrio qualitativo e quantitativo entre a oferta dos diferentes produtores e a ainda mais variada procura dos milhões de compradores tornar-se-á logicamente impossível.

A economia ficará às cegas e o industrial deixará de poder tomar as disposições adequadas ao mercado se não tiver o preço reagente a indicar-lhe onde, quando e que tipo de mercadoria foi produzido a mais ou a menos. O equilíbrio entre oferta e procura deixa de existir, sempre que a economia fica estagnada por meio de cartéis.

O bom funcionamento duma economia nacional livre, que para os leigos é quase misterioso, consiste exactamente em saber como proporcionar aos milhões de compradores do nosso país um mercado fornecido exactamente daquilo que eles desejam consumir.

É impossível dizer que as centenas de milhar de industriais livres existentes, cada qual fornecendo os seus produtos, não tenham jamais cometido algum erro. Evidentemente que não são infalíveis, quero dizer, uns produzirão a mais, outros a menos, e a qualidade e o preço nem sempre são os desejáveis, isto é, nem sempre produzem o que é procurado. Além disso, todos sabemos como o consumidor é volúvel. Mas, apesar de o consumo da comunidade estar em permanente alteração, a oferta deve poder satisfazer essa procura e, para realizar essa «habilidade», o industrial, se quer subsistir, não pode ter outra ambição e desejo senão «ter sempre uma posição justa» dentro do mercado, não perdendo o favor do consumidor e oferecendo-lhe sempre o melhor produto, para competir com vantagem com os concorrentes. E nesta luta pela obtenção de situações dentro do mercado a função do livre preço não pode ser excluída.

Duma maneira indirecta, isto significa naturalmente que ao industrial não se pode garantir que pelo preço de venda será reembolsado do custo da produção. Se um cartel pretendesse apoiar-se numa tese moralmente tão perigosa, o *industrial forçosamente*

deixaria de poder fazer valer o seu *direito à existência*, passaria a ter uma tarefa meramente técnica e burocrática, que qualquer funcionário industriado poderia executar, e deixaria de ter, com razão, um lucro de industrial.

Se o equilíbrio da economia nacional o exigir, quer dizer, se isso for necessário à redução da oferta ou da procura, o preço deve e pode atingir um nível tão alto como talvez num cartel isso não seja possível. Mas, por outro lado, ele será inferior ao custo se as condições do mercado assim o exigirem.

Por isso sou obrigado a dizer que não a todos aqueles que baseiam a necessidade de cartéis em motivos económicos ligados ao funcionamento das empresas. Em verdade, não tenho objecções a fazer contra cálculos de custo; desejaria até que todas as fábricas fossem capazes de fazer cálculos certos, pois o cálculo dos custos pode ter mesmo a vantagem de revelar as possibilidades da fábrica, o seu desenvolvimento e se e até que ponto ela é capaz de se afirmar pela concorrência dos seus produtos. Mas é completamente errado exigir ou desejar politicamente cartéis com base nesses cálculos.

Os industriais alemães, que com todo o direito são contra um alastramento indevido das *tendências de intervenção dos operários*, têm todos os motivos para renunciar à sua apologia dos cartéis, pois na realidade a política de preços livres ou fixos relaciona-se intimamente com o problema do direito de intervenção do operário.

O industrial só pode demonstrar o seu direito de existir quando estiver disposto a cumprir a sua função de industrial livre, aproveitando todas as oportunidades, mas correndo também todos os riscos. Ele só é insubstituível e inatacável enquanto afirmar a sua posição no mercado livre, em livre concorrência. Logo, porém, que o industrial tenta *reduzir o risco por meio de acordos colectivos* ou pretende eliminá-lo por completo, isto é, se, por meio de cartéis, pretende que as decisões que caracterizam a empresa propriamente dita, do plano da fábrica transitem para um plano de associações de empresas, então parece-me que não será por mais tempo possível nem haverá direito ou a firmeza de convicção necessários para repelir as exigências de intervenção dos operários.

Ao formar cartéis, o industrial priva-se das *suas funções mais próprias*, acaba por se tornar praticamente num funcionário e é portanto substituível. No momento em que o industrial declina a sua responsabilidade, e o destino duma fábrica e do seu pessoal passa a depender de decisões colectivas, a opinião pública em relação ao industrial muda também necessariamente. No clima social dos meados do século XX não é de admirar que perante decisões tão graves os operários exijam ter direito a intervir. As empresas, ao renunciarem voluntariamente à liberdade, destroem o prestígio político-social, sociológico e moral da sua posição. No mesmo momento, sobe ao poder o *funcionalismo*, e com todo o direito.

Finalmente não quero deixar de fazer uma afirmação, bastante penosa para os industriais adeptos dos cartéis: a economia, depois de 1948, quando a conjuntura se caracterizou por um mercado de compradores, apoiou entusiasticamente a liberdade da concorrência e da formação de preços, mas mudou inteiramente quando, ao atingir-se uma situação económica equilibrada, se fizeram sentir as leis intrínsecas duma conjuntura de «alta» colectiva.

Cartéis Para Vencer Crises

Um dos argumentos principais dos partidários de cartéis é que as associações económicas do tipo cartel são indispensáveis para eliminar, ou pelo menos atenuar, as consequências das crises, quer se trate de crises de conjuntura ou de estrutura.

Longe de mim atribuir todas as crises económicas ao excesso de cartéis. Seria evidentemente um *disparate*. Mas estou igualmente convencido de que a tentativa de vencer a crise pela fusão em cartéis não resolve o problema da economia nacional e nunca poderá ter êxito.

À oferta de bens, dentro da economia dum país, corresponde sempre e apenas determinado poder de compra e por isso nem todos podem gozar ao mesmo tempo dum aumento desse poder de compra. A não ser que fizessem contas milagrosas.

As associações de cartel desencadeiam logo de início um grande perigo. É que os ramos económicos que fornecem produtos de primeira necessidade podem de facto ficar com maior poder de compra do que aqueles que lhes seria facultado num mercado livre. Mas a vantagem desses privilegiados vai ser necessariamente uma dura desvantagem para aqueles a cujos produtos só poderá destinar-se um poder de compra conseqüentemente menor. O que se disse sobre os bens de primeira necessidade é igualmente válido para todos aqueles casos em que o poderio cria situações de preferência.

Na verdade, os adeptos dos cartéis apontam repetidas vezes a necessidade de impedir os *fracassos* económicos e julgam ter encontrado nos acordos de preços dos cartéis um meio de salvação contra esses males. Mas, dessa maneira, *impede-se* pelo contrário a *solução* orgânica da *crise*. Se um determinado produto, a um determinado preço, só é vendável numa certa quantidade, mas em todo o caso insuficiente para a indústria, ou se porventura, devido às variações do consumo, a procura de tal produto diminui, um acordo de preços não serve para nada. Se um preço mais baixo atrai novos compradores, permitindo elevar o consumo, e um preço mais alto, pelo contrário, afasta os compradores, um cartel, que pretende deter a queda do preço e assegurar a cobertura do preço da produção, só terá como consequência reduzir artificialmente o volume da produção, aumentando ao mesmo tempo o seu custo. *O equilíbrio nunca se obtém – a crise agrava-se cada vez mais.*

Logicamente, um procedimento deste tipo conduz a uma inevitável atrofia das actividades da economia nacional e, se houver muitos a assumir a mesma atitude, chegaremos à completa estagnação do mercado e por fim a um agravamento da crise, que não terá solução. E então nenhum acordo de cartéis conseguirá activar de novo a conjuntura para dar lugar à renovação.

Num *mercado livre*, pelo contrário, será muito mais difícil produzirem-se alterações de crise, porque exactamente o preço livre mostra duma maneira muito sensível as mudanças e oscilações do mercado e pela concorrência podem-se activar logo as forças que conduzirão a uma adaptação e depois a um equilíbrio.

Numa economia de mercado livre, muitos dos problemas solucionam-se muito mais organicamente pela conjuntura de «alta» colectiva provocada por essas forças dinâmicas. É esta a única via que leva a economia e o industrial ao êxito e à liberdade. E mesmo que no decorrer deste processo se tenha de renunciar alguma vez ao lucro ou a sofrer prejuízos, frequentemente se tem verificado que uma *economia com base na livre iniciativa* possui uma *capacidade quase inacreditável de adaptação* e que é exactamente esse «ter de manter-se» dentro do mercado que garante o progresso económico e as vantagens duma maior produção também para o consumidor, isto é, para a *totalidade do povo*.

Por este conjunto de funções, podemos com todo o direito apelidar a nossa política de “economia de mercado social”. Para fundamentar moralmente a sua posição, a coisa melhor que o industrial tem a fazer é estar francamente disposto a correr o risco com todas as suas consequências e não refugiar-se em cartéis, procurando a segurança em associações colectivas. É uma *via* mais que *perigosa* a que o industrial enceta, se *renuncia à responsabilidade* pessoal para se *diluir na colectiva*.

Muito menos se podem justificar os cartéis com o argumento *político-social* de que eles têm por fim a protecção do industrial e a garantia do trabalho e que por esse motivo o próprio operariado estaria interessado no sistema. É um argumento insustentável, mesmo perante aqueles que só em certa medida podem avaliar os fenómenos da economia nacional.

O que se protege artificialmente e se assegura por meio dos cartéis é, no melhor dos casos, um *trabalho não rendoso, improdutivo*, com o perigo daí resultante da inércia da produção de toda a economia nacional, o que, num mundo onde impera a concorrência internacional, será necessariamente fatal se durar muito tempo – embora, em face dos saldos positivos da nossa exportação actual, se pretenda minimizar perigos como esse.

Uma política destas não pode ser apelidada de social, porque *entrava o progresso* e impede a criação de novos, produtivos e seguros locais de trabalho. Em nenhuma outra época da história da economia alemã houve tantos desempregados como durante a fase em que os

cartéis eram florescentes. Os cartéis pagam-se necessariamente com um nível de vida mais baixo.

A Lenda da Protecção à Classe Média

A fim de angariar simpatizantes, os adeptos dos cartéis jogaram com todos os trunfos possíveis. O mais extraordinário que tem sido usado nos últimos tempos é a afirmação de que *os cartéis serviriam* para fomentar o *bem-estar* e a protecção da *classe média*. Isto, para o comentarmos amavelmente, é uma *daquelas lendas caracteristicamente modernas* que não contém uma só centelha de verdade. Em qualquer mercado, o poder de compra é tanto maior quanto maior é a quantidade de bens de consumo. Mas isso significa que todos os que oferecem bens e serviços têm de lutar pelo poder de compra existente no momento. (O leitor com conhecimentos de economia perdoará a simplificação do problema, visto ela não ser essencial a uma apreciação específica).

Sabemos com toda a certeza que nem todos os ramos da nossa economia têm iguais capacidades ou desejo de formar cartéis. Na indústria de matérias-primas e no sector da indústria pesada, que produzem bens de produção e nos quais, por consequência, é muito fácil conseguir uma identidade de opiniões, percebe-se que haja uma tendência, um desejo e uma capacidade técnica maiores para formar cartéis. Quanto mais, porém, nos aproximamos da esfera da manufactura, quanto mais um produto vale pelo seu acabamento perfeito, quanto mais fortes são as oscilações e mudanças provocadas pela moda, mais difícil se verifica a possibilidade dum entendimento, mais inúteis e ineficientes se tornam os acordos de cartel.

Só pode desejar um cartel aquele que julga encontrar nele mais segurança e maiores lucros ou melhor reembolso do custo dos seus produtos do que aqueles que pode alcançar fora do cartel. Mas isso significa que aqueles que conseguem impor os seus cartéis passam a ter uma situação especial e melhor dentro do mercado. O seu objectivo é, portanto, obter para si a maior parte do poder de compra existente, isto é, produzir e vender mais do que lhes compete dentro dum mercado livre. Evidentemente que isto tem como resultado que essa maior parte do poder de compra, que certos grupos chamam a si, vai necessariamente faltar noutros sectores da economia nacional. *E falta exactamente naqueles sectores da classe média em que trabalham centenas de milhar de pequenos e médios industriais.* É aí que falta o poder de compra que os ramos industriais com capacidades para formar cartéis canalizaram para a sua indústria.

É fora de dúvida que as indústrias com capacidades para formar cartéis nunca são aquelas em que participa a classe média. As empresas médias dedicam-se aos produtos

acabados, à manufactura. Encontramo-las no sector dos bens de consumo, no comércio no artesanato.

E ninguém esqueça que o poder de compra não aumenta *nem um pfennig*²¹ por meio de manobras tipo cartel. O resultado é que, numa economia semeada de cartéis, o poder de compra não chega para absorver toda a oferta de bens e isso vai redundar um prejuízo dos ramos económicos sem capacidades de formar cartéis, sobretudo da classe média. Se, depois, ensinada por essa experiência, a classe média da indústria de manufactura e do sector de bens de consumo pretender procurar a salvação igualmente por cartéis, verificar-se-á que os elementos de divergência, na maior parte das vezes, são impossíveis de conciliar e que as dificuldades técnicas só permitem soluções muito problemáticas. Mesmo quando o acordo é possível, verifica-se automaticamente pela experiência que no melhor dos casos é possível salvar o preço exigido, mas nunca manter o volume de vendas. Este facto também não surpreende ninguém. É antes compreensível. Admitindo que a economia dum país dispunha, por meio de cartéis, da possibilidade ou do poder de elevar em 10% o nível dos seus preços, a verdade é que o poder de compra real dos consumidores desceria necessariamente 10%. Numa economia de mercado livre, o fenómeno da existência dum volume grande de artigos invendáveis retomaria de novo equilíbrio por meio da pressão do preço. Numa economia dominada por cartéis, uma experiência semelhante levará a uma crise insolúvel.

Outra censura à minha maneira de considerar o problema dos cartéis é que um departamento de cartéis, naturalmente necessário, significa o começo dum *novo dirigismo estatal*.

É-me difícil conceber que esta censura possa ser levada a sério por um conhecedor da matéria. Apesar disso, ocupar-me-ei a refutá-la, já que surge repetidas vezes na discussão.

Quase me sinto inclinado a crer numa confusão de linguagem babilónica. Por um lado, essas pessoas esforçam-se por provar que os cartéis não são tão fáceis de formar como se pensa e que, portanto, não existe o perigo de um alastramento de cartéis por toda a economia; por outro, preocupam-se por o número de pedidos para a formação de cartéis poder vir a ser tão grande que o departamento correspondente seria incapaz de levar a cabo a sua tarefa.

Com isto se tenta, e duma maneira pouco convincente, denunciar como dirigista um departamento que, pelo contrário, tem por objectivo impedir o dirigismo dos cartéis e o advento duma nova economia dirigida, organizada por sectores privados. É completamente insensato *falar de intervencionismo estatal* quando o Estado vigia para que os princípios *duma ordem social democrática livre sejam processados*.

²¹ Centésima parte do marco (N. T.).

Uma Palavra Aos Industriais

A fechar estas considerações, quero ainda *dirigir uma palavra aos industriais*:

O industrial livre, estou firmemente convencido, só pode sobreviver pelo sistema de economia de mercado. Num outro sistema qualquer ele degradar-se-á progressivamente até se tornar um simples órgão executivo de ordens estranhas e um funcionário que cumpre determinações dirigistas.

No momento em que o industrial deixar de querer cumprir a tarefa económica de medir forças com os seus concorrentes, no momento em que se instituir um sistema que deixe de fomentar o vigor, a fantasia, o espírito, o valor próprio e o poder criador, no momento em que o mais capaz já não puder nem lhe for permitido vencer o menos capaz, nesse momento pouco tempo restará de vida à economia de empresa. A mediocridade será geral, verificar-se-á o alienamento das responsabilidades, e o anseio de segurança e estabilidade criará uma mentalidade que deixará de estar em harmonia com o espírito da livre iniciativa.

Estou convencido de que o ataque dos colectivistas de todo o género contra a economia de mercado tem por objectivo destruir a função do industrial. Se a tendência para as associações colectivas alastrar até à esfera dos próprios industriais, então, provavelmente mais cedo do que os industriais pensam, chegará o momento em que, no plano político, já não se saberá quer argumentos empregar para defender a propriedade privada dos meios de produção e o direito de livre decisão económica do industrial.

Portanto, resumo mais uma vez:

Se se considera a minha concepção de cartel como inimiga do industrial, sou obrigado a duvidar da seriedade e sinceridade de tal interpretação. Não há na Alemanha *defensor mais fervoroso da economia industrial livre* do que eu me considero. Através dos anos em que tenho sido responsável pela política económica da República Federal, mantive-me sempre fiel a esta atitude e sempre a defendi energicamente, apesar de todas as suspeitas, inimizades e difamações. A História provará que na luta por essa lei anticartel eu defendi melhor a posição do industrial livre do que aqueles sectores, que, no seu fanatismo, vêem a salvação do industrial no cartel.

8. O Valor da Troca de Impressões Directa

O lugar que o indivíduo ocupa dentro do Estado, ou melhor, a posição do cidadão em relação ao Estado, devia ser motivo permanente de séria reflexão para o político responsável. Ao abordar este problema, pretendo definir a minha posição, pelo menos superficialmente,

em relação à necessidade, para não dizer fúria, de organização que caracteriza o século XX. A sóbria e outrora tanta vez ridicularizada mania dos alemães de formar clubes assumiu neste caso uma forma nova e perigosa, pois favoreceu a convicção de que era necessário criar *organizações fortes e influentes*, que estivessem em condições de fazer valer a sua vontade por meio de manifestações politicamente poderosas, para assim conseguir fazer capitular o Estado perante exigências ligadas aos seus interesses. É evidente que muitos dos grandes grupos de interesses se esforçam por agir segundo estes princípios e que a prática deste método visa necessariamente transformar o Estado em juguete dos interessados.

A par deste fenómeno, verifica-se um outro que quase se pode considerar trágico: a experiência adquirida ao longo destes anos em que tenho assumido a responsabilidade pela nossa política económica ensina-me continuamente que nessas manifestações colectivas de vontade há sempre *erros de tradução* da pior espécie que nos passam despercebidos. Aquilo que o indivíduo, seja qual for a sua classe ou profissão, desejaria manifestar como vontade, esperança, preocupações e anseios seus, pouco tem que ver com as iniciativas das organizações encarregadas de o representar, ou com o que elas apresentam como reivindicações.

Esta afirmação pode provar-se facilmente por meio de muitos exemplos. Lembremos por exemplo o resultado do inquérito na altura da greve a favor do direito de intervenção do operário. À pergunta «porque fazem greve» só uma percentagem infimamente pequena dos interrogados foi capaz de dar uma resposta mais ou menos justificativa dos motivos que haviam levado os sindicatos a proclamar a greve.

Isto não acontece apenas nas relações entre os patrões e o seu pessoal. Muitas vezes tive ocasião de verificar, noutros campos, *erros de tradução* igualmente grosseiros, como por exemplo ao falar com industriais isolados sobre a sua posição em relação às exigências de cartel por parte das associações dos vários ramos económicos, ao discutir com certos comerciantes as várias leis profissionais e com representantes da classe média as suas exigências colectivistas. Cada vez mais constato quão *pouco*, ou melhor quão *imperfeitamente* a proclamada *vontade colectiva* corresponde directamente à *vontade industrial*.

Para o Futuro da Democracia

Com base nesta experiência, creio que uma organização só é *inofensiva* para a política do Estado enquanto se esforça seriamente por adicionar as opiniões individuais no sentido duma uniformização, mas não tenta desenvolver uma política de força própria.

Este é um dos problemas mais difíceis a resolver dentro da nossa jovem democracia, que luta ainda pela sua forma definitiva. E, no entanto, a sua solução não é de modo algum tarefa do Estado. Todos têm o dever de procurar reencontrar formas de vida comum, nas quais o cidadão seja o primeiro a sentir-se responsável pelo seu destino e deixe de estar disposto a submeter-se a um *nebuloso anonimato* – e por consequência a consentir sem reservas que uma instituição se arrogue o direito de exercer à vontade o seu mandato.

Precisamos de manter viva a *vontade* de independência e de *liberdade*, que representa uma das forças mais elementares do homem e que diariamente devemos fortalecer. Não concebo que alguém se possa sentir feliz ao renunciar às suas opiniões e ao pôr confiadamente nas mãos duma organização as suas esperanças no futuro. E finalmente também não estou pronto a reconhecer que os melhores argumentos estão sempre com as organizações mais fortes. Quantas vezes já disse isto!

É de resto um *mau costume característico dos tempos actuais pensar* e mesmo falar apenas por *ideias colectivas*. Não é na verdade terrível que as classes profissionais exprimam sempre *uma* opinião, exijam sempre o absoluto? Esta estreiteza de espírito é totalmente infrutífera, conduz necessariamente à esterilidade. Expõem-me, por exemplo, as ideias *da* economia, *da* indústria, *do* comércio, etc. Mas – pergunto eu – quem é *a* economia, *a* indústria, *o* comércio? As opiniões dos membros dessas classes deixam-se colectivizar, resumir a tal ponto, que qualquer pessoa tem o direito de poder falar no singular? Se se argumentasse que nesta ou naquela questão uma grande parte era desta, outra daquela opinião, tal afirmação ainda mereceria crédito, deixando igualmente alternativas de ordem prática. Mas a formação *de um juízo colectivo* é em regra quase *impossível*, sobretudo se ele me é apresentado como sendo obrigatoriamente a opinião de todos os interessados.

Com o exposto não quero *fazer um juízo desfavorável* de todas as nossas formas associativas. Pretendo apenas apontar a relatividade de tais afirmações e denunciar um problema grave da nossa economia social e também da nossa política económica. Por isso *recebo sempre com agrado qualquer manifestação de opinião directa*. Tenho muito prazer quando os cidadãos me escrevem directamente para exprimir os seus problemas pessoais, me manifestam o seu apoio, e, evidentemente, muitas vezes também o seu desacordo violento contra certos propósitos.

Esta manifestação livre de opiniões tem-me prestado muitos e bons serviços. Serve-me pelo menos de «controlo» para saber se a reacção da população aos fenómenos contemporâneos é positiva ou negativa.

[...]

9. A Economia de Mercado Torna Possível um Salário Justo

A minha luta sem tréguas para assegurar uma concorrência livre autêntica tem por principal objectivo não permitir o afrouxamento daquelas forças benéficas que no nosso país levarão a economia alemã a um aumento progressivo da sua produtividade. Quando não há concorrência, dá-se necessariamente um afrouxamento, que acabará por conduzir a uma estagnação geral. Cada um passa a defender apenas aquilo que possui, isto é, deixa de se interessar pelo aumento progressivo da sua capacidade produtiva, tão necessária à prosperidade da economia nacional.

Este aumento do rendimento económico, porém, não deve ser um fim em si próprio. O facto da economia de mercado social só se pode considerar-se totalmente realizado quando, a par duma produtividade crescente, é possível um abaixamento de preços e, portanto, um efetivo aumento do salário real.

Não desistirei de trabalhar nesse sentido — mesmo agora que muitos já não acreditam ser possível ou estar destinada a êxito uma política que vise o abaixamento dos preços. É exactamente numa fase de desenvolvimento económico como a que atravessamos que este objectivo deve estar sempre diante dos nossos olhos. Durante a crise da Coreia não estivemos perante os mesmos problemas? No congresso da C.D.U., em Groslar, realizado em 22 de Outubro de 1950, numa época, portanto, em que os preços atingiram um nível bastante elevado, pude declarar a título de exemplo que a fábrica Volkswagen, pouco tempo antes e apesar do aumento do custo da matéria-prima, levava a cabo um abaixamento de preço de 10% a par dum aumento, também de 10%, dos salários e ordenados e a propósito fiz observar que essa política corresponde perfeitamente ao objetivo da economia de mercado social.

O exposto deve bastar para provar com clareza a coerência entre a luta pela manutenção da concorrência e o desejo do melhoramento do nível de vida. É economicamente impossível pretender uma, renunciando ao mesmo tempo ao outro. Esta estreita relação pode verificar-se sob outro aspecto: somente a concorrência está apta a diminuir os efeitos de períodos de aumentos de preço como os que vivemos por três vezes nos últimos oito anos — no segundo semestre de 1948, mais tarde em consequência do conflito da Coreia e agora devido à coincidência duma situação económica favorável com o emprego total, isto é, a reconduzir os preços ao seu nível justo, de modo a permitir uma relação ótima entre salários e preços, entre rendimento nominal e nível de preços.

Manter a economia de concorrência é sob todos os aspetos um dever social. Pelo passado e também pelos países que se encontram do lado de lá da Cortina de Ferro podemos ter a

prova de que na economia dirigida, que tende gradualmente para uma economia ditatorial, a cota de salários no produto social era e é mais baixa do que na economia de mercado.

A parte abrangida pelos salários, dentro duma economia coletiva dirigida pelo Estado, como atualmente acontece sob o domínio do bolchevismo, é sempre a mais pequena. Seria de resto estranho se fosse diferente, pois não só a máquina burocrática vigente absorve automaticamente uma parte substancial do produto social, como o modo de formação do produto social permite concluir que este não se destina a satisfazer o bem-estar humano. Ninguém que queira ser tomado a sério pode afirmar ou pretender provar que o rendimento económico-social da economia dirigida pode ser maior do que o da economia de mercado.

Há pouco caracterizei a *situação ideal da economia de mercado*, afirmando que a concorrência assegura melhor o aumento da produtividade e que só esta permite preços baixos e um salário real maior. Isto precisa duma explicação histórica.

Regras de Comportamento do Industrial

O ministro da Economia é sempre obrigado a discutir publicamente a evolução dos salários, quando esta ameaça exigir demais às possibilidades e realidades económicas e traz consigo o perigo de, por motivos políticos, se ultrapassarem os limites impostos ao aumento da produtividade. Tal situação verificou-se por duas vezes, durante o período em que tenho estado à frente da política económica alemã: recentemente e durante a crise da Coreia. Durante o restante tempo, que bastante longo é, nunca levantei objeções à evolução dos salários, embora estes acusassem um aumento considerável do seu valor nominal e quem conhece a minha concepção político-económica sabe também que um dos seus elementos fundamentais é a livre evolução dos salários.

Por isso declarei repetidas vezes que a oposição sistemática dos patrões ao aumento de salários, que graças a uma produtividade crescente da nossa economia nacional não só é possível, mas pode até ser necessário e importante para a estabilidade da nossa moeda, não é coerente com o sistema de economia de mercado, porque despreza manifestamente os objectivos desse sistema, tais como eu os concebo.

Parece-me detestável que os patrões nunca estejam dispostos a um *aumento de salários por iniciativa própria*, mas só façam qualquer coisa nesse sentido quando forçados pelos sindicatos. Ora, em períodos de evolução económica calma, os patrões agiriam com inteligência e favoreceriam a economia nacional se de seu moto próprio e em conformidade com o melhoramento da produtividade proporcionassem um aumento de salários que, evidentemente, deixasse uma margem para abaixamentos de preços. Em caso de manifesta alternativa dar-se-ia preferência às baixas de preços em vez do aumento de salários.

Não posso considerar justa a objeção de que os sindicatos necessariamente têm de patentear vitórias aos seus membros e que, portanto, a atitude por mim preconizada não parece aconselhável.

Se, como limite da actividade dos sindicatos e da possibilidade duma melhoria de salários voluntária da parte do patrão, deve considerar-se o progresso real da produtividade da economia, então interessa perguntar, em relação ao presente e ao passado recente, qual a protecção que se pode opor à ultrapassagem desse limite.

Uma melhoria de salários, que não encontre correspondência no aumento da produtividade de toda a economia nacional ou de alguns sectores económicos, conduz forçosamente a um aumento de preços. Por isso, temos de começar por constatar desapassionadamente que patrões e operários, numa situação económica favorável, facilmente podem pôr-se de acordo. Ambos estão interessados na produção e podem legitimamente esperar não vir a sofrer os efeitos negativos dum acordo inconveniente. Mas qualquer acordo que não tenha em consideração os factos da economia nacional conduz necessariamente ao prejuízo de todas as outras camadas com um rendimento que muda menos facilmente e nas quais, por isso mesmo, qualquer aumento de preço vai refletir-se sobretudo nos bens de primeira necessidade, quer dizer, vai afetar tragicamente a sua existência social.

Pensar no Futuro

Já chamei a atenção para estas consequências sociais ou — para ser exato — anti-sociais do desrespeito dos limites duma evolução de salários saudável quando falei na questão da assim denominada «política de salários activa». Uma política de salários que ameaça abalar a estrutura dos preços é forçosamente prejudicial, a não ser que por outras razões queira considerar-se uma tendência inflacionista como um bem. Não posso estar nem estarei jamais de acordo com semelhante política, pois pouco a pouco, mas seguramente, ela fortaleceria princípios e evoluções inflacionistas e aniquilaria o interesse pela poupança.

A par das consequências anti-sociais duma política que dá uma importância mínima à manutenção da estabilidade do poder de compra, devemos reconhecer os seus efeitos económicos gerais para se chegar a uma justa apreciação do seu valor. Na Alemanha não podemos nem devemos aumentar ilimitadamente salários e ordenados, senão, em vez de aproveitarmos a situação económica favorável, prejudicaremos a longo prazo as nossas exportações. Mesmo atualmente, em que por vezes os nossos excessos de exportações nos parecem um mal, não esqueçamos que o mundo não compra os nossos artigos pelos nossos lindos olhos, mas só continuará a fazê-lo enquanto a nossa capacidade de produção não

afrouxar. Exactamente por estarmos integrados na economia mundial, temos de dominar a situação geral da política de salários. Mas isso significa não esquecer que os nossos êxitos no comércio externo, de que tanto nos orgulhamos, se devem precisamente à estabilidade da nossa moeda, à confiança na conservação do valor do nosso dinheiro. Só uma política orientada neste sentido permite igualmente a sensação de segurança necessária às iniciativas económicas, quer na vasta esfera da economia nacional, quer no âmbito mais reduzido da economia caseira.

Há que continuar esta linha de conduta, pois ela é igualmente válida atualmente, em que a evolução favorável do nosso comércio externo mal permite supor que do outro lado o perigo nos espreita. Basta aceitar ou não oferecer resistência a uma política de tendências inflacionistas para deixar de ser possível deter a evolução no sentido talvez da rápida desvalorização da moeda ou do aumento dos preços, o que derreterá, como neve ao sol, o saldo positivo das exportações.

Assim como defendo que trabalhadores e empregados tenham plena participação na crescente produtividade da nossa economia, também tenho o direito de esperar que os sindicatos, nas suas reivindicações sobre salários, procedam tão responsável e conscientemente como o exigem a garantia da segurança da nossa moeda e a continuação da evolução ascendente da nossa economia. Este apelo à moderação só se justifica, todavia, enquanto da parte dos patrões se fizer tudo para reduzir, ou pelo menos manter, os preços dos artigos por eles produzidos ou vendidos, especialmente dos bens de consumo.

Autonomia e Responsabilidade

A problemática atrás exposta aborda automaticamente a questão da autonomia dos parceiros sociais²². A minha posição a esse respeito é já suficientemente conhecida. Como sempre, o Governo Federal, os partidos de coligação e todo o Parlamento concedem aos parceiros sociais inteira liberdade de decisão quanto às condições de salários e de trabalho. Esta liberdade, todavia, está necessariamente ligada à responsabilidade de fazer dela um justo emprego, isto é, de não fazer uma política que conduza forçosamente ao aumento dos preços e simultaneamente a uma diminuição do poder de compra e da força de concorrência da economia nacional alemã, e, como última consequência, ao enfraquecimento da moeda. Liberdade sem compromissos, nem noção de responsabilidade, conduz inevitavelmente à corrupção e ao caos!

²² *Sozialpartner* – patrão e operário (N.T.).

Na inauguração da Feira Internacional de Frankfurt, em 6 de Março de 1955, declarei também com plena convicção: «É com toda a satisfação que verifico que ambos os parceiros sociais reconhecem a sua responsabilidade nas opiniões que emitem. Até prova em contrário, tenho o direito de esperar que também por esse lado não se introduzirão elementos de perturbação na economia nacional alemã.» Mas a evolução da situação a partir da Primavera de 1955 permite de certo modo duvidar se essas esperanças, que tinham por base a crença na sensatez humana, continuam a ser hoje absolutamente válidas. A simples observação das diferenças entre aumento de salários e evolução da produtividade fortalece essa dúvida, tanto mais que a taxa de aumento de salários em 1956 se situa nitidamente acima dos progressos da produtividade. Esta, em 1956, aumentou 4% por hora de trabalho de cada operário, ao passo que os salários brutos por hora no campo da indústria aumentaram 9% (também em 1960 e 1961 os aumentos de salários ultrapassaram consideravelmente o aumento da produtividade).

Neste assunto remeto-me aos conhecimentos de Walter Eucken, competente especialista e defensor da economia de mercado. Diz ele:

«Se for correcto que só pode ser distribuído o que antes foi produzido, então a primeira pergunta de todos os reformadores sociais deve ser qual é a ordem económica com o maior grau de eficiência económica. Apenas a seguir a isto outras perguntas podem ser levantadas. Quando, numa ordem de qualquer tipo, todas as pessoas estão uniformemente a passar fome, isto não é uma solução para o problema da distribuição justa, nem para a segurança, nem para qualquer outro aspecto da questão social; nem se transforma numa solução quando se tenta tornar estes efeitos de uma má ordem mais atractivos com adornos éticos e apelos ao interesse comum de todas as pessoas.»²³

O Bolo Deve Tornar-se Maior

Por isso friso aqui mais uma vez que a melhoria do nível de vida por mim ambicionada se relaciona menos com problemas de distribuição do que com problemas de produção ou de produtividade. A solução não está na divisão, mas na multiplicação do produto social. Aqueles que persistem nos problemas da distribuição cometerão sempre o erro de querer distribuir mais do que a produtividade da economia está em condições de proporcionar. Não quero com isso dizer que as actuais cotas de distribuição sejam a todos os títulos ideais ou «justas». Evidentemente que — a longo prazo— elas são susceptíveis de modificações. Mas tais

²³ W. Eucken, *Princípios da Política Económica* [“Grundsätze der Wirtschaftspolitik”], págs. 566-567.

modificações, especialmente se são exigidas a curto prazo, terão como consequência disputas violentas, reivindicações de salários e até greves, no que se gastarão consideráveis energias da economia nacional. Parece-me muito mais sensato canalizar essas mesmas energias para o aumento da produtividade, a fim de que, por esta única via frutífera, todos os participantes no processo económico possam conseguir um rendimento mais elevado.

[...]

Verifica-se mais uma vez como é grande a responsabilidade de todo o político económico social se considerarmos uma variante nova do desenvolvimento da economia nacional. Em plena época de automatização, no começo duma fase que muitos (com uma imaginação muito à Júlio Verne) pretendem designar de segunda revolução industrial, a Alemanha — assim como outras economias nacionais com uma técnica altamente desenvolvida — tem uma grande necessidade de capital, que exige ser regularmente satisfeita. Teoricamente, só há três maneiras de a satisfazer. Ou o capital se forma por meio do mercado de capital livre, cuja composição é muito diferente e variada e no qual todo o cidadão devia ter a possibilidade de participar. (Aqui o capital é na sua maior parte composto pela poupança individual e exactamente por isso é o método clássico e o mais saudável. Todavia, em épocas de agitação política e devido aos receios da população pela evolução dos preços, verifica-se que a poupança tende a diminuir, apesar do bem-estar crescente). Assim, quando esta maneira orgânica de formar capital é impossível devido ao comportamento humano, só há duas outras possibilidades. Uma é o financiamento por meio do preço, mas custa-me a crer que algum dos meus leitores considere este um método aceitável ou mesmo politicamente defensável, pois uma solução semelhante destruiria necessariamente a nossa ordem democrática e social e só poderia conduzir a uma catástrofe, devido às tensões que criaria e que equivaleriam a uma carga de dinamite. A última solução é mais uma vez o apelo ao Estado, quer dizer, este deverá proporcionar os meios de investimento necessários. Tão insensata exigência política não considera, porém, na maior parte das vezes, onde há-de ir o Estado buscar esses meios, e todavia nenhum Estado pode emprestar mais capital do que aquele que, através dos impostos, ele subtraiu aos seus cidadãos. Esta solução, portanto, não só significa uma expropriação sem indemnização a favor duma poderosa concentração de capital nas mãos do Estado, como obriga todos os cidadãos a uma dependência de escravo em relação ao Estado todo-poderoso. A economia nacional livre, com base na livre iniciativa, ficará assim condenada à desagregação.

Quando, da parte dos socialistas, se apoia a «política de salários activa» e a necessidade de crescentes investimentos, defendendo ao mesmo tempo a teoria de que os problemas da automatização já não podem ser solucionados pela economia privada, não é preciso ter muita

imaginação para concluir que os mesmos socialistas julgam ter descoberto um novo ponto de partida para uma revolução social e que desejariam criar amanhã uma economia planificada pelo Estado e um novo dirigismo para resolver as pretensas necessidades do moderno desenvolvimento técnico. A isso só posso dizer: Cuidado, incautos! Resta-nos ainda como solução renunciar a suprir essa carência de capital, mas isso equivaleria a renunciar aos investimentos necessários à economia nacional. E não preciso de demonstrar que isso nos excluiria do círculo das modernas economias industriais e nos levaria de novo a cair, lenta mas inexoravelmente, numa situação primitiva.

Se quisermos seguir o primeiro processo por mim exposto e em minha opinião o único frutífero, temos, antes de mais, de criar as condições necessárias à formação de capital suficiente. Mas só alcançaremos esse objectivo se e enquanto o povo alemão, na sua totalidade, tiver confiança na estabilidade da ordem política, social e económica existente. E símbolo da estabilidade para a gente da rua é o preço que cada um tem de pagar pelos bens essenciais a existência. Este o foco em que devem encontrar-se todos os nossos esforços por uma política de salários moderada, pela garantia da estabilidade e pela consolidação do futuro económico, social e político do nosso povo.

Com base neste princípio, torna-se cada vez mais necessário que o indivíduo limite conscientemente as suas próprias exigências ou as do seu grupo. Suponhamos, por exemplo, que um aumento de salários favorece aparentemente alguns trabalhadores, que é de facto uma perspectiva tentadora. Mas se ele vai abalar a estrutura dos preços, traz no seu seio a semente do mal e vai prejudicar automaticamente o suposto beneficiário.

O homem conseguiu desintegrar o átomo, mas jamais conseguirá desintegrar aquela lei económica eterna que diz que devemos governar-nos com os nossos próprios meios, isto é, que nos *proíbe gastar mais do que aquilo que podemos — ou queremos — produzir*.

10. O Bem-Estar Conduz ao Materialismo?

É cada vez mais comum ouvir-se dizer ultimamente que a política da *economia de mercado social* conduz nítida e progressivamente o indivíduo a um *materialismo pernicioso*.

Esta tese carece duma análise crítica.

Ao longo de todas as fases de conjuntura económica, a actividade humana, o esforço de todos os participantes no processo económico, a luta por uma melhoria contínua da nossa máquina de produção revestem-se de um sentido económico e de um teor social: abrir perspectivas duma *vida melhor* e mais livre para *todo* o povo. Não construímos as pirâmides

egípcias como fim em si próprias. Não. Cada nova máquina, cada central eléctrica, cada fábrica mais, todos os meios novos de aumento de produção destinam-se em última análise ao enriquecimento da existência de todos os indivíduos que vivem e trabalham dentro da esfera da economia social de mercado. Por isso nunca me cansarei de lutar para que o fruto do progresso económico seja cada vez maior e favoreça o mais possível *todas* as camadas da população.

Sem produzir é impossível receber qualquer parte do rendimento colectivo, mas também não se pode produzir se não há vontade de consumir, a não ser em regimes de escravatura ou totalitários. Esta minha concepção de resto, também não me leva a reconhecer privilégios de vida derivados de forças políticas ou económicas. Todo aquele que tenta aproveitar-se de *situações de poderio* deve ter consciência de que com isso está a cercear e a *prejudicar outras* camadas populacionais na sua existência social.

Dentro deste ponto de vista, considero também uma das mais importantes tarefas do político económico moderno estudar novos processos destinados a vencer os movimentos oscilatórios da conjuntura, quer dizer, a evolução mecanicamente cíclica da economia, que dantes se considerava inevitável.

Quando se atingir este objectivo, ter-se-á conquistado algo de decisivo para a melhoria do bem-estar de todos, ou, pelo menos, ter-se-ão aberto maiores possibilidades a todos os membros da comunidade de provarem as suas capacidades e alcançarem êxito.

O Desejo de Consumir

A existência de uma economia com um rendimento permanentemente óptimo, que pretende ao mesmo tempo manter activas e em progresso as suas forças de crescimento, pressupõe, porém, uma população dinâmica que tem fundamentalmente o gosto pelo consumo. Só este *desejo de consumir*, em que tantas vezes tenho falado, permite que a produção possa continuar a desenvolver-se sem perturbações e que se mantenham dinâmicas as tendências de racionalização e de melhoria da produtividade. Só *uma pressão contínua do consumo* (produtivo também, evidentemente) sobre a economia manterá viva na esfera da produção a faculdade de ela querer adaptar-se prontamente ao aumento da procura e correr os riscos correspondentes.

O objectivo final de toda a economia é e será sempre libertar o indivíduo da miséria material. Por isso sou de opinião que, quanto mais conseguirmos *aumentar o bem-estar*, menos o indivíduo se afundará numa vida e mentalidade materialistas, porque o aumento de bem-estar contribui para afastar as pessoas de ideias *primitivas* e puramente materialistas, ou pelo menos devia afastá-las. E eu confio que afastará porque, a meu ver, as pessoas só são

materialistas enquanto são prisioneiras das aflições do dia-a-dia e, no meio de tanta miséria, não conseguem levantar a cabeça. Mas pelo bem-estar e pela segurança social as pessoas conseguirão a consciência de si próprios, da sua personalidade e da sua dignidade humana e terão a possibilidade, quase diria esperança, de escapar à mentalidade materialista.

A vontade, sempre latente, de não deixar afrouxar a expansão económica enquanto houver ainda camadas do nosso povo cujo nível social for insatisfatório, tem, portanto, uma raiz não só económico-materialista, mas também ético-social. Um problema diferente será saber se é válido estabelecer o desejo de expansão como grandeza fixa em todas as fases da evolução e proclamá-lo sempre com a mesma intensidade.

Mas estas atitudes, mais de ordem táctica, não conseguem diminuir a validade das bases económicas aqui expostas. Enquanto a expansão se fundamentar no desejo duma vida melhor e tiver por objectivo um rendimento maior, a harmonia será perfeita. Quando esse desejo expansivo alberga, porém, o perigo de as pessoas quererem *exigir da economia nacional maior rendimento* do que ela pode dar, então essa ambição social bem intencionada perde a sua *base real* e – devo dizê-lo – *moral*.

Ideias tendentes a elevar o rendimento – expresso em salários – e ao mesmo tempo a diminuir a produção – porventura encurtando o período de horas de trabalho –, sem considerar a possível melhoria de produtividade, têm francamente muito pouco que ver com o desejo de expansão a que me refiro.

Política “Austerity”²⁴ Alemã, Não!

Expansão no verdadeiro sentido significa aumentar o rendimento colectivo nacional e dar a *todos* a possibilidade de participar nesse aumento. Mas actualmente estamos no melhor (quero dizer, no pior) caminho para *regatear* a todos os grupos a parte que lhes compete no *produto social*.

Não tenhamos ilusões. Na classe burguesa reina o princípio de que “um aldrabão dá sempre mais do que tem”. Mas uma economia nacional não pode dar mais do que o produto social que está apta a oferecer, mercê do esforço dos indivíduos e do fruto do seu trabalho. É exactamente em épocas de conjuntura altamente favorável e de pleno emprego que se deve limitar mais energicamente o consumo de cada um. Espero que ninguém pretenda concluir desta minha afirmação que falo duma *política “austerity” de cunho alemão*, uma política de renúncia. E também ninguém pode dizer que alguma vez usei expressões como “apertar mais

²⁴ De austeridade (em inglês no original) (N. T.).

o cinto”, “resignação”, “privação”, ou outras do género. São expressões que não se harmonizam com a minha concepção de política económica.

Depois de tudo o que fiz nestes últimos anos, também não devia ter a fama de ter feito uma política de consumo restritiva como fim em si própria ou de ter tido como objectivo sufocar uma situação económica favorável. Não. Assentemos numa coisa: o sucesso da nossa política económica sempre se deveu ao facto de nunca termos recuado diante das dificuldades, mas antes termos procurado e encontrado a solução num dinâmico *impulso para a frente*, isto é, na expansão.

E esta atitude fundamental será igualmente inabalável no futuro. É preciso ter finalmente consciência de quanta força, quanta energia e boa-vontade ficaria destruída, se a política económica tendesse a levar de novo o povo a uma modéstia ultrapassada. Os factos e dados económicos têm de manter uma correspondência justa. Quer a tendência para formar capital de poupança, quer o desejo de gastar esse capital, dependem em grande parte duma atitude de confiança e duma apreciação positiva do futuro.

Será, portanto, justo afirmar que os sucessos da *economia social de mercado* são afinal *sucessos fictícios*, pois ameaçam arrastar o povo alemão para a perigosa via dum frio materialismo e estragá-lo pelo bem-estar?

Em primeiro lugar, há que perguntar se esta suposta trivialização da vida corresponde aos factos e se – caso a resposta for afirmativa – existe uma verdadeira relação de causalidade entre aumento de bem-estar e aumento de materialismo. A ser confirmada, esta afirmação equivaleria à sentença de morte dos princípios e objectivos do mundo ocidental livre.

Jamais acreditarei que a melhoria do nível de vida geral que tem vindo a verificar-se progressivamente na Alemanha desde 1948 venha a ter tão trágicas consequências para o nosso povo e para os destinos do país. Reflectamos sensatamente sobre os acontecimentos destes últimos anos.

Um povo *pobre e esfomeado*, despojado das condições de vida mais elementares e privado de toda a liberdade individual pelo domínio impessoal dum dirigismo económico estatal, *retomou vida e liberdade* num espaço de tempo relativamente curto. Não é humanamente mais que natural querer usufruir plenamente da força vital que lhe foi restituída, gastar, gozar?

Além disso, com a progressiva democratização das massas dá-se uma *transformação nas camadas sociais*, que vai melhorar, especial e substancialmente, a existência material dos assalariados. Em face desta evolução é quase natural e até inevitável que cada vez maior

número de indivíduos obtenham um nível de vida mais elevado, quer dizer, estejam aptos a comprar cada vez mais os bens de uso e consumo que até então lhes eram vedados.

Sempre ambicionei esta evolução e sinto-me feliz por ter conseguido. Não lhes parece farisaísmo que as camadas abastadas e mesmo ricas do nosso povo se exaltem com a avidez de luxo e a ambição daqueles que no fundo não têm outro desejo senão imitá-las? Contra um farisaísmo destes acho que nem sequer vale a pena uma discussão muito apaixonada.

Considero o progresso material do trabalhador alemão e das outras camadas do nosso povo como uma vitória política, social e económica absoluta.

Por isso pergunto concretamente: o aparelho de telefonia, o aspirador, o frigorífico, etc., na casa do *rico* têm uma *função diferente* da que têm na *casa do trabalhador*? Num lado ele é índice de civilização e cultura e no outro testemunho de atitude materialista' e não consigo também perceber – se excluirmos a diferença de ruídos – em que, considerando a sua função se distingue uma motocicleta dum automóvel.

Não é com atitudes dúbias como esta que se encontrará um motivo justo para impedir o nosso povo de cair numa banalização materialista da vida. O montante do rendimento não pode servir nem de critério, nem de limite à apreciação moral do consumo. Por isso não sei porquê e em que medida a *alma* humana estará *em perigo* devido ao *bem-estar* e à riqueza. Seria então lógico perguntar: a partir de que rendimento é que a alma humana já não está em perigo devido à riqueza? Mas uma pergunta destas não é já puro sarcasmo?

Àquelas camadas que a pouco e pouco vão conseguindo usufruir dum consumo maior não se pode censurar o facto de se satisfazerem com os bens que agora podem comprar ou por nesta fase não serem capazes duma ordenação das suas necessidades, segundo valores morais, espirituais, culturais e materiais. Com a garantia da sua existência social, a sua *capacidade de discernimento tornar-se-á certamente maior* e permitirá distinguir melhor entre o bom e o mau, entre o valioso e o supérfluo.

Contra a Intolerância Injusta

Pode parecer-nos incontestável que muitas das manifestações de consumo actuais são demasiado primitivas. Não vale a pena nem temo o direito de as julgar.

A *escolha de consumo* é uma das *liberdades humanas intangíveis*. Além disso, não devemos ser intolerantes a este respeito. Não esqueçamos o longo período de miséria que o povo alemão atravessou e que torna mais compreensível o seu actual desejo de consumir o produto do seu trabalho honesto.

Nenhum argumento conseguirá dissuadir-me de acreditar que a *miséria é o meio mais seguro* para o indivíduo se deixar corromper pelas pequenas preocupações do dia-a-dia. Talvez alguns génios consigam superar tais aflições, mas, na sua generalidade, as pessoas são sempre escravas das preocupações materiais, e, precisamente devido a elas, tornam-se prisioneiras duma mentalidade materialista.

Deixemos evoluir com paciência e confiança o processo de melhoria e alargamento do bem-estar, porque aquilo que hoje nos parece porventura desmando contém ao mesmo tempo o germe da cura. Não sejamos cruéis a ponto de acreditar que a *virtude* só pode nascer da *necessidade*. Provemos antes que somos dignos de felicidade e da bênção de fazer um trabalho produtivo e pacífico. É *diabólico querer exigir* de um político económico como eu que, por amor de um princípio mal compreendido, impeça que a *miséria* acabe.

Longe de mim exagerar o valor do “económico”, mas creio que para bem do indivíduo e do povo em geral se deve criar uma economia que nas suas funções esteja apta a satisfazer novas e maiores aspirações morais e espirituais. Só quando o indivíduo alcançar bases materiais seguras ficará liberto e amadurecido para actos mais elevados.

Hoje, que lutamos por novas formas de civilização e cultura, só teremos probabilidades de vencer nessa grande luta espiritual, sobretudo contra o Leste, se as pessoas encontrarem o caminho da independência íntima e da despreocupação que lhes pode garantir a liberdade. Uma política económica que impôs a si mesma com *objectivo aumentar o bem-estar* tem forçosamente de ser uma actividade que agrada a Deus.

Ao dizer isto não pretendemos modificar fundamentalmente a milenária parábola bíblica do rico, do camelo e do fundo da agulha. Interessa levar o bem-estar a todas as camadas do nosso povo, mas sem aplanar o caminho que da riqueza e a da abundância conduz à luxúria e ao vício.

Finalmente, devo notar também que o material e o espiritual, na vida prática, não podem separar-se tanto um do outro como parece possível abstractamente. Quando, por exemplo, as pessoas vivem em belas casas, quando sentem no próprio lar reflexos do progresso que os rodeia, quando as mães e as mulheres, à noite, já não são obrigadas a cansar-se na cozinha, mas graças aos progressos da civilização podem dedicar-se à família, com isso ter-se-á já feito de facto muito para o desenvolvimento das forças espirituais.

Também é verdade, evidentemente, que há casos particulares em que, dada a evolução do rendimento das famílias, seria desejável que *algo de melhor se conseguisse do que continuar apenas a aumentar* o consumo de bifés e costeletas, isto é, que a um rendimento maior se conseguisse fazer corresponder valores existenciais diferentes. Isso é incontestavelmente certo e importante, mas não se deve esquecer que o ministro da

Economia e o especialista em política económica não têm por tarefa primordial educar as pessoas nesse sentido.

O Espírito Não Recebe Ordens

Não receio declarar quanto desejaria que se desse no povo alemão uma nítida mudança no sentido de orientar o consumo segundo um critério mais espiritual. Mas *recuso-me a dar ordens* nesse sentido. De resto, a verdade é que o luxo de hoje se transforma quase automaticamente num bem de consumo usual de amanhã, e com estas mudanças, que começam por ser puramente materiais, mudam também as concepções de vida e os valores sociais.

Não é justo que me exijam como ministro da Economia a responsabilidade pela sanidade mental de todo o povo alemão. Na minha qualidade e função de ministro da Economia, tenho uma tarefa muito específica a cumprir, que, neste aspecto particular, se resume a conseguir da economia nacional o máximo de vigor e rendimento, para que as pessoas possam viver livres de preocupações e miséria a alcancem a possibilidade de *adquirir bens pessoais que os tornem independentes* e donas de *maior dignidade*, que lhes permita deixarem de estar à mercê dos outros, mesmo do Estado. Parece-me que ao conseguir tais objectivos o ministro da Economia terá dado toda a *sua contribuição para vencer um materialismo* suposto ou real.

Faço estas considerações com a consciência de que também na valorização do material há certos limites. Com o incremento da produtividade e a maior eficiência do trabalho humano, chegaremos a uma fase em que perguntaremos a nós próprios o que é de facto mais precioso e valioso: *se trabalhar mais, se levar uma vida mais cómoda*, mais bela e mais livre, renunciando talvez conscientemente ao gozo de certos *bens económicos*. Creio, todavia, que *ainda não* “chegámos lá”. Decorrerá ainda algum tempo antes que estejamos seriamente preparados para fazermos essa pergunta.

Evidentemente que seria de esperar de esperar que o povo chegasse à serenidade de espírito necessária para gozar sensatamente desse “maior lazer”. Mas a experiência de vários países torna-nos cépticos, pois ensina-nos que o lazer, que contraditoriamente surge e é concedido para satisfazer o desejo de um maior consumo material, nem contribui para a sanidade mental das pessoas, nem para a sua felicidade exterior.

A Situação Especial Da Alemanha

O caminho especificamente alemão tinha por isso de ser diferente neste aspecto.

Compete-nos auscultar por toda a parte e cada vez mais os anseios da pessoa como indivíduo e também como membro dum grupo para podermos contribuir, não mecânica, mas efectivamente, para a satisfação de todos. E essa tarefa não é decerto nada fácil.

Tão-pouco é de negar que a problemática exposta nestas páginas envolve directamente a minha esfera de trabalho. Como responsável pela nossa política económica, também eu tenho de considerar o *fenómeno do ambiente social* e sinto nitidamente como a efervescência da imoderação geral – conscientemente alimentada – ameaça esmagar poderosamente a sensatez e a sinceridade.

O povo alemão tem tendência para esquecer relativamente depressa o sentido das realidades da vida, *fraqueza de carácter* essa que num passado ainda recente nos trouxe trágicas consequências. Pode parecer, portanto, psicologicamente compreensível que, com o desaparecimento da miséria e sobre devido à situação económica muito favorável, se sintam aqui e ali sinais de desmando. Mais uma razão para lhe fazermos frente, para que o nosso povo, que na necessidade é capaz das *virtudes mais notáveis*, saiba realmente viver as épocas de abundância. Devemos arrancar da árvore os frutos ainda verdes quando a colheita é prometedora?

Mas seria o cúmulo do absurdo se a política económica, por reconhecer esta tendência e este perigo, impedisse a evolução favorável da conjuntura económica só por ela conduzir os indivíduos – direi antes, os grupos – à imoderação. Seria, como diz o ditado, “pior a emenda que o soneto”.

O apetite vem com o comer. Também a prosperidade da economia despertou novos desejos. As mesmas pessoas que em 1956 não estão satisfeitas com a sua situação económica, em 1947 e 48 estavam muito longe de esperar que, oito anos mais tarde, chegassem ao ponto a que de facto hoje chegaram. Mas isso não as impede de continuarem insatisfeitas. Atormenta-as o *complexo da inveja!* O alemão é feito duma massa que nitidamente não lhe permite suportar que outrem – o vizinho, o amigo – viva melhor do que ele. E assim, por muito boa que possa ser a sua situação, ele continua com invejoso e insatisfeito. É esta uma forma especial de imoderação, que representa um perigo especial para o nosso país e que é necessário reconhecer e combater com toda a inteligência.

Os Objectivos Últimos

É cada vez mais frequente perguntarem-me quais são os objectivos últimos da política económica por mim seguida. Aqueles que assim me interrogam deixam transparecer sempre o receio de que, a continuar indefinidamente, a *evolução* seguida até hoje possa levar à

dissolução. Evidentemente que esta pergunta tem a sua razão de ser e por isso não quero esquivar-me a ela.

A minha resposta é clara e inequívoca. Não creio que as leis que regem os objectivos da política económica do presente tenham uma validade eterna. Chegaremos mesmo a perguntar com todo o direito se estará certo e continuará a valer a pena produzir mais bens e maior bem-estar material ou se não terá mais sentido renunciar a esse “progresso” para adquirir mais liberdade, mais tempo de reflexão, mais lazer e mais recreio. Mas esta pergunta não terá então de dirigir-se apenas ao ministro da Economia, mas igualmente ao teólogo, ao sociólogo e ao político.

É um problema muito complexo, que por isso mesmo só pode ser compreendido dum ponto de vista espiritual e moral. Ao abordá-lo, é impossível evitar outras perguntas igualmente difíceis. As pessoas de hoje já estão suficientemente despreocupados e esclarecidos para “consumirem” lazer neste sentido transcendente? O que precisamos ainda de realizar e em que plano para conseguir aquele amadurecimento interior capaz de considerar a renúncia material como uma bênção e uma conquista para o indivíduo? Além disso é preciso pensar que mais tempo livre traz consigo uma atitude diferente perante a vida, e, evidentemente, também perante a economia. Mas tudo isso não pode ser construído nem organizado pelo homem; tem de crescer organicamente.

Enquanto no plano político se proceder segundo o lema “trabalhem menos para podermos consumir mais” estamos no caminho errado. Mas quando a evolução ascendente do nosso povo se processar de tal maneira que, a par da segurança material, se considere cada vez mais útil e valioso um enriquecimento espiritual e moral, então *teremos de proceder também a uma correção da nossa política económica*. Não se deve portanto ser dogmático a ponto de querer continuar a ver a salvação na expansão contínua, isto é, nos bens materiais.

Mas ainda não é altura de nos preocuparmos demasiado com especulações deste género. Basta comparar os Estados Unidos com a Alemanha para podermos avaliar quanta expansão, melhoria de bem-estar e diminuição de preocupações materiais são ainda possíveis e necessárias. Por isso continuo a ser de opinião que, agora como antes, há que *libertar* definitivamente *milhões* de pessoas do tormento que continuam a ser para elas as *preocupações* do dia-a-dia. Ainda há muitos, demasiados seres humanos, que permanecem à sombra do progresso e por isso não temos ainda motivo para abrandarmos os nossos esforços.

11. Psicologia do Marco e do «Pfenning»

«Quando, através de meios psicológicos, se conseguir um comportamento económico diferente da população, essa *influência psicológica* tornar-se-á uma realidade *económica* e terá a mesma função que outras medidas da política adoptada numa conjuntura favorável». Nesta frase, que em nome do Governo Federal pronunciei em Berlim em 19 de Outubro de 1955, no primeiro debate do Parlamento sobre a conjuntura, condensa-se o pensamento fundamental que me levou a deitar mão a uma série de meios psicológicos e a considerá-los tão válidos como os métodos tradicionais da política de conjuntura económica favorável.

Considerada do ponto de vista puramente teórico, esta maneira de influenciar os participantes no mercado, e, numa situação económica altamente favorável, a tentativa de influenciar os preços, podem não parecer muito de acordo com o sistema duma economia de mercado de cunho usual. Todavia, acho que não devemos renunciar a ela por motivos dogmáticos.

Tenho sido bastantes vezes acusado de seguir o sistema com demasiado rigor. Não deviam por isso censurar-me se, como político económico, me afastar uma vez do *ideal económico puro*. A meu ver, este procedimento não constitui inconveniente para um sistema de economia de mercado bem compreendido. Trata-se, pura e simplesmente, dum aproveitamento dos aspectos psicológicos da economia. O fenómeno económico não se produz segundo leis mecânicas e a economia não tem uma vida própria, nem se processa segundo um automatismo sem alma; é criada e formada pelo homem. Se isto assim é – e de facto não pode oferecer dúvidas que o seja –, o carácter, isto é, a estrutura e o cenário da economia mudarão e devem mudar substancialmente conforme a nossa actuação e procedimento. Portanto, há que não menosprezar os métodos de influência psicológica.

Contra processos de tão largo alcance são ineficazes as objecções dos liberais ortodoxos, que pretendem fazer uso apenas dos métodos clássicos. Na verdade, os críticos ultraliberais não deviam preocupar-se tanto com a minha falta de fidelidade. Estes métodos têm sido *muito pouco considerados* até agora pela política económica, quer teoricamente, quer praticamente, e muito poucas vezes foram usados.

Mas a moderna psicologia exige em absoluto que o processo económico dum país não seja compreendido apenas no sentido técnico e que se incluam também no cálculo da economia dum país as pessoas que accionam essa máquina. É assaz *significativa* para o funcionamento da economia a maneira como *nos comportamos*, como agimos: se somos

optimistas ou pessimistas, se especulamos «à la hausse» ou «à la baisse»²⁵, se poupamos ou consumimos – tudo isto se reflecte nos factos económicos e estes, assim como as baixas de preços, os preços estáveis ou as subidas de preço, influenciam por seu turno a nossa conduta.

Seria errado supor que a ideia duma influência psicológica só surgiu recentemente durante o apogeu da conjuntura económica, ao atingir-se o pleno emprego. Foi por motivos idênticos que nos últimos anos abandonei por variadíssimas vezes a minha secretária, para ir discursar a Norte, a Sul, a Leste e a Oeste, atitude pouco burocrática essa que foi censurada por muitos cépticos ou críticos. Todavia, essas minhas ideias só adquiriram o seu carácter específico e passaram a ser sistematicamente empregadas nos tempos mais recentes e estou convencido de que a campanha psicológica por mim levada a cabo, e que hoje na Alemanha é geralmente designada por *massagem psicológica*, será futuramente imprescindível ao instrumental político-económico.

Ainda deve ser muito cedo para desenvolver um método sistemático de conduta económica psicológica. Compete à ciência elaborá-lo nas próximas décadas, quando nos pudermos basear num maior número de experiências. No entanto, apresenta-se-me desde já como importante afirmar que seríamos bem ingénuos se pretendêssemos recorrer demasiadamente a *apelos* morais.

Evidentemente que isso não quer dizer mais uma vez que considero a economia e a actuação económica das pessoas como amoral. Mas tem pouco sentido apelar às pessoas se elas ficarem com a sensação de que é preciso fazer sacrifícios por um ministro ou pelo Governo. Importa antes dar a entender aos participantes no mercado que só têm a ganhar se seguirem a voz da razão humana e da sensatez económica.

Conjuntura Favorável Permanente

Devemos apelar para as vantagens e para os interesses pessoais de todos aqueles que – para falar concretamente da conjuntura altamente favorável – não ganharão nada em vender mais caro os seus serviços ou produtos se depois têm de voltar a ceder esse suposto lucro para pagar bens e serviços de outrem. *Ao fim e ao cabo todos perdem*, porque este aumento recíproco de preços devido aos salários ou de salários devido aos preços destrói necessariamente as bases saudáveis de qualquer sistema económico e a força da concorrência.

Esta forma de considerar o problema já me levou a dizer em ocasião anterior que não tenciono estabelecer um quadro de honra daqueles que seguem as minhas bem-

²⁵ Em francês no original (alta ou baixa na Bolsa) (N.T.).

intencionadas recomendações. Se, nestes meses passados, exortei repetidas vezes trabalhadores e sindicatos à moderação e à disciplina foi apenas para seu bem, e é com a mesma intenção que exorto os patrões a recusarem-se a qualquer aumento de salários que ultrapasse o progresso da produtividade e dessa maneira vá comprometer a estabilidade dos preços.

O que me interessa é apelar para a compreensão e honestidade das pessoas, pois queremos usufruir de facto desta conjuntura altamente favorável e não deixá-la cair no automatismo do ciclo conjuntural, com todas as suas conseqüências perniciosas. E como evitar esse perigo constitui necessariamente um supremo dever, sempre avisei as pessoas de que, a quererem seguir a atitude enganosa de esgotar todas as oportunidades individuais possíveis, maior será seguramente a sua perda do que o seu ganho. Se, pelo contrário, as pessoas se mostrarem à altura das circunstâncias, estou convencido de que a conjuntura favorável se manterá sem tendências inflacionistas.

Pelo que ficou dito, torna-se imediatamente claro o objectivo da massagem psicológica por mim levada a cabo no apogeu da alta e do assim chamado pleno emprego que caracterizaram a economia alemã a partir de meados de 1955.

O perigo maior que ameaça a continuação dessa conjuntura e do progresso económico não é – como tantas vezes se tem afirmado – uma onda de materialismo. Creio que o perigo dum *ilusionismo* demagogicamente alimentado é de considerar com maior apreensão.

As sucessivas exigências que, a serem satisfeitas, nos levariam rapidamente a uma perniciosa evolução inflacionista, fundamentam-se numa apreciação errada da *essência* e da *função* da economia nacional. Por isso se verifica a cada passo como raramente é bem compreendida a relação íntima que existe entre o consumo, a poupança e o investimento.

A relação entre salários e preços também não pode ser negada, a não ser pela cegueira dos partidarios políticos, que encontram a sua expressão na chamada «política de salários activa». Mas o jogo alternado de aumento de salários e preços que se verifica de há um tempo a esta parte prova-nos que esses factos não criaram raízes muito profundas ou são facilmente dominados por influências políticas.

Conforme conseguirmos ou não inculcar na consciência de cada um a relação entre trabalho (tempo de trabalho) e produtividade, entre nível de salários e nível de vida e proceder ou não, de acordo com essa relação, assim poderemos encarar a evolução dos acontecimentos com preocupação ou confiança. Na actual fase da evolução económica não há motivos para considerarmos que a nossa economia não é saudável. As perturbações, segundo a minha convicção, são de atribuir exclusivamente ao *comportamento humano*, que não é *adequado às possibilidades económicas*.

Para terminar, devo assinalar que, a par desse *tão perigoso menosprezo dos dados reais*, há muito o perigo de a conjuntura altamente favorável poder vir a ser considerada por toda a parte como um meio adequado à imposição abusiva do poderio económico. Nesse caso, uma tentativa de influência por meios psicológicos estará condenada ao fracasso e será necessário *adoptar providências mais enérgicas*.

O «Estado-Guarda-Nocturno» é Anacrónico

Logo no começo deste capítulo insurgi-me contra aqueles críticos que são de opinião que reconhecer a psicologia moderna como instrumento do político económico actual não está de acordo com a linha de pensamento dum economia de mercado de tipo clássico. Quero crer que esta maneira de pensar entronca num liberalismo manchesteriano já ultrapassado. Não estou disposto a aceitar as regras ortodoxas dum economia de mercado, segundo as quais só a oferta e a procura determinam o preço, devendo o economista político abster-se inteiramente de qualquer intervenção nos preços, seja qual for a sua evolução.

A este respeito a minha perspectiva é fundamentalmente diferente. *Um Estado moderno e consciente das suas responsabilidades não pode admitir ver-se mais uma vez reduzido ao papel de guarda-nocturno*. Foi exatamente esta liberdade mal compreendida que cavou a sepultura da liberdade e de uma ordem livre e benéfica. Uma atitude assim negligente seria hoje ainda menos justificável, pois, devido à falta dum mercado mundial efectivamente livre e de moedas livremente convertíveis, os preços internacionais não desempenham plenamente a sua função, e portanto o salutar elemento regularizador que seria a concorrência entre todos os países do mundo não consegue manifestar-se.

Se quisermos ver qual a relação entre os meios clássicos e o novo instrumento de influência psicológica à disposição da política económica, podemos caracterizá-la facilmente. Fá-lo-ei, recorrendo às condições existentes na República Federal.

Tanto o Banco Federal Alemão como o Governo Federal são responsáveis pela estabilidade da moeda e, portanto, eu desejo alcançar os mesmos resultados que o Banco Federal se esforça por conseguir com a sua política financeira, de crédito e monetária. Quando se estava em pleno apogeu da conjuntura favorável, na inauguração da Exposição Industrial Alemã, realizada em Berlim em 24 de Setembro de 1955, formulei assim a minha opinião: «Se assim entenderem, podem considerar que neste momento se inicia uma corrida entre mim e o Banco Alemão». Os meios de política económica, financeira e monetária tradicionais têm por objectivo encaminhar os acontecimentos numa certa direcção. Se, graças a uma influência psicológica, eu conseguir modificar adequadamente o comportamento humano, conseguirei agrupar os factos e dados económicos dum maneira diferente, dando-

lhes uma orientação económica mais significativa e conscientemente desejada. Se o comportamento dos indivíduos se modifica porque a isso os força a política do banco emissor, ou porque reconhecem ser essa modificação necessária ao seu próprio interesse, no fundo isso pouco conta no resultado. Portanto, não se trata duma oposição, duma incompatibilidade entre os vários métodos, mas duma equivalência. Quem, como eu, continua a considerar que *a razão humana é a potência mais forte*, pode ter a certeza de que no futuro a influência psicológica terá o seu lugar assegurado na política de conjuntura favorável como um instrumento de liberdade.

A terminar esta pormenorizada análise e apreciação, não podemos esquecer que o processo económico-social moderno já não é determinado somente por indivíduos, mas cada vez mais por grupos. Por isso me parece que o mais importante é fomentar o esclarecimento e o conhecimento de todos, despertar a boa-vontade e falar à sensatez humana, para fazer gerar a sensatez económica. Além disso, considero uma vantagem especial o facto de este processo psicológico poder aplicar-se logo na fase inicial dos perigos que ameaçam a conjuntura favorável. No início da expansão económica de 1955, por exemplo, pude notar, em total sintonia com o Banco da Alemanha, que o *nível* dos preços, de facto, ainda não se tinha alterado, mas sim somente o *clima* dos preços um pouco por todo o lado. Nessa altura teria sido prematuro entrar em jogo com os poderosos meios tradicionais, a não ser que estívéssemos dispostos a reprimir prematuramente a tendência económica favorável, à qual nos podíamos com justiça referir como auge da economia. Nesse tempo estávamos nitidamente perante um *fenómeno psicológico* geral. O perigo não estava no apogeu económico em si, mas na avaliação errada das suas possibilidades e perspectivas com vista a um enriquecimento material. Não foi o fenómeno, mas o *homem* que criou a *perturbação*. E a situação, entretanto, não mudou essencialmente.

Consciência dos Preços Contra o Perigo da Inflação

Com a minha campanha psicológica não me limitei apenas a fazer propaganda em grandes comícios dessa sensatez económica, mas tentei mobilizar numerosas forças contra a evolução ascendente dos preços por uma série de colóquios com os vários ramos de economia. Desde o Outono de 1955 realizaram-se dúzias desses colóquios, mas a opinião pública só tem conhecimento duma pequena parte dos meus esforços, da minha luta para conter a subida do preço do carvão dentro de limites moderados, das diligências por mim efectuadas para retardar durante muitos meses a subida do preço do ferro, etc.

O objetivo dessas conversações foi sempre o mesmo: criar na Alemanha, ou antes, na economia alemã, o clima necessário para que todo o comprador reflecta bem se o artigo

desejado vale de facto o preço pedido, e todo aquele que produz ou vende uma mercadoria pense bem se o seu preço se ajusta às exigências da manutenção da estabilidade da estrutura dos preços e da segurança de toda a nossa economia.

Pode com toda a razão duvidar-se se eu consegui atingir plenamente esse objectivo. Mas é indiscutível que, *sem esses numerosos esforços*, na Alemanha como em outros países europeus, teríamos um *nível de preços mais elevado* do que aquele que realmente existe.

[...]

Para concluir, seja-me por isso permitido repetir o que tenho dito muitas vezes nos últimos anos: Agora como antes, estou disposto a não me cansar de me dirigir directamente a cada cidadão, até que todos se envergonhem de não apoiarem os esforços tendentes a assegurar a estabilidade da moeda. Tal como o médico receita ao doente atacado de doença infecto-contagiosa um bacilo como antitoxina, assim eu, com permanentes colóquios sobre preços, com repetidas exortações públicas, pretendo impedir o *surto duma doença na economia nacional* e circunscrever qualquer crise. Numa situação tão instável como aquela, e dada a evolução dos preços, tornavam-se necessárias conversações diárias para, em face da *epidemia duma furiosa subida de preços*, conseguir uma imunização contra a tendência inflacionista. *Ao proceder desta maneira, não pretendo fazer de curandeiro da economia alemã. Longe de mim tal ideia.* Mas devo repetir mais uma vez: o comportamento humano é e será sempre decisivo.

12. Estado-Providência – A Ilusão dos Tempos Modernos

Cada vez que abordo o tema «Segurança Social» corro o risco de ser censurado por ultrapassar as minhas funções. Mas se a ele me refiro, não tanto como ministro da economia, mas mais como especialista em política económica, é porque – e o conhecedor da matéria sabe isso perfeitamente – na estrutura duma economia de mercado social, o ministro da economia tem todos os motivos para se preocupar com a evolução da política social. A economia de mercado social não pode prosperar se a atitude mental que lhe serve de base, isto é, se o propósito de assumir a responsabilidade do seu próprio destino e de participar numa concorrência verdadeiramente livre que ambiciona aumentar o rendimento, estiver condenado a falhar, devido à aplicação de medidas supostamente sociais em esferas que lhe são afins.

Todo aquele que estiver disposto a ir até ao âmago destes problemas compreenderá também como *é duvidosa uma limitação demasiado rígida de funções*. Essa limitação só seria defensável se a actuação e comportamento de todos aqueles que têm influência nos

factos económicos fossem determinados por uma atitude intelectual, quer dizer, se eles aceitassem incondicionalmente a concepção que o sistema de economia de mercado pretende representar. Em breves palavras, todos deviam remar para o mesmo lado. Já repetidas vezes acentuei que considero a liberdade pessoal indivisível. Este modo de pensar levou-me em 1948 a abolir sistematicamente todas as restrições económicas e, na medida em que nesse campo contribuí para a libertação dos alemães, devo forçosamente contribuir para a sua libertação em todos os outros aspectos da vida. Um *sistema económico livre* só pode durar se e enquanto na *vida social* da nação se garantir um *máximo de liberdade*, de iniciativa privada e de previdência individual.

Quando, pelo contrário, a política social tende a garantir ao cidadão, desde o momento em que nasce, protecção contra todas as contrariedades da vida, isto é, a protegê-lo inteiramente contra todas as vicissitudes da existência, é impossível esperar desses cidadãos o desenvolvimento das suas plenas capacidades de rendimento e iniciativa e de outros valores humanos que são essenciais à vida e ao futuro da nação e constituem além disso as premissas duma economia de mercado social baseada na iniciativa individual. E também não devemos descurar a estreita conexão entre política social e económica. De facto, verifica-se que é tanto menor a necessidade de recorrer a providências político-sociais quanto mais eficaz é a política económica em vigor.

Com isto não se pretende negar que nos modernos estados industriais uma política económica, por muito boa que seja, não necessite de ser *completada por providências de política social*. Mas, por outro lado, continuo a afirmar que qualquer auxílio social só é realizável se existir um produto social bastante e crescente, o que pressupõe uma economia capaz de produzir. Portanto, no interesse de toda a política social orgânica, não só deve assegurar-se uma economia expansiva e simultaneamente estável, como deve vigiar-se para que sejam mantidos e continuados os princípios em que se fundamenta essa economia.

Como as ordens de grandeza dentro das quais se processa a contribuição do rendimento do cidadão para os orçamentos sociais já não podem de modo algum ser consideradas uma «*quantité négligeable*»²⁶, mas constituem um factor importante no processo de distribuição da economia, existe hoje uma forte interdependência entre política económica e política social. A *política social neutral e autónoma* pertence por isso ao *passado* e deve dar lugar a uma política social intimamente ligada com a política económica, mas que não pode prejudicar, nem mesmo indirectamente, a produtividade da economia nacional nem opor-se aos princípios fundamentais do sistema de economia de mercado.

²⁶ Quantia sem importância (em francês no original) (N. T.).

Se queremos assegurar uma ordem económica e social livre a longo prazo, torna-se de facto fundamental que, *a par* duma política económica que proporciona ao indivíduo liberdade pessoal, se estabeleça uma política social igualmente livre. Por isso não se coaduna com o sistema de economia de mercado eliminar por exemplo a iniciativa privada, a previdência e a responsabilidade individuais quando o indivíduo está em óptimas condições materiais de exercitar amplamente tais qualidades. *Liberdade* económica e total *obrigatoriedade* de segurança social combinam, portanto, tão bem como a *água* e o *fogo*.

Acerca de outras relações especiais entre a política económica e a política social falar-se-á ainda no decorrer dos capítulos seguintes. Limitar-nos-emos aqui a acentuar que uma política social que não considera como primordial a manutenção da estabilidade da moeda constitui um gravíssimo *perigo* para a segurança da *economia de mercado social*.

A Mão na Algibeira do Próximo

Devemos reagir energeticamente contra tal perigo. Mas os espíritos estão nesta controvérsia muito mais divididos do que noutra qualquer. Uns presumem que o bem e a felicidade humanos residem numa forma qualquer de *responsabilidade colectiva* e que se devia prosseguir nessa via, ao fim da qual está evidentemente o Estado todo-poderoso. A vida cómoda e tranquila que por esse meio se pretende alcançar não será talvez muito sumptuosa, mas será por isso mesmo mais segura. Esta forma de pensar e viver exprime-se visivelmente na constituição do chamado Estado-Providência. Mas, por outro lado, existe a *ambição* inerente a todo o indivíduo de ser senhor da sua vida à custa da responsabilidade própria, de não querer deixar de ser ele a pensar no seu futuro, na família e na velhice – por mais que outros se esforcem indirectamente por aniquilar a consciência humana.

Nos últimos tempos, tenho visto horrorizado como alastra *poderosamente* por toda a parte o *apelo à segurança colectiva* dentro do âmbito social. Onde iremos parar e como queremos continuar a progredir se cada vez mais nos refugiamos numa forma de vida colectiva na qual já ninguém está disposto a assumir a responsabilidade de si mesmo e todos procuram a segurança no colectivismo? Esta fuga à responsabilidade foi já asperamente caracterizada por mim, quando disse que, se essa mania continuasse a alastrar, resvalaríamos para uma ordem social em que *cada um teria a mão na algibeira do próximo* e se orientaria segundo este princípio: «Eu sustento os outros e os outros sustentam-me a mim.»

A cegueira e o *desleixo intelectual* que nos arrastam para o Estado-Providência só podem contribuir para a nossa desgraça e, mais que nenhuma outra, são tendências susceptíveis de matar, lenta mas seguramente, todas as qualidades verdadeiramente humanas, tais como a satisfação pela responsabilidade própria, o amor pelo próximo e a filantropia, a necessidade

de afirmação individual, o desejo de subsistir pelos seus próprios meios, assim como muitas outras virtudes, para finalmente nos conduzir, não a uma sociedade sem classes, mas a uma *sociedade mecanizada e sem alma*.

Este processo parece-nos incompreensível, especialmente porque, à medida que o bem-estar e a segurança económica aumentam e, portanto, se consolidam as nossas bases económicas, o desejo de preservar estes progressos contra todas as incertezas do futuro prevalece sobre todas as reflexões de qualquer outra espécie. Isto é um *erro verdadeiramente trágico*, pois não se quer reconhecer que o progresso económico e o bem-estar fundamentados na produtividade são incompatíveis com um sistema de segurança colectivizada.

Mas este apelo à segurança, que naturalmente vai aumentar a intervenção do Estado, permite verificar simultaneamente como é contraditória essa *política enganadora*. Se reduzirmos a falácia de tais exigências a uma fórmula mais simples, o que se pretende é nem mais nem menos que uma redução de impostos, a par de maiores exigências ao erário público. Mas os defensores de tais teses pensaram já aonde há-de ir o Estado buscar força e meios para satisfazer essas exigências, que, consideradas individualmente, até podem ser justas?

A Ilusão da Necessidade de Segurança

Em última análise, uma mentalidade destas tem *consequências altamente anti-sociais*. Se o Estado, em matéria de política monetária, se recusa a cometer pecados mortais que iriam destruir tudo quanto ele conseguiu reconstruir, só poderá fornecer poder de compra – sob a forma de subsídios, créditos, empréstimos ou subvenções – até ao equivalente que antes subtraiu aos seus cidadãos por meio dos impostos. Por isso considero *moralmente suspeita* uma política que desta maneira faz chegar o capital às mãos do Estado, para em seguida o conceder novamente a empréstimos privados.

Quem tiver a coragem de analisar friamente até ao fim estes problemas não tardará a reconhecer como é *ilusória a necessidade de segurança*. Assim como um povo não pode consumir mais do que os valores que ele, como povo, produziu, tão-pouco o indivíduo pode conseguir para si garantias autênticas maiores do que aquelas que globalmente alcançámos pelos nossos esforços. Esta verdade fundamental não pode ser eliminada, mesmo que se tente *escondê-la* por um processo de *distribuição colectiva*. Exactamente esse processo de distribuição, de intenções certamente sociais, é pago por um preço muito elevado. O desejo do indivíduo de se libertar da exagerada influência e dependência do Estado é por esse meio aniquilado e a sujeição ao colectivo torna-se cada vez maior. A pretensa segurança que o

indivíduo procura obter do Estado ou de qualquer outro órgão colectivo sai-lhe cara e todo aquele que dessa maneira procurou protecção paga-a necessariamente adiantada.

É igualmente um erro julgar que só se caminha para um Estado-Providência quando a segurança colectiva é total ou parcialmente garantida pelo Estado à custa de impostos gerais. É também difícil fugir a esse perigo quando se estabelece uma *obrigatoriedade total de segurança social*, mas que é financiada pela contribuição de cada um.

A *segurança social* colectiva com base na obrigatoriedade, quer seja financiada por uma fonte só, quer por grupos, quando muito distingue-se em grau, mas não fundamentalmente, da segurança social concedida pelo Estado aos cidadãos. A evolução para um Estado de Previdência Social, portanto, esboça-se logo que a obrigatoriedade do Estado ultrapassa o âmbito dos que necessitam de protecção e que a ele se submetem pessoas que, graças à sua situação económica, não consideram ou, pelo menos, não deviam considerar essa protecção necessária.

A propósito, é justo fazer a cada indivíduo esta *pergunta fundamental*: A intervenção do Estado, dos poderes públicos e dos demais organismos colectivos e a *ampliação do orçamento nacional* dela resultante, que provoca uma maior sobrecarga do cidadão, contribuíram de facto para aumentar a sua segurança, para enriquecer a sua vida e *diminuir a sua angústia existencial*? Faço esta pergunta francamente e é também com franqueza que *respondo claramente pela negativa*. A segurança do indivíduo – ou pelo menos a sensação de segurança, pelo facto de colocar o seu destino nas mãos do Estado ou duma colectividade – não aumentou, mas diminuiu.

No Fim Existirá Apenas o «Súbdito» Social

O justo desejo de proporcionar maior segurança ao indivíduo só pode, em meu entender, realizar-se quando, pela melhoria do bem-estar de todos, se proporcionar a cada indivíduo o sentimento da sua dignidade humana e a certeza de que ele não está dependente de prepotências. Penso que o *ideal* seria cada um poder dizer: «Quero vencer pelos meus próprios meios, quero correr o risco da vida, quero ser responsável pelo meu próprio destino. Tu, Estado, providencia para que eu esteja em condições de o fazer». Em vez de «Estado, vem em meu auxílio, protege-me e ajuda-me», devia pelo contrário exigir-se: «*Estado, não te metas nos meus assuntos, dá-me antes liberdade e deixa-me suficiente produto do meu trabalho para que eu esteja em condições de prover sozinho à minha existência e orientar o meu destino e o da minha família.*»

A crescente socialização da aplicação do rendimento, a progressiva colectivização do planeamento da vida, a tutela do indivíduo e a sua cada vez maior dependência de

colectividades ou do Estado – e conseqüentemente a atrofia dum mercado de capital livre e capaz de desempenhar as suas funções, como premissa essencial da expansão da economia de mercado – são necessariamente as *consequências* desta perigosa tendência para um Estado-Providência, que acabará por dar origem ao *súbdito social*, com a sua segurança material garantida e tutelada por um Estado todo-poderoso, mas que ao mesmo tempo provocará a paralisação do progresso económico em liberdade.

Parece-me especialmente funesto favorecer a tendência para um Estado-Providência exactamente numa fase em que se manifestam cada vez mais claramente as condições objectivas, isto é, materiais, para um abandono de tais ideias. Se supuséssemos que a evolução económica e as possibilidades actuais da vida do nosso povo, apesar do progresso da técnica, podiam sofrer uma regressão, ainda se compreenderia essa tendência para procurar uma segurança colectiva. Mas é provável, é mesmo quase certo, que as condições de vida dos povos que praticam a economia de mercado social tendem a melhorar continuamente. Portanto, como há que contar com um *rendimento progressivamente maior e um nível de vida cada vez mais elevado*, parece necessário, exactamente também por motivos sociais, manter o indivíduo dentro da sua responsabilidade de cidadão e até inculcar-lhe uma maior noção dessa responsabilidade do que a que tinha até aqui. Esta é uma exigência tanto mais justa, quanto o Estado-Providência, de acordo com todas as experiências já feitas, significa tudo menos «providência»; significa, em última análise, «pobreza» para todos.

Limites da Segurança Social

Para apreciar a segurança social à luz dos tempos modernos há que considerar quão profundamente se alteraram nas décadas anteriores as formas e princípios económicos e como se modificou grandemente, entretanto, a estrutura político-social. O *proletário* que não pôde ou não quis tomar providências para a sua velhice, e que por isso o Estado teve absolutamente de proteger, em breve deixará de existir, se a actual política económica continuar. As condições de vida do trabalhador alemão melhoraram infinitamente desde a era bismarquiiana e são mais livres. A protecção obrigatória do Estado deve ou terá de cessar quando o indivíduo e a respectiva família estão em condições de tomar as suas próprias providências. Refiro-me àqueles assalariados ou pelo menos àquela categoria de empregados que recebem um rendimento mais elevado e por isso ocupam já uma posição responsável dentro da economia ou dos serviços administrativos. Além disso, seria muitíssimo grave para a nossa vida político-social se exactamente esses cidadãos fossem beneficiados por uma *segurança social obrigatória*, quando, mercê da sua posição e funções, deles se pode com

toda a razão esperar que desejem subsistir pelos seus próprios meios e rendimentos. Até certo ponto pode ser compreensível que a guerra e a reforma monetária, com todas as suas profundas alterações, tenham dado origem ao desejo de segurança colectiva. Seria, porém, errado e funesto pretender garantir a segurança futura contra os riscos comuns da vida com base nessa desgraça *que esperamos não volte a repetir-se*.

Todas estas considerações servem o manifesto desejo de ver limitado o âmbito da previdência colectiva, isto é, de *o conceber antes mais restrito do que mais vasto*. No entanto, para evitar interpretações erradas, não quero deixar de frisar, a propósito deste assunto, que também eu considero dever evidente da comunidade tomar providências para assegurar a vida daqueles que actualmente são velhos e que, sem terem culpa alguma, perderam as suas economias em consequência duma má política que conduziu a duas inflações. E também neste aspecto não pode haver diferenças sociais. Devem ajudar-se igualmente os trabalhadores e os empregados, os que exercem profissões liberais e independentes, os naturais do país e os refugiados. Mas este *problema específico*, proveniente da nossa situação especial de alemães, não deve induzir-nos em erro, como se a previdência social obrigatória e a segurança colectiva significassem exactamente aquilo que neste caso se adequa por natureza àquela série de pessoas. A trágica experiência da inflação, vivida por duas vezes numa só geração, não é certamente de molde a fortalecer a confiança nas capacidades próprias. É certo que devemos ter em conta essa trágica experiência, mas por outro lado ela devia constituir por isso mesmo um motivo para revermos cuidadosamente todas as medidas de política económica e financeira e certificarmo-nos de que elas *não nos levam de novo por um caminho funesto*, no termo do qual depararemos novamente com uma *desvalorização da moeda*.

Em qualquer caso há que pôr sérias dúvidas contra todas as tentativas de pretender beneficiar pela segurança social aqueles que exercem uma profissão independente. A condição necessária para se ser verdadeiramente *independente* num sistema económico-social livre é estar disposto a correr livremente os riscos da vida e a vencê-los pelos seus próprios meios. Independência, dentro duma economia de mercado, significa exercer uma actividade livre, pela qual se é responsável e dentro da qual cada um tem as iniciativas que quer. Por um lado, ser-se independente significa poder aproveitar todas as oportunidades da evolução económica, mas, por outro, como consequência necessária, significa estar pronto a *correr os riscos económicos* daí advindos.

Ora, num sistema de economia de mercado, uma posição destas não pode ser de modo algum garantida pelo Estado. Para ser coerente, ela deve pelo contrário ser construída dia-a-dia pelo êxito económico, pela aceitação do risco e sobretudo pelo desejo duma vida

individual e responsável. Como consequência necessária dessa posição dentro do nosso sistema económico e social, há que exigir igualmente desses indivíduos economicamente independentes uma atitude responsável e autónoma perante os riscos sociais que a vida apresenta.

É contraditório e significa, além disso, um proteccionismo irresponsável proporcionar a todos os cidadãos a oportunidade de trabalhar de forma independente no seio dum sistema económico livre e promover a criação e desenvolvimento de existências independentes por meio duma política económica liberal, para depois o Estado subtrair coercivamente a esses mesmos cidadãos independentes a responsabilidade pela sua vida individual.

Esta segurança social obrigatória, que será sempre e necessariamente simplista, não tem em consideração que as indústrias independentes e as profissões liberais englobam toda uma heterogeneidade de grupos diferenciados e que, conseqüentemente, se torna impossível providenciar às necessidades de cada caso individual. Qualquer apreciação crítica leva necessariamente à mesma pergunta: Onde iríamos parar se as *profissões liberais* – cada uma por si – pretendessem instituir um sistema de *segurança social*?

Dizemos Não Às Soluções Anacrónicas

Não tivemos já nos últimos oito anos a prova suficientemente trágica para sabermos aonde pode levar-nos esse *desmembramento da economia nacional*, sobretudo quando cada camada do povo e cada classe julga ainda poder dispor da sua própria vida? Se, por exemplo, as profissões liberais, sejam os médicos, os advogados ou os contabilistas-audidores, pretenderem um sistema de segurança social especial para o seu grupo, essa segurança cada vez mais restrita será também cada vez mais problemática. Dessa maneira se cria uma «vida própria» e se alimenta um *egoísmo tão pernicioso*, que dá a impressão de ser um separatismo completamente anacrónico – sobretudo numa época em que tendemos a libertar-nos de concepções proteccionistas e de egoísmos nacionalistas para chegarmos a formas mais amplas de vida humana e económico-social. Não se julgue que é possível por um lado encontrar segurança num agrupamento restrito e por outro romper esses limites estreitos e realizar largas ambições.

Mas também sob outros aspectos há que levantar *sérias objecções* contra tal aberração. A tentativa, por exemplo, de aplicar os princípios dos dois grandes organismos de segurança social para a velhice – de trabalhadores e empregados – a membros de outros grupos profissionais está infalivelmente condenada ao fracasso. Ela só seria admissível e praticável se se pudesse dizer terminantemente que no decorrer das próximas décadas não se produziriam quaisquer modificações estruturais. Em relação à grande massa de assalariados,

pode supor-se uma continuidade de evolução sem correr grande risco de errar, ao passo que em relação a *certos sectores da classe média*, como, por exemplo, o artesanato ou o comércio a retalho, ninguém pode prever nem dizer com segurança como dentro de cada um desses sectores se processará a evolução. Aí sim, deve contar-se pelo menos com a possibilidade de grandes modificações estruturais. Quanto mais restrito – numericamente – for um círculo de pessoas que pretendem passar a beneficiar dos novos princípios preconizados pelos grandes defensores da segurança social, maior número de problemas surgirão e menos firme será o solo em que assenta tal sistema.

Concluindo: a *segurança social* é certamente uma coisa boa e altamente desejável, mas deve começar por se realizar com os *meios de cada um*, com o rendimento e o esforço de cada um. Segurança social não é sinónimo de previdência social para todos – não é sinónimo de transferência da responsabilidade individual para qualquer agrupamento colectivo. *Deve começar sempre por existir a responsabilidade individual* e só quando esta não é suficiente ou falha é que começa a obrigação do Estado ou da comunidade.

Haveria muito menos miséria social entre o nosso povo se demonstrássemos menos desejo de colectivização e melhor sentido de responsabilidade social. Mas o primeiro mata a segunda e por isso impõe-se perguntarmos a nós próprios se, unidos no mesmo desejo e obrigação de nunca mais vermos um alemão na necessidade, procedemos bem ao asfixiarmos completamente as melhores qualidades humanas no aperfeiçoamento do colectivismo ou se não devíamos antes declarar uma *guerra de morte* ao espírito pernicioso do colectivismo, na ânsia de maior bem-estar e a fim de abriremos cada vez mais possibilidades de *aquisição de propriedades privadas*. A minha opinião fica claramente exposta. Oxalá a minha advertência não caia em ouvidos surdos.

[...]

14. ESTAÇÃO EUROPA²⁷

Em 2 de Setembro de 1956, na inauguração da Feira Internacional de Outono de Frankfurt, declarei uma vez:

«A integração da Europa é mais necessária do que nunca; já devia mesmo ter sido feita. Mas a melhor integração da Europa, a meu ver, não depende da criação de novos

²⁷ Nas páginas que se seguem, o leitor desta edição deve ter presente que este capítulo foi escrito em começos de 1957. Para não trair a verdade histórica, manteve-se o texto de então. Muitas afirmações podem não parecer já actuais, consideradas à luz de 1962, mas a atitude mental que outrora serviu de base para apreciar as tendências de integração influencia e continuará a influenciar decisivamente os juízos actuais e futuros.

departamentos e formas administrativas ou de mais burocracia, mas sobretudo do restabelecimento dum sistema internacional baseado na liberdade, que encontra a sua melhor e mais perfeita expressão na livre convertibilidade da moeda, que implica evidentemente a plena liberdade de circulação de mercadorias, de trabalho e de capital.»

Nestas poucas palavras contém-se a minha atitude fundamental em relação ao problema da integração que convém á Europa. Sou de opinião de que o mundo está *cheio de imensas oportunidades*. Bastaria sabermos aproveitá-las. Mal imaginamos a prosperidade que poderia advir duma política económica mundialmente livre. Mas às perspectivas ousadas de amanhã é preciso começar por opor as duras realidades de hoje. Apesar de existir já um amplo acordo sobre o desejo duma unidade europeia e especialmente dum mercado comum, parece-nos útil e indispensável definir posições em relação a uma série de problemas especiais, cuja discussão é a condição prévia necessária para um sério debate sobre a constituição futura da Europa. Tomando como exemplo a Montanunion ²⁸, que existe há já alguns anos, dedicaremos umas breves palavras ao seguinte: deve-se continuar a formar uma Europa com base na *soma de várias comunidades parciais* ou a experiência e o conhecimento dos factos manifestam-se contra o prosseguimento dessa via? Este problema foi largamente discutido nos últimos anos, quando ameaçava pegar a moda de cada ramo industrial de maior importância formar uma associação própria. É, julgo eu, muito *precária* toda a integração económica – seja qual for o campo por ela abrangido – que inclui apenas certos produtos, isto é, que implica integrações parciais.

A propósito, não podemos deixar de notar que os próprios autores da ideia da Montanunion tinham consciência desse erro e pretendiam que a colaboração europeia não se limitasse à Montanunion e às indústrias do carvão, do ferro e do aço. A Montanunion, para eles, era apenas um *primeiro* passo para a obrigatoriedade de os vários países resolverem à mesa redonda os problemas económicos comuns e o dever de os tratarem pacificamente.

Para todas as pessoas de boa vontade não tardou a ser evidente que nessas discussões também é muito possível falar de outros problemas, tais como a política de investimento e de conjuntura ou questões monetárias. O êxito de experiências como a da Montanunion, assim como a sua prosperidade, dependerão essencialmente do ritmo, das proporções e dos ramos em que venham a nascer novas formas autênticas de integração.

Como nos últimos anos não se evidenciaram progressos dignos de nota, *hoje*, em fins de 1956, encontramos-nos numa *fase intermédia*.

²⁸ Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (N. T.).

Objectivo: Ampla Integração

Por mais sérios que sejam estes problemas e embora, por isso mesmo, nos abstenhamos de preconizar novas soluções, não devemos esquecer que, para a Montanunion ter êxito e o problema por ela levantado ter uma solução favorável, tem de se partir de outra base. Temos de encontrar uma forma de integração *total*. Temos sobretudo de criar as bases duma integração autêntica. Mas estas, segundo a minha opinião, só se podem encontrar noutra sector: *num sistema de política financeira*. Para isso é necessário partir do conhecimento científico de que um sistema económico nacional não se baseia na adição de vários sistemas parciais, nem pode compreender-se como um sistema feito de “compartimentos estanques”, mas é uma *função*, um todo indivisível. É formado por um conjunto de relações humanas e materiais que não podem ser separadas umas das outras, nem quebradas, para serem de novo arbitrariamente entrelaçadas ao sabor de cada um.

A propósito, vale a pena citar uma outra concepção. Parece ser geral, actualmente, um certo *receio da concorrência*, ligado ou necessariamente provocado pela criação de maiores agremiações de mercados, argumentando-se que numa integração desse tipo seriam demasiado desiguais as condições da livre concorrência para ser possível aplicar o princípio da economia de mercado. Devia, portanto, – assim pensam muitos *projectistas da economia* – começar-se por compensar essas diferenças ou nivelá-las, antes de iniciar a livre concorrência. Ora, uma tentativa destas, feita dentro de certos limites estreitos, poderia até ter um certo êxito, mas é totalmente *ilusório* julgar que seria possível obter iguais condições de partida no que diz respeito particularmente aos factores do custo, da produção, dentro do mundo actual, isto é, dentro dum mundo em concorrência. A simples tentativa de alcançar um tal objectivo desencadearia um *dirigismo* e um *diletantismo* sem precedentes, que estariam de antemão condenados ao fracasso.

Temos todo o direito de admitir que a graça e a desgraça estão bastante uniforme e “justamente” distribuídas. Deus Nosso Senhor fez bem as coisas, quando deu a determinado povo uma vantagem natural em determinado campo e concedeu a outros povos outros favores. Qualquer que seja a combinação dos componentes dos custos, a sua integração é determinada pelo preço. Somente o *preço*, no qual naturalmente se exprime e se considera igualmente a qualidade, pode servir de *critério económico* para apreciar a produção. É por isso necessário que a integração não seja compreendida apenas num sentido mecânico ou quantitativo; doutro modo cairíamos de novo nos erros e incompetências do passado. Integração, para qualquer entendido, significa, portanto, concorrência livre e ampla, significa colaboração económica num plano funcionalmente mais elevado.

A Sicília não é o Ruhr

Esta resenha crítica é igualmente válida em relação aos que defendem ideias tão erradas como estas, mas sob uma outra divisa, a da “harmonização”, e que sob esta bandeira pretendem fomentar a uniformização de todas as condições económicas. Não exagero ao afirmar que com isso têm em mente os salários, as pensões, a regulamentação do regime de férias e o pagamento das horas extraordinárias. Mas se admitirmos a tese da harmonização social, não haverá logicamente limites e poder-se-á com o mesmo direito exigir a inclusão do custo da electricidade e dos transportes ou dos impostos.

Se se tentasse assim harmonizar, ou seja, ajustar todos os elementos das despesas da produção de todas as indústrias de país para país e abrangendo vários países, de modo a que a concorrência não pudesse ter efeitos “perturbadores”, isso não significaria integração mas *desintegração* da pior espécie.

Ao fazer esta afirmação não pretendo de modo algum negar que todo o foco infeccioso surgido dentro do âmbito nacional representa seguramente um motivo de perturbação das relações internacionais. Mas esse facto não leva a que qualquer país tenha o direito de exigir ou forçar o seu parceiro no mercado comum, como consequência imediata, a usar de princípios duvidosos dentro do seu próprio país.

Sob a divisa da “harmonização” foi-se ao ponto de pretender que, após um período de transição, o *nível dos salários* de todos os estados membros fosse *igualado* e os custos gerais da produção fossem *equivalentes*. Nem vale a pena considerar esta pretensão. Ela é simplesmente irrealizável em termos económicos, pois da Sicília ao Ruhr vai uma grande diferença de produtividade e, portanto, as despesas da produção não são também as mesmas. A prática deste princípio, em certas regiões, levaria mesmo à bancarrota.

As despesas com os salários, em cada caso, são sempre determinadas pela produtividade; não são a condição prévia duma igual capacidade produtora.

Ninguém pode acreditar que seria possível estabelecer em todos os países interessados um mesmo nível de produtividade em todos os ramos da indústria e alcançar em todos um igual aumento da produtividade. Mesmo que, através de manipulações artificiais, num determinado dia pudessem impor-se determinadas condições para todos, no dia seguinte verificar-se-iam já alterações, porque as ideias e o comportamento dos indivíduos e dos povos em relação às suas capacidades de poupança e consumo, às suas possibilidades de rendimento e de aplicação, além de outras coisas mais, nunca poderiam ser reduzidas a um denominador comum, nem mesmo num mercado comum.

Tal exigência, portanto, não só se baseia no *desconhecimento total* das leis e dos factos económicos, como caracteriza ao mesmo tempo uma *atitude mental* que *de modo nenhum pode subsistir* numa Europa integrada, se não queremos asfixiar a iniciativa humana, a força criadora e até a própria vida.

É portanto uma ilusão o que se encontra por detrás dessas ideias e devido a ela pretende-se acreditar que seria possível corrigir os dados naturais e ajustar por meios artificiais as condições estruturais de país para país, de modo que cada país tivesse em todos os sectores as mesmas despesas de produção. Em meu entender – mesmo abstraindo do facto de ser ou não possível algum dia alcançar-se esse duvidoso objectivo – ele não é *de forma alguma desejável*, porque então nada nos impediria de voltar a cair no isolamento nacional. Pois se cada indivíduo pode oferecer a mesma mercadoria ao mesmo preço, por que razão – pergunto eu – hei de ir comprá-la a outro lado? A *permuta de mercadorias* internacional *perderia* aqui o seu *significado* específico. Precisamente o que tem interesse é os países trabalharem todos em condições diferentes, que um seja capaz nisto, outro naquilo. Precisamente nisso é que reside a necessidade de cada um completar o outro e o êxito desse esforço.

Todo aquele que defende a teoria da harmonização não deve eximir-se a perguntar a si mesmo quem há-de ser o sacrificado e com que dinheiro se pagarão as despesas. Na prática, uma ilusão dessas tem de levar necessariamente à criação dos ditos “pés-de-meia”, isto é, de fundos destinados a indemnizar ou a alimentar artificialmente todos aqueles que estão ou se julgam em desvantagem. Mas estes são *princípios que não se harmonizam com a economia de mercado social*. Desse modo não se premeia a produtividade, mas – quaisquer que sejam os motivos – faz-se o contrário, subvenciona-se aquele que produz menos. Não me parece este o princípio adequado para fomentar um progresso autêntico, esse rápido progresso de que a Europa tanto necessita, nem dessa maneira se alcançará também o objectivo de melhorar as possibilidades de vida do nosso povo e de todos os povos europeus.

Em relação a estas teorias tenho declarado várias vezes que considero extraordinariamente perigoso o *romantismo social* que nelas encontra expressão. Em contrapartida, defendo que a utilização de meios comuns de carácter estrutural e sociológico contribuem para um verdadeiro aumento da produtividade e para a manutenção dos ramos económicos vitais. Os espíritos *não* estão divididos quanto a se deve ou não formar-se um mercado comum o mais brevemente possível, mas exclusivamente sobre os princípios sistemáticos e a orientação espiritual dos quais ele deve nascer.

Contra uma Europa manipulada burocraticamente

Uma Europa que não vivia na *crença* da bondade humana, que não seja sentida como

uma autêntica comunidade vital, pela qual vale a pena fazer sacrifícios, uma Europa que não ponha a liberdade acima de tudo mas antes a queira tutelar e subjugar e, finalmente, uma Europa cujos contornos morais, espirituais e políticos ainda hoje não são visíveis não pode impressionar o mundo nem os próprios povos europeus. *Uma Europa manejada pela burocracia*, que respira e vive mais em desconfiança mútua do que em comunidade e que na sua estrutura geral *dá a impressão de materialista*, traz *mais perigos* do que vantagens para a Europa. A Alemanha Ocidental tornou-se imune contra as tentativas de infiltração de Leste através duma política de estabilidade e só por esse motivo um mercado comum deve estar sujeito às mesmas leis. Renunciar a esta política significará renunciar aos motivos dessa imunidade satisfatória contra o comunismo.

Além dos perigos políticos provenientes da assim chamada harmonização social, esta *concepção não é susceptível duma discussão científica*. A harmonização social não está no começo, mas no fim da integração; ela não se realiza por meio de complicadas teorias, mas por uma adaptação das formas e concepções de vida ao ritmo da integração progressiva. Portanto, se bem que apoie a criação dum mercado comum, sou de opinião que numa Europa assim integrada as condições de vida e de produção nunca serão idênticas. De certa maneira, a *função do Mercado Comum* consiste, pelo contrário, na possibilidade e necessidade de os vários países serem exactamente complementos uns dos outros conforme a sua *capacidade de produção especial e diferenciada* e a multiplicidade das suas condições naturais e estruturais.

Se não se pode, portanto, apontar como viável uma agremiação parcial nem uma equiparação, resta-nos perguntar se porventura será possível construir uma Europa sobre um novo institucionalismo. É compreensível que, em face da actual situação das várias economias nacionais, exista uma tendência geral para criar novas instituições, tendo em vista uma colaboração supranacional. Perante as insuficiências e divergências económicas, não parece haver outra solução. Mas também esta afirmação não pode ser aceite levianamente, sem a submeter a uma crítica.

Ordem Sem Alarde

Economicamente pode e deve compreender-se a Europa menos como uma organização ou uma instituição do que como uma função. Mas há que perguntar o que podemos fazer para tornar esta Europa apta ao desenvolvimento de funções livres. É quase trágico ter de acreditar que *estamos já de tal modo empedernidos* por dentro, que só somos capazes de conceber a ordem como “organização”. Perdemos a noção da *ordem verdadeira*, que é exactamente mais forte e mais pura quando não é *evidenciada* ou designada como tal.

Isto não quer dizer que em princípio me repugnem as associações europeias. Mas prefiro criar as condições necessárias para que elas existam, começando por assegurar a ordem interna de cada uma das economias nacionais; doutro modo a integração conduzirá forçosamente a um dirigismo supranacional.

A Europa não se pode construir com recursos pequenos; só se pode compreender como uma complexa função económica e política. A ideia de que cada um dos sectores especializados devia ser progressivamente subtraído à soberania nacional para ser entregue à administração supranacional e que a partir dum determinado momento o peso da influência supranacional conduziria automaticamente a uma total superação das competências nacionais parece-me *pouco realista* e não resiste a um exame orientado pela teoria económica. O todo das economias nacionais não é susceptível de se dividir em várias competências. Qualquer tentativa do género perturbaria todas as economias nacionais e todas elas perderiam a noção das realidades.

A ampliação das competências supranacionais pode ter talvez algum significado político, mas pouco poderá contribuir para a solução dos problemas económicos aqui abordados. Permanece por isso o meu receio de que nos sintamos demasiado inclinados a realizar a integração europeia pela criação de instituições, isto é, a valorizar mais o *institucional* do que o *funcional*. Todavia, devo dizer que esse receio tem sido cada vez mais reconhecido por outros nestes últimos tempos.

A propósito, sejam ditas algumas breves palavras acerca da esperança de alguns dirigistas de poderem vir a realizar, no âmbito europeu, as ideias e ideologias que não conseguiram impor no plano nacional. Basta-nos a nossa experiência nacional para não precisarmos de mais esclarecimentos sobre a razão por que os princípios da economia planificada não estão aptos a desenvolver mais amplamente as actuais capacidades produtivas da Europa. Tal concepção económica nem sequer está apta a alcançar as mais primitivas formas de divisão de trabalho, quanto mais a conseguir uma colaboração próspera e sem atritos entre as economias nacionais.

É minha convicção que não nos resta outro caminho senão conseguir cada vez maiores liberdades no que se refere à circulação de mercadorias e serviços, dinheiro e capital, no que diz respeito à política alfandegária e à iniciativa humana e renunciar a todas as intervenções estatais que são contrárias a estes princípios. Quando as instituições são inevitavelmente necessárias para impor esses princípios de liberdade, então defendo-as. Quer parecer-me que só pode ser um *bom europeu* aquele que considera esta atitude um dever comum a todos os interessados.

A Insensatez do Bilateralismo

Que o bilateralismo jamais poderá ter resultados satisfatórios é um facto que hoje mal necessita de explicação. É simplesmente impossível que a necessidade e o desejo de dois países fazerem uma política de exportações sejam de tal modo perfeitos e orgânicos que ambos os parceiros sejam satisfatoriamente compensados. Tem de haver sempre algum descontente, pois o volume total da permuta bilateral de mercadorias regula-se automaticamente pelas possibilidades de fornecimento ou de compra do parceiro mais fraco. A permuta de mercadorias permanece assim num nível de tal maneira baixo, que nunca será possível alcançar o objectivo económico duma colaboração máxima, ou pelo menos óptima, entre as economias nacionais.

A actividade da E.Z.U.²⁹ e da O.E.E.C. só pode, naturalmente, ser avaliada tendo em consideração os limites das suas tarefas. Embora, dentro do âmbito dessas instituições, tenhamos progredido no que diz respeito à liberalização, sabemos, todavia, que, enquanto houver restrições cambiais, os objectivos desejados não poderão alcançar-se.

Como, perguntarão os meus leitores, concebo eu então a futura Europa? Antes de entrarmos na exposição de ideias mais concretas, devemos assentar neste princípio: toda a tentativa de integração económica e política está condenada ao fracasso se todos os interessados não encontrarem finalmente a coragem e a força de se declararem partidários duma liberalização sempre progressiva da circulação de mercadorias, serviços e capital, dum rápido desaparecimento dos direitos alfandegários e de outras limitações e manigâncias proteccionistas e se não *procederem* de acordo com isso.

Para a realização dum Mercado Comum, exactamente como outrora para a formação do padrão-ouro, não é a riqueza e a força que contam, mas apenas o modesto conhecimento de que nenhum Estado, como nenhum povo, pode viver «acima das suas possibilidades». Antes de quaisquer tentativas de integração em pequena escala, eu daria nitidamente preferência a essa aproximação meramente económica baseada na liberdade e não a limitaria a um só ou a alguns países. Creio também que esse caminho para uma ampla expansão baseada na liberdade, considerado racionalmente, seria melhor precisamente para a Alemanha, cujo bem-estar depende muito do seu contacto com *o maior número possível de mercados*.

Europa – Ilha de Desintegração?

Apesar disso, se seguirmos politicamente o mesmo caminho de integração que os seis

²⁹ *Europäische Zahlungsunion* – União Europeia de Pagamentos (N.T.).

Estados membros da Montanunion, mais convém atender a que a liberalização e a liberdade de movimentos dentro dessa mais limitada esfera de integração progridam mais rapidamente do que no âmbito geral do mundo ocidental. De forma alguma pode vir a suceder que a abolição das variadas limitações que separam ainda as diversas economias nacionais se realize mais rapidamente dentro do vasto âmbito internacional do Ocidente do que por exemplo num futuro mercado comum da Europa Ocidental. Seria extremamente grotesco se a Montanunion se tornasse uma ilha de desintegração. Quanto à exigência de uma abolição mais rápida de tudo o que possa constituir factor de separação, essa integração europeia, na sua forma inicialmente ambicionada duma União Aduaneira, só se justifica moral, económica e politicamente se essa comunidade, por seu turno, não desencadear novos contrastes e conflitos. Isto significa que a política comercial externa deve ser liberal e não pode haver discriminação em relação a terceiros países.

A propósito, há que fazer referência à iniciativa altamente significativa que a Grã-Bretanha tomou nos começos do Outono de 1956, tendente a alargar o mercado comum dos seis países da Montanunion por meio da zona de comércio livre dos Estados da O.E.E.C. Parece-me mais que compreensível a explicação de Londres de que um muro de pautas alfandegárias, que isolasse do resto do mundo o ambicionado e mais restrito mercado comum europeu, não poderia contribuir para os interesses de toda a Europa. Por detrás desta explicação escondem-se precisamente os *perigos de que já falei*.

O que fica exposto, por mais que se fuja a encarar o problema, tem de ter como consequência a renúncia ao dirigismo económico em matéria de divisas e o retorno a moedas livremente convertíveis. A política nacional, que ainda hoje se entrincheira por detrás dessas *instituições barbáricas*, impede todo o progresso económico-social amplo e autêntico. Este obstáculo é de proporções tão gigantescas, que só o desconhecimento dos factos impede a *rebelião espiritual de todos os cidadãos* e de todos os povos livres.

Também não devemos esquecer que com este restabelecimento das liberdades, e provavelmente apenas por essa via, poderemos reconquistar as bases duma verdadeira ordem social no melhor sentido da palavra.

Quanto mais conseguirmos levar as *peessoas* a sentirem-se como *indivíduos* e a tomarem consciência da sua força e dignidade pela liberdade pessoal, tanto melhor e benéfica será a ordem social no seu todo, a qual possuirá uma qualidade moral muito mais elevada do que uma sociedade que necessita cada vez mais de novas organizações e instituições para dominar o caos duma economia arrancada às suas realidades mais intrínsecas. Aceito de boa vontade a impopularidade que me pode trazer o facto de ser *um dos mais fervorosos defensores da liberdade* – precisamente porque aspiro à criação dum mundo livre e à colaboração entre os

povos livres. Também no âmbito supranacional anseio por uma ordem honesta e para isso há que defender em primeiro lugar a liberdade humana, realizar por toda a parte os princípios desta ordem e assegurar as relações humanas autênticas baseadas na liberdade – tanto no campo económico, como no âmbito da vida política.

Para isso devemos esforçar-nos não só por dispor de instrumentos úteis dentro dos vários métodos e técnicas como dispúnhamos antes de 1914, mas também por conseguir uma *orientação espiritual* comum, que nos permita vencer o egoísmo nacional e o proteccionismo com novas formas de comunidade autêntica. A verdadeira integração proporciona uma colaboração espiritual, moral e intelectual num plano mais elevado.

As diferenças traduzem-se aqui mais na qualidade do que na quantidade da colaboração. Integração e convertibilidade não se situam em polos opostos, nem o facto de se desejar uma impede a realização da outra ou pode torná-la supérflua; antes se completam. Quando, por exemplo, falamos duma concorrência de produtos no Mercado Comum, entendemos por isso uma forma de colaboração que elimine as insuficiências devidas às estreitas limitações existentes dentro do âmbito europeu.

Ocorre repetidas vezes perguntar por que razão as economias europeias são muito menos prósperas do que a americana. As grandes diferenças que existem não derivam do facto de os cidadãos dos Estados Unidos serem muito mais trabalhadores e capazes do que os europeus; resultam antes da extensão do âmbito económico e ao mesmo tempo duma maior liberdade, factos estes que dão origem a que lá se possa desenvolver uma maior produtividade e um maior aproveitamento das capacidades produtoras humanas e técnicas.

Mas esta comparação devia também incitar-nos a desejar atingir esses mesmos resultados e a impor a sua realização como um objectivo europeu. Temos de nos reconstituir, temos sobretudo de nos servir dum espírito novo e criar a solidariedade que deve unir as economias e os povos europeus para alcançar esse objectivo.

De todas estas considerações, sobressai a absoluta *preferência pela integração funcional*, cujas características essenciais foram repetidas vezes frisadas. Como em todas as minhas considerações políticas e económicas, também neste problema parto da ideia fundamental de que a liberdade é indivisível.

A Liberdade é Indivisível

É para mim evidente que todo aquele que defende uma sociedade baseada na liberdade económica no seu próprio país pertence também ao número dos defensores duma livre divisão do trabalho a nível mundial e duma estreita cooperação internacional. Reconhecendo

a indivisibilidade da liberdade económica, a República Federal tem lutado energicamente em todos os grémios e instituições internacionais para que o comércio internacional seja libertado de todos os regulamentos de restrição e de todos os obstáculos mesquinhos.

Permitam-me que a propósito aborde de passagem um problema fundamental que costuma ser debatido sobretudo em esferas privadas, mas que surge por vezes também na imprensa: O bem-estar dum país num mundo livre deve ser motivo de preocupação ou de medo para os vizinhos? Evidentemente que tal ideia deverá ser rejeitada com toda a convicção.

É um lugar-comum económico que um país só pode prosperar quando os seus aliados são igualmente prósperos economicamente. Com *mendigos* não se pode *fazer negócio*.

É minha convicção, e sei também por experiência, que tudo aquilo que é válido e se reconhece como certo dentro do âmbito nacional também pode e deve ser válido para além das fronteiras. Tal como no nosso país estamos perante a necessidade de libertar o povo da miséria, de proporcionar a cada vez maior número de seres humanos um nível de vida elevado e dar ao povo a possibilidade e a certeza de ter uma vida livre e independente do poder do Estado, ainda que sentindo obrigações para com a ordem estatal, também é válido o emprego desses mesmos princípios na colaboração económica de todos os países do mundo livre.

Todo aquele que sentir a seriedade dessa ambição desejará e exigirá como eu que o nível de liberdade alcançado não possa ser de novo reduzido por medidas parciais do Estado. Enquanto se mantiver essa possibilidade de retrocesso, a crença na integração europeia continuará a ser apenas uma declaração de amor muito platónica.

Isto hoje já não nos serve.

Este princípio é necessariamente válido também para o Mercado Comum e para a União Alfandegária preconizada pelas propostas de Bruxelas. Não faria decerto sentido *facilitar* a cada um dos países membros um *retrocesso* no caminho da integração, de modo que em caso de dificuldades na balança de pagamentos fosse possível empregar cláusulas de protecção invocando a própria autonomia, ressuscitada para esse caso especial. Também não é boa solução forçar o país em questão – como se propôs no decorrer das conversações de Bruxelas – a revogar essas cláusulas de protecção, desde que essa resolução fosse aprovada por uma maioria qualificada. Não é precisa muita imaginação para reconhecer que uma resolução desse tipo dificilmente poderia ter lugar, por poder ser considerada um acto politicamente desagradável. De resto, restrições desse género não testemunhariam muito a favor da vivacidade de consciência necessária a uma comunidade vital. Ora, é exactamente essa consciência que deve ser despertada, porque, enquanto não existir, jamais atingiremos os

meios e a força para formar uma comunidade autêntica, que possa porventura comparar-se à esfera económica norte-americana.

Precisamos que haja finalmente actuação neste domínio. *Já se trocaram palavras que chegue.*

Por mais sábios que possam falar neste assunto, estou firmemente convencido de que o problema é susceptível de ser resolvido a curto prazo se quisermos encher-nos com um pouco mais de coragem e de confiança. Por várias vezes na minha vida verifiquei pela experiência que a liberdade e sobretudo a *coragem da liberdade* sempre valeram a pena. Tudo quanto empreendemos sob essa divisa transformou-se em benefício, ao passo que onde a coragem da liberdade nos faltou as coisas continuaram mal.

A meu ver, convence pouco ouvir falar com paixão duma integração europeia quando, a par da livre circulação de mercadorias e serviços, não se abre igualmente aos cidadãos a possibilidade de *trabalharem livremente* por toda a Europa. É incoerente que num país europeu existam ainda milhões de desempregados, quando outros Estados não sabem aonde não-de ir buscar braços e cabeças para dar conta do excesso de trabalho.

Mas esta minha afirmação não é de hoje nem de ontem. Sempre defendi que só se pode falar de Europa quando todos os cidadãos de todos os países tiverem possibilidades de trabalho iguais e livres. Enquanto isto não acontecer, a nossa crença não é séria.

Enquanto não tivermos a *coragem de atacar os pontos neurálgicos*, parece-me que uma integração geral ou um mecanismo de aperfeiçoamento de normas de procedimento meramente económicas são pouco apropriados para atingir os desejados objectivos políticos, económicos e sociais.

Tanto quanto os esforços para alcançar a integração da Europa podem ser reduzidos a um denominador comum, esse só pode ser: *realizai a liberdade* em todos os campos da vida!

Liberalização – O Melhor Remédio

Permitam-me que em breves palavras demonstre apenas com um exemplo o que pode acontecer quando a própria liberdade não é ainda perfeita. Os efeitos da liberalização da circulação de mercadorias no nosso comércio externo são tão convincentes que nada perdem do seu valor se eu disser que a Alemanha, em fins de 1950, princípios de 1951, atravessou uma das piores crises nesse sector, talvez a pior das crises depois da guerra, que aliás deu motivo a que muita gente supusesse que a minha política estava definitivamente condenada.

Não será, de resto, testemunho duma *degeneração grotesca* o facto de designarmos de “ordem” a pior forma de desordem que é a economia baseada em controlos cambiais?

Devíamos libertar-nos finalmente da ideia de que a máxima ordem só se poderá verificar onde houver o maior número possível de pessoas ocupadas a fazer cumprir a ordem e a dominar a desordem.

Há ainda muitas pessoas, demasiadas pessoas, que, por uma curiosa falta de visão, julgam que não pode existir ordem quando aqueles que a mantêm permanecem invisíveis. É nessa medida que eu digo que em todas as *conversações sobre a Europa* não haveria só que ter em consideração aquilo que devemos organizar; devíamos pensar igualmente naquilo que podemos ou devemos mesmo *pôr de lado* para tornar possível uma futura Europa natural e orgânica. Visto que a convertibilidade, por exemplo, seria a verdadeira e ao mesmo tempo a melhor solução dum grande número de problemas, poder-se-á esperar que os efeitos desse sistema se estendam a quase todos os sectores da vida social, e sob a sua divisa a política económica ganhe um carácter muito mais marcado.

Estes meus constantes *apelos e advertências* no sentido de criar uma Europa que, em primeiro lugar, garanta a sua “função” não devem ser mal compreendidos, como se eu recusasse obstinadamente toda e qualquer instituição num plano europeu. O que eu *recuso energeticamente* é a ideia de que basta criar instituições para superar eficazmente todas as dificuldades. É nisso que residem as divergências de opinião propriamente ditas.

Quem é um Bom Europeu?

Qualquer tentativa de solução por meio de instituições acarreta o perigo de se cair em soluções fictícias. Mas, para mim, também neste complexo de problemas não se colocam alternativas, mas várias possibilidades, embora dê nitidamente prioridade à integração funcional.

Por várias vezes tenho verificado como pode ser útil às pessoas reunirem-se para encontrar soluções em comum. Simplesmente é importantíssimo considerar que o trabalho com base em instituições não deve suplantar, substituir ou negar o trabalho funcional. A *instituição deve servir*, exclusivamente, para auxiliar a função do mercado comum e ajudar a *alargar as possibilidades de liberdade*. Se, pelo contrário, a instituição pretende “ordenar”, então ultrapassa as suas atribuições.

O indivíduo moderno, habitualmente, só é capaz de conceber a ordem quando ela se exprime em organizações ou por um *exército de funcionários* e faz porventura alarde da sua existência. Assim se explica que a solução de liberdade por mim proposta esteja continuamente exposta à acusação de que eu sou um *mau europeu*. Este facto levou-me, há já algum tempo, em 21 de Julho de 1955, a responder detalhadamente na «*Deutschen Korrespondenz*» à pergunta: “Quem é um bom europeu?” Respondi eu:

Não estou disposto a colocar em causa os meus sentimentos e a minha crença de europeu só porque coloquei o problema de uma maneira diferente e deixei a todos os interessados a possibilidade de provar se havia apenas *um* caminho e *um* método para a Europa, ou se outros meios não seriam talvez mais rápidos e mais eficazes para atingir o mesmo fim. Declaro e defendo abertamente que desejo uma integração europeia não menor, mas maior do que aquela que encontra a sua expressão nas propostas de novas integrações parciais. O facto de, recentemente, se ter querido dar uma interpretação diferente ao conceito de “integração parcial”, que deixaria de significar agremiações por ramos para passar a ser cedência parcial de funções, só pode conduzir a uma confusão de conceitos.

Toda a função autêntica é indivisível. Não é, portanto, querer fugir à integração europeia, mas a minha *preocupação pela Europa*, que me leva a recear que com agremiações e combinações dessa espécie não se venham a atingir nem os objectivos económicos, nem os políticos. De resto, não me oponho aos acordos europeus; pelo contrário, é no desejo de criar as condições prévias para eles que reclamo que se consolide antes de mais a ordem interna das economias, cada qual dentro das suas responsabilidades nacionais, porque de outro modo a integração conduzirá necessariamente a um dirigismo supranacional.

Desta minha exposição torna-se igualmente claro que não estou disposto a considerar a Europa como o fim último e absoluto da ordem económica. Aqui devo fazer uma distinção entre o especialista em *política económica* e o perito em *política externa*. Para mim, integração significa apenas uma primeira etapa cuja meta temos nitidamente diante dos olhos e durante a qual há que vencer todos os obstáculos que impedem a permuta internacional de mercadorias.

Ambiciono conquistar a todo o custo a liberdade de contactos com todos os países do mundo ocidental e, em especial, evidentemente, com os nossos aliados europeus. A Europa, sob esse aspecto, constitui uma forma de integração económica ou política. Mas o nosso objectivo vai para além disso, o que significa que *não devemos voltar a dividir o Ocidente em diferentes áreas económicas*.

15. A Fénix Renasce Das Cinzas

O facto de as exportações mensais da República Federal terem aumentado de 300 milhões de DM, no início de 1949, para 4 milhares de milhões de DM nos começos de 1962 merece que nos demoremos um pouco a apreciar as bases duma política de comércio externo que tão expressivos êxitos nos proporcionou.

Os princípios que elas sustentam podem reduzir-se a duas teses fundamentais que têm sido repetidas vezes enunciadas ao longo deste livro: uma, o postulado de *colocar a liberdade acima de todas as tentativas da parte do Estado, de planejar, dirigir e tutelar o fenómeno económico*; outra, *o conhecimento de que a liberdade é indivisível*.

A consciência destes factos não permite ter hesitações ou irresoluções, nem regatear vantagens mesquinhas, e muito menos é compatível com acordos bilaterais no que diz respeito às relações económicas entre os Estados. Uma política de comércio externo assim orientada tenta realizar os mesmos objectivos que a política económica interna se esforça por alcançar. Trata-se, portanto, de abolir o protecționismo nas suas mais variadas formas, desde o controlo de divisas a um sem-número de outras limitações, desde a existência de barreiras alfandegárias intransponíveis a outras medidas administrativas, e ultrapassar a mentalidade estreita e egoísta que transformou num tormento a vida na Europa. *Essa ideologia de pequenas autarquias* devia ser rápida e definitivamente posta de lado.

Foi nessa ambição que, quando em 1948 iniciámos a tarefa de restabelecer a liberdade económica da Alemanha, se tornou para mim quase um dever moral realizar, no mais curto espaço de tempo possível, a viragem decisiva para uma *política de liberalização* do comércio externo. Apesar do atraso da produção alemã e de outras condições iniciais desfavoráveis, a liberalização das importações privadas de países da O.E.E.C., em fins de 1949, tinha aumentado para 58,2% no espaço de tempo que medeou entre Outubro de 1948 e Setembro de 1949, e em Outubro de 1950 aumentou para 63,7%. Essa mudança não se deve à nossa arrogância ou a loucas ideias imperialistas. Não. Foi a amarga necessidade que nos obrigou a pôr tão duramente à prova a nossa convicção da superior importância da liberdade. A economia alemã, que se encontrava em ruínas, não estaria apta a oferecer novas bases de vida ao povo alemão se a curto-prazo não conseguisse alcançar o nível de produção dos estados industriais mais avançados do mundo.

A Via do Sucesso

Nessa alternativa, importava reconhecer *impiedosa e desapassionadamente* se a economia alemã e os industriais alemães tinham ainda força e energias para tentar a experiência da recuperação através da concorrência no mercado mundial. Em caso afirmativo, estava *o caminho aberto para a reconstrução da Alemanha* e havia sobretudo a possibilidade de proporcionar de novo trabalho digno a muitos milhões de refugiados e de abrir ao povo alemão a via de retorno a um nível de vida que estivesse de acordo com a civilização ocidental.

Enquanto, porém, carecêssemos dessa força, era impossível pensar no êxito da reconstrução; quer dizer, sem uma aproximação com o mercado mundial e com as suas produções principais, a Alemanha não podia ter tido um futuro próspero. Hoje a Alemanha tem uma posição fundamental no mercado mundial, quer como compradora de matérias-primas quer como vendedora de artigos manufacturados. Nesse aspecto, o *auxílio do Plano Marshall* merece a *especial gratidão* do povo alemão. Mas é sobretudo pelos seus efeitos morais que esse auxílio generoso deve ser apreciado. Ele deu aos alemães a sensação de que deixavam de ser uns proscritos para poderem voltar a participar no progresso dum mundo livre. O seu significado económico e financeiro não foi todavia menor, embora a República Federal nunca tivesse esquecido que, antes de mais, lhe cabia a responsabilidade de partir das suas próprias forças para criar as condições necessárias para pagar os víveres e as matérias-primas com produtos acabados de manufactura alemã. Impunha-se urgentemente esta política, para que as portas se nos abrissem e para forçar ao êxito o esforço, por toda a parte brutal, que tentava elevar o nível de produtividade da economia alemão.

Por isso a política de comércio externo alemã, desde o momento em que foi submetida à competência do Ministério da Economia, se baseou sempre no princípio da liberalização, no mais vasto sentido da palavra.

[...]

O princípio da liberdade, que acima de tudo caracteriza a nossa política de comércio externo, encontra a sua mais vincada expressão nessa abolição de restrições e manifesta-se também no vivo desejo de *substituir o sistema do bilateralismo* por um processo multilateral que ligue as várias comunidades. Mas estes esforços só encontraram a sua coroação quando o mundo ocidental, por meio da convertibilidade, voltou finalmente a criar uma zona monetária una.

A remoção de todos os obstáculos ao comércio tem o seu complemento natural numa política alfandegária coerente. Neste problema – como de resto em todos os debates sobre a liberalização – sempre defendi que o que em princípio está certo para a Alemanha não necessita duma correspondência da parte do seu aliado comercial para se tornar uma realidade. Assim, desde 1955, quando a situação económica interna da República Federal parecia aconselhar a intensificação da concorrência, que tenho tentado facilitar a introdução de produtos estrangeiros na Alemanha, fazendo baixar as pautas alfandegárias. E se bem que se tenham verificado por várias vezes diminuições de direitos alfandegários só da parte da Alemanha, sou de opinião que podiam e deviam ter-se feito mais do que aqueles que o Governo e o Parlamento decidiram. [...]

Os Últimos «Por Cento» São Decisivos

Os obstáculos que continuam a impedir a realização dum comércio externo livre não podem ser desprezados nem minimizados. Quanto mais nos aproximamos do *limite crítico* a partir do qual se tornam sensíveis e importantes as influências no âmbito nacional, tanto maiores se tornam os impedimentos de carácter proteccionista. Pondo o problema numa forma mais simples, mas também mais clara: liberalizar de 0 a 70 ou 80% é relativamente fácil, porque até esta ordem de grandeza existe um interesse nacional quase comum em garantir a liberalização. Numa liberalização de 80 a 90% já a situação se torna mais problemática, mas quando chegamos a 90, 92, 95%, alcançar qualquer percentagem de *liberalização* maior torna-se quase um *problema dramático*. É neste campo que deve manifestar-se a verdadeira firmeza, pois só assim a liberalização conduzirá aos salutareos resultados ambicionados. Muitos países da Europa estacam diante desta barreira final e só muito poucos têm a coragem de a transpor.

O Símbolo do Mal

O espírito da liberalização e o demónio dos controlos cambiais comportam-se mutuamente como a água e o fogo. Os controlos cambiais são, quanto a mim, o *símbolo de todo o mal*, seja qual for o disfarce sob o qual eles se apresentem; os controlos cambiais respiram a maldição e o aroma dos preparativos e das épocas de guerra, de cuja desordem destruidora esta resulta. Somente devido a um caos assim provocado foi possível que cada uma das economias nacionais chegasse à ideia suicida de que, para prosperar, era preciso acabar com a concorrência de produtos. Desta maneira, o comércio externo tornou-se progressivamente uma função da política repressiva do governo e passou a cumprir cada vez menos a sua missão de contribuir para o bem-estar económico de todos os cidadãos dum mundo livre.

Estas observações expõem directamente a *problemática da actual situação alemã no contexto do comércio externo*. Contrariamente ao tempo em que assumi as minhas funções, ela não se caracteriza já pela preocupação de saber como contrabalançar com exportações a necessidade de importações que nessa altura parecia infinita. Hoje, pelo contrário, há que resolver o desequilíbrio provocado por um excesso de exportações que se mantém há mais de cinco anos e que – se exceptuarmos algumas interrupções – aumenta quase continuamente. Em 1956, as importações aumentaram em cerca de 14,3 %, ao passo que as exportações, que as ultrapassavam já em quase 1 500 000 000 de DM, aumentaram ainda cerca de 20%. A suposição, manifestada por toda a parte em 1955, de que as importações e as exportações

tenderiam cada vez mais a equilibrar-se demonstrou, portanto, ser completamente errada, tendo a existência em ouro e divisas do Banco Federal Alemão, durante o ano de 1961, ascendido a 28 milhares de milhões de DM. [...]

Estes saldos positivos exprimem sem dúvida uma autêntica e *notável vitalidade da economia alemã*. Não obstante, seria errado atribuir esta evolução exclusivamente a essa força vital. O saldo positivo resulta em grande parte do facto de a Alemanha Ocidental, em comparação com outras economias nacionais, *ter sabido resistir com um pouco mais de coragem às tentativas de inflação*, ou, para me exprimir melhor, do facto de nesse aspecto termos pecado menos do que muitos dos nossos parceiros comerciais.

[...]

Perante a conjuntura favorável e o pleno emprego que se verificam em quase todos os grandes países comerciais do mundo, sentimos cada vez mais como nos falta a todos um factor de estabilização com um poder de influência que transcenda as fronteiras da própria economia nacional. Repetidas vezes chego a esta mesma conclusão: é um facto estranho, para não dizer monstruoso, que apesar da evolução de preços tão diferente dentro das várias economias nacionais, *o câmbio destes países se mantenha fixo*, como se entre essas duas grandezas não existisse uma relação intrínseca. Duma política tão contraditória como esta terá de resultar, necessariamente, uma considerável distorção das oportunidades de exportação. Seja como for, esse é um dos motivos essenciais por que a República Federal tem obtido cada vez maiores saldos positivos no comércio externo, cujo lado negativo é dificultarem o abrandamento da alta na economia interna alemã.

[...]

16. Perspectivas Futuras: Confiança e Preocupações

Para os cépticos pode parecer ousadia o facto de um livro dum político económico, que aborda conscientemente uma polémica actual, só ser publicado como *livro de bolso* cinco anos e meio após a primeira edição e de o autor renunciar a refundir o seu conteúdo, julgando poder limitar-se à necessária actualização dos dados estatísticos. Este facto mostrará especialmente ao leitor que o político económico, na sua atitude, como na maneira de encarar as preocupações e os problemas do dia-a-dia, deve esforçar-se por manter princípios justos que sirvam de apoio a todos os seus actos. Torna-se portanto óbvio como é altamente importante para o político económico ter sempre uma base que lhe proporcione uma *visão dos factos* em todas as circunstâncias do presente. Quando a actividade diária se processa partindo sempre dessa base, aquilo que antes era válido continua a ter hoje a mesma força;

deve ser mesmo tão convincente e comprovador como no dia em que pela primeira vez foi formulado.

Ninguém poderá levar-me a mal se eu declarar que esta afirmação não pode, apesar disso, aplicar-se rigorosamente em relação às páginas que atrás ficam escritas. Os anos que passaram sobre a primeira edição não foram decerto isentos de conflitos, de lutas espirituais e políticas. Muitas coisas que antes eram de facto importantes passaram entretanto para segundo plano, outras perderam toda a importância, outras que então mal se esboçavam definiram-se e passaram ao primeiro plano. Novos problemas, novas tarefas e também novas soluções foram surgindo, pelo que se torna necessário, neste capítulo final, acrescentar mais qualquer coisa ao balanço do passado.

No último capítulo da primeira edição, afirmava eu:

«Estas são, portanto, as palavras do ministro da economia, que pela experiência verifica todos os dias que a sua atividade não se desenvolve puramente dentro do âmbito da economia e necessariamente tem de esforçar-se muitas vezes por reconciliar as razões económicas com conhecimento científico, por um lado, e com as opiniões políticas, muitas vezes partidárias, por outro, numa *síntese sempre feliz*.»

Esta afirmação – que nesse tempo não envolvia implicações especiais nem pretendia exprimir quaisquer profecias – pode, retrospectivamente, servir para explicar a minha actividade destes últimos tempos.

Imediatamente a seguir, escrevia:

«O título deste livro, *Bem-Estar para Todos*, encerra logo de início uma problemática complexa, pois de modo algum estou convencido de que basta atingir esse objectivo para que todo o cidadão alemão se sinta feliz e satisfeito, nem de que «bem-estar para todos» será suficiente para alcançar a harmonia social... Vivemos cheios de dúvidas e não só os nossos cérebros como também as nossas almas e corações caíram na confusão. Muitos de nós foram talvez, ou, melhor dizendo, foram sem dúvida arrastados para o caminho do erro pela necessidade de orientar todas as energias humanas no sentido de recuperar e assegurar as nossas bases materiais, tendo-se com isso perdido o justo *sentido da hierarquia dos valores*. O nosso destino dependerá da solução que dermos a este problema urgente».

E um pouco mais adiante:

«...Acontece, pelo contrário, que à medida que a nossa situação material vai melhorando, a arrogância apodera-se cada vez mais de nós e vamos perdendo a noção das nossas possibilidades e das nossas conveniências. Embora ninguém possa em

consciência negar que durante os anos da reconstrução atingimos um nível antes inimaginável e que a República Federal se esforçou honestamente por que todas as camadas do nosso povo participassem no progresso e no bem-estar, a insatisfação faz coro por toda a parte.»

Ataque à Economia de Mercado

Muito antes de a opinião pública abordar o problema de se «bem-estar para todos» podia ou devia ser um objectivo necessário e suficiente, já eu tinha afirmado que o velho provérbio *Nem só de pão...* continuava a ter a mesma validade de há milhares de anos. Wilhelm Röpke considera igualmente este problema, quando diz que os critérios político-sociais determinantes se situam para além da oferta e da procura. Nós ainda nos encontramos no meio desse conflito espiritual, cujos resultados só nos poderão ser favoráveis se renunciarmos à corrompida mentalidade daqueles que, num insensato egoísmo, desrespeitam toda a moderação e, contra tudo o que é razoável, querem para si mais do que a economia nacional lhes pode dar; daqueles que – confessada ou inconfessadamente, consciente ou inconscientemente – chegam ao ponto de quererem destruir a nossa ordem social, que não se pode conceber sem a economia de mercado social. Quando se exige demasiado à economia nacional, quando as reivindicações em relação ao produto social são maiores que a sua verdadeira taxa de crescimento, isso tem necessariamente uma consequência fatal: a subida do nível dos preços. E aqui e ali já se ouve murmurar que se devia modificar fundamentalmente a estrutura da economia de mercado, precisamente por causa do aumento de preços. A todos aqueles que isso desejam ou ambicionam devo informá-los que seguimos os desenvolvimentos com todo o cuidado e que trabalhamos permanentemente para assegurar a estabilidade dos preços.

Os últimos meses mostram claramente a veracidade desta afirmação, quer pela revalorização de 5/3/1961, quer pelo recente debate, tantas vezes mal compreendido, sobre a descida das pautas aduaneiras dos veículos automóveis, pela qual se devia responder ao aumento de preços quase geral, levado a cabo por um importante sector da economia no espaço de poucos dias. Se não se deve de modo algum renunciar a oferecer resistência contra todos aqueles que querem exigir demais à economia nacional para conseguirem a ruína da economia de mercado social, não devemos também deixar de dizer aqui algumas palavras acerca de outros elementos destruidores de espécie diferente. Penso naqueles que, gozando descuidadamente da prosperidade material dos últimos anos, troçam do chamado «milagre económico» ou dos «meninos-prodígios da economia» com uma atitude meramente *snob*. Estes espirituosos, para quem a leitura de processos escandalosos é muito mais importante

do que a discussão de ideias sérias, são aqueles que no fundo não percebem nada dos problemas; são aqueles que dão pedras ao povo, em vez de pão; são aqueles que esquecem quanto esforço e trabalho foi necessário a todo um povo para alcançar e garantir o sucesso dos últimos anos. Apesar de tão arrogante como negativa atitude, continuamos a esforçar-nos por estender a mão a todos aqueles que, numa atitude de seriedade moral ou mesmo numa atitude de crítica dura, tentam contribuir para a melhoria de certos aspectos da vida contemporânea.

Considerando esta atitude fundamental, é incompreensível por que motivo, aqui e ali, nos últimos anos e também muito recentemente, se falou de novo no «fim da economia de mercado social», exactamente quando terminava o período da reconstrução, quando estavam vencidos os danos causados pela guerra. Os meus leitores não levarão a mal se eu considerar tal parecer como altamente contraditório em si mesmo. No congresso da C. D. U., realizado em Karlsruhe em 28/4/60, chamei a atenção para tal disparate. Disse então: Enquanto eu, nos tempos da mais dura e amarga necessidade, só ouvia dizer que uma economia de mercado livre seria uma solução deficiente para os problemas então existentes e pela minha oposição suscitei ódios e escárnio, agora, pelo contrário, argumenta-se que esse princípio económico livre seria adequado a uma situação de penúria, mas que o bem-estar e a prosperidade necessitam da aplicação de outros princípios. Perante isto, só me resta lembrar o velho provérbio: «A razão tornou-se em desvario, a prosperidade em flagelo».

Fui obrigado pronunciar estas palavras há dois anos e meio. Hoje, ante *uma nova fase económica*, em que importa conciliar a estabilidade dos preços e o incremento saudável da economia com o pleno emprego e as exigências duma boa ordem internacional, os fanáticos crêem mais uma vez estar de tal maneira aptos a predizer ou mesmo a assegurar o fim da economia de mercado social, que da minha resistência contra o aumento dos preços em alguns ramos da economia, especialmente da fábrica Volkswagen, deduziram o retorno a um dirigismo estatal, a métodos de economia dirigida no que diz respeito aos preços. A esses fanáticos do caos respondi apenas que não aboli em 1948/49, apesar de toda a oposição, o dirigismo económico, destruidor de toda a vida económica e social, para tornar a instituí-lo 14 anos mais tarde. Podem os meus críticos estar sossegados. De mim ninguém faz um dirigista; nenhum mal-entendido, nenhuma discussão, por mais dura que seja, nem nenhum industrial, me dissuadirá de continuar a considerar a liberdade de iniciativa um dos elementos básicos duma sociedade livre.

Essas discussões recentes foram, todavia, motivadas por um problema muito diferente: o de saber se cada um podia proceder como lhe apetecesse-se – o de saber, portanto, se era direito intangível de cada indivíduo dar largas ao seu egoísmo, à margem das leis vigentes, da

ordem por nós estabelecida e contra as grandes necessidades do presente; o de saber também se à economia de mercado social competia regulamentar a responsabilidade de cada um ou simplesmente regulamentar o curso regular e mecânico dos fenómenos económicos.

Recuso-me energicamente a aceitar esse retorno às velhas ideias liberais do século passado. Uma enorme distância me separa dessas ideias, que, por incrível que pareça, encontram ainda partidários na actual literatura sobre economia. Por esse motivo, no congresso da C. D. U., que teve lugar em Dortmund, em 4/6/62, declarei também abertamente:

«Que prova de indignação damos a nós próprios, quando queremos abolir a *atitude moral e a responsabilidade* dentro da economia de mercado social por *alheia ao sistema*. A economia de mercado social não é fim e objectivo em si mesma; ela não se processa num sector isolado da vida, mas faz parte do destino das pessoas e dos povos. A economia de mercado social não se pode conceber sem uma estrutura divina e ao mesmo tempo humaníssima, em que ao indivíduo é dado um máximo de liberdade, mas ao mesmo tempo um máximo de responsabilidade. Liberdade dentro dum compromisso de moralidade e dentro dos limites da responsabilidade perante Deus e os homens são e continuarão a ser as bases invioláveis da nossa política. Mas coisa alguma nos liga àqueles que não querem considerar como oposto ao espírito da economia de mercado social o apelo moral, nos momentos certos, à responsabilidade humana e à necessidade de garantir a liberdade.»

Todo aquele que compreender bem estas minhas declarações perceberá quão pouco valor e sentido dou aos boatos sobre o fim da economia de mercado social ou sobre uma transição para formas de economia dirigida pelo Estado. Nem os primeiros devem ser motivo de preocupações para uns nem os segundos motivo de esperança para outros. Quem estiver disposto a seguir o curso do meu pensamento reconhecerá também o grande mal-entendido que presidiu recentemente ao suposto duelo entre mim e uma importante fábrica de automóveis, em que de modo algum se pretendeu pôr fim à economia de mercado ou adoptar novos métodos de política de preços, mas única e simplesmente agir praticamente, de acordo com a relação intrínseca que há entre liberdade e responsabilidade – relação essa que neste caso era obrigatória, visto que se tratava do procedimento económico duma das maiores fábricas alemãs. É evidente que quanto maior é a empresa, maior é a sua responsabilidade para com o público.

Mas isto leva-nos já para o meio das preocupações contemporâneas, das quais daremos em poucas palavras um breve relance, exactamente porque o presente nos ensina duma forma clara que a hora não é de resignação pessimista, mas é e continuará a ser de *ataque corajoso*

aos problemas. Quando este livro foi escrito, estávamos ainda no meio da última fase de conjuntura altamente favorável. De 1956 a 1957, por exemplo, o produto social bruto aumentou de 196 para 213 milhares de milhões de DM; o fim do ano de 1958 e o começo do de 1959 foram já nitidamente caracterizados pelo esmorecimento da alta.

Em 1958, a produção industrial teve apenas um incremento de 3,1% e em começos de 1959 houve mesmo um (!) mês no qual o índice da produção global da indústria ficou abaixo do nível do mês correspondente do ano anterior (em Janeiro de 1959, cerca de 0,18%). Este facto, em qualquer país estrangeiro, não seria surpreendente, mas na Alemanha, onde estamos demasiado habituados a verificar grandes taxas de aumento anuais, foi sentido como uma coisa sensacional. Hoje que se fala novamente de estagnação e viragem, é bom que as pessoas se lembrem desse Inverno de 1958/59. Nesse tempo, quase todos julgavam que a economia de mercado social tinha já dado o que tinha a dar. Os adversários rejubilavam e muitos artigos dos jornais eram encabeçados por títulos como este: «Erhard retira-se da vida política»; os verdadeiros e falsos amigos não se poupavam a advertências.

Muitos refugiavam-se em atitudes de mistério, escrevendo-me cartas abertas com títulos deste teor: «O que todos dizem e ninguém sabe». Não valeria quase a pena referir-me hoje a esses erros, se não tivesse de chamar a atenção para um facto impressionante: todos os êxitos esmagadores alcançados nos passados anos, e que em última análise se basearam na libertação do indivíduo da orientação estatal, não impediram que críticos, bem ou mal-intencionados, propusessem e exigissem mesmo a intervenção do Estado para solucionar as dificuldades, de facto inegáveis, nos sectores do ferro, do aço, do carvão e das indústrias têxteis. Quantas vezes se esqueceu nessas propostas que a pequena intervenção estatal origina necessariamente a maior, que ao começo aparentemente inofensivo se segue fatalmente um trágico fim. Os acontecimentos desse Inverno de 1958/59 ensinaram-me também como seria leviano supor que a *economia de mercado social tinha o futuro assegurado*. Nesses dias viu-se claramente como a liberdade, também no âmbito da política económica, tem de ser defendida dia-a-dia. Isto, aliás, devia servir-nos para chegar à conclusão de que temos ainda à nossa frente tarefas educadoras do mais vasto alcance. Continua a faltar-nos um número suficiente de indivíduos, firme e intimamente ligados à economia de mercado livre, entre os industriais como entre os funcionários do Governo Federal, entre os políticos como entre os consumidores.

Não me parece despropositado recordar aqui as palavras que proferi em 1 de Março de 1959, na inauguração da Feira de Frankfurt, quando me vi obrigado a *opor-me ao profundo pessimismo* que alastrava por todo o lado. O meu apelo ao optimismo foi recebido pelos meus ouvintes com um sorriso irónico. Que disse eu?

«Declaro que a actual conjuntura da economia nacional não é motivo para pessimismos ou atitudes negativas... Não é verdade, como se lê e se ouve dizer hoje tantas vezes, que era fatal que a nossa economia não pudesse continuar a progredir. Fala-se como se uma regra fixa qualquer ou uma lei intrínseca determinassem forçosamente a diminuição das taxas de crescimento... Os senhores e todos os indivíduos relacionados com a economia deviam ter a firmeza necessária para não se desmotivarem com o despedimento, esporadicamente necessário, dumas centenas ou milhares de empregados, e para não considerarem esse enfraquecimento da conjuntura, a par dum pleno emprego, como um sinal de colapso económico. Aceito perfeitamente que os industriais alemães considerem que o aumento permanente do pessoal nas suas fábricas, nos passados dez anos, é um mérito exclusivamente seu. Mas já não aceito que em caso de alteração da conjuntura favorável, em certos sectores da economia, queiram lançar todas as culpas para a política económica ou para o mau ministro da economia. É minha convicção que a nossa época há-de exigir mais provas do industrial alemão – do industrial alemão livre. Nas épocas em que o sol brilha, em que é um verdadeiro prazer ser industrial, reconhecer a liberdade custa pouco e não requer muita firmeza de carácter, mas defender o princípio da liberdade e da livre iniciativa nos tempos difíceis é que define e põe à prova a atitude do verdadeiro industrial.»

Todos sabem hoje que eu tinha plena razão ao manter outrora esse optimismo, tantas vezes citado e quase outras tantas mal compreendido. De facto, poucas semanas após esse discurso, encontrávamo-nos já no começo duma *alta quase sem precedentes*, que caracterizou os anos de 1959 e 1960 e continuou em 1961. [...]

Mas eu não pertenço àquele número de pessoas que gostam de angariar o favor dos seus concidadãos por meio de lindos discursos e promessas vãs e fecham por isso os olhos perante as verdades incómodas e as evoluções defeituosas que vêm surgir. Ainda há pouco tempo declarei abertamente em Dortmund: «Mereceria ser escorraçado do meu cargo, se nas minhas previsões para o futuro receasse exprimir a séria preocupação que ele me desperta.» A preocupação de que aqui falo foi exposta muito claramente e todos puderam compreendê-la pelo meu muito apreciado discurso efectuado em 21 de Março de 1962 na Rádio e na Televisão:

«Os concorrentes do mercado mundial podem talvez ficar satisfeitos se o seu rival alemão, por sua própria culpa, for eliminado, mas esse é o factor menos importante do problema. Não é sem motivo que exprimo a minha apreensão de que no mundo livre se possa rezear que um povo que tão grandes coisas realizou a partir da profunda

tragédia que o atingiu possa tornar-se novamente um perigo para a paz, devido à insensatez dos seus desejos e ideias. Que garantia – perguntar-se-á por toda a parte no estrangeiro – temos nós contra as perigosas reacções do povo alemão em relação aos outros países, quando menospreza as suas próprias capacidades internas e está pronto a lançar-se no caminho da aventura social e económica?»

Como vêem, não se trata aqui de um problema económico específico, mas de resistir contra uma *evolução* que necessariamente levará à catástrofe. E em que consiste essa evolução? Todo o político económico responsável tem de sentir-se profundamente inquieto pelas exigências que de há muito tempo para cá se têm vindo a fazer ao nosso produto social, isto é, à soma dos produtos do trabalho de todos os cidadãos trabalhadores, reivindicações essas que ultrapassam de longe o que a nossa economia pode dar. Este método errado – a ser praticado «com êxito» – fará perigar forçosamente a estabilidade da nossa situação económica e especialmente da nossa moeda. Com esta afirmação dirijo-me a todos aqueles que, pela sua actividade ou negligência, têm influência no processo económico da República Federal: os Governos de coligação, Estados e Comunidades, assim como os partidos quando calculam orçamentos demasiadamente generosos; os socialistas, não só por se declararem partidários da abolição das tabelas de preços, como por outras funções que têm na economia, uns como industriais, outros como consumidores. A propósito, é muito interessante, sob o ponto de vista psicológico, e merece a pena registar também politicamente, que os socialistas, cujas decisões autónomas têm uma influência quase verdadeiramente dominadora, começam por lavar daí as suas mãos, quando a situação é visivelmente deficitária, para depois lançar a culpa de todos os males ao Governo ou ao Parlamento. A culpa dos aumentos de preços ou de quaisquer outras insuficiências é sempre dos outros, nunca daqueles que se eximiram às responsabilidades.

Repito e acentuo mais uma vez: sou a última pessoa a não desejar uma contínua melhoria dos salários. A melhoria das condições de vida de todos os que participam no processo da economia nacional, como dos reformados e pensionistas, na medida em que também dependem do sucesso económico do país, faz directamente parte da *essência da economia de mercado social*. Simplesmente, interessa atender à proporção dos aumentos, ao ritmo do incremento social. Se os salários e ordenados brutos de todos os que trabalham aumentou 20% durante os anos de 1960 e 1961, ao passo que a produtividade global da indústria, durante esse tempo, aumentou apenas 10%; se em três anos – incluindo o corrente – elevámos num terço os salários globais de muitos sectores industriais, ao passo que a produtividade, nesse mesmo espaço de tempo, teve, quando muito, um incremento de 14% a 15%, então não é preciso ter uma formação económica especial para perceber que isto não

pode deixar de ter consequências perniciosas noutros ramos, especialmente no que diz respeito à estabilidade dos preços. Certamente que é de louvar o facto de o trabalhador e o empregado alemães – como membros duma economia nacional muito produtiva – serem dos grupos mais importantes da Comunidade Económica Europeia, também no que respeita à sua posição social, o que assinala sem dúvida o êxito da nossa política económica. Causa, todavia, sérias apreensões a rapidez com que ele se processa e – o que é ainda mais grave – como aumenta velozmente a distância que separa o trabalhador e o empregado alemães dos seus colegas dos Estados vizinhos.

Desde 1959 que o trabalhador industrial alemão é o mais bem pago da *E. W. G.*³⁰ Segundo as estatísticas do interessante relatório anual do Banco Federal Alemão relativo a 1961, os salários das indústrias de manufactura nos anos de 1959, 1960 e 1961 aumentaram na Alemanha 23%, em França 14%, na Itália 11%, em Inglaterra 9%, na Bélgica 7% e nos Estados Unidos apenas 6%. Segundo outras estatísticas, também do Banco Federal Alemão, a diferença dos custos da produção entre a Alemanha e a França é actualmente de 16%, em relação à Bélgica 17%, à Holanda 29% e à Itália 30%. Quem não estiver ainda convencido dos perigos que o ritmo – como atrás lhe chamámos – desta evolução baseada em princípios pouco saudáveis pode acarretar, leia as estatísticas relativas ao custo dos salários por unidade de produção, igualmente publicadas pelo Banco Federal Alemão. Por estas se pode verificar que as despesas de salário por unidade de produção na indústria de manufactura, no período de três anos decorrente de 1959 e 1961, aumentaram na Alemanha 11%, na França 7% e na Grã-Bretanha 3%, ao passo que em Itália e nos Estados Unidos até baixaram ligeiramente, tendo essa baixa atingido 3% neste último país. Estas discrepâncias têm forçosamente de afectar directamente a capacidade de concorrência da economia alemã, e, se atendermos ao nosso elevado volume de exportações anuais, que vai além de 50 milhares de milhões de DM, elas têm uma importância fundamental para o nosso âmbito geral de actividades económicas.

Se ainda há alguém que não se sinta impressionado por estes dados, observe as alterações económicas dos últimos tempos e terá de constatar que o saldo positivo das exportações do primeiro trimestre de 1962 foi de 1,5 milhares de milhões de dólares contra 2,6 milhares de milhões no mesmo espaço de tempo de 1961.

Neste curto período, as nossas importações de artigos manufacturados aumentaram 20%. Quem, em face destes dados, continuar a considerar sensata ou mesmo moderada a evolução de salários e ordenados atrás indicada, é porque ao «milagre económico alemão» quer fazer seguir *uma magia alemã*. A gravidade deste problema e a importância que ele tem

³⁰ *Europäische Wirtschaftsgemeinschaft* – Comunidade Económica Europeia (N. T.).

para todos os que vivem na Alemanha prova-se pela evolução dos preços em princípios de 1962. A nenhum habitante da República Federal devia ser indiferente o facto de, no primeiro trimestre de 1962, o índice do custo de vida ser quase 4% mais elevado do que no primeiro trimestre de 1961, de os preços do comércio a retalho terem sofrido igualmente um aumento de 4% e de em cada um dos sectores dos produtos industriais em particular – para além dum aumento geral de cerca de 1% – se verificarem aumentos de preços bastante apreciáveis. Assinalo aqui apenas o aumento do índice dos preços de fábrica da indústria de construção de máquinas, que foi de 4,5%, e do vestuário, que atingiu 3,5%.

Torna-se portanto necessário voltar ao caminho da razão. Não me pouparei a esforços para, dentro do âmbito da economia de mercado social, contribuir de todas as formas possíveis para assegurar a estabilidade dos preços. Esta tarefa, porém, não compete exclusivamente ao Governo. Nela devem colaborar, com atribuições pelo menos iguais, o Parlamento, os socialistas e todos aqueles que fazem reivindicações à nossa economia nacional.

Ao olhar para trás e ao tentar antever o que será o futuro próximo, reporto-me ao décimo quarto capítulo deste livro, intitulado «Estação: Europa». As opiniões de então continuam a ser a base dos múltiplos esforços *para conseguirmos a unidade da Europa*. Entretanto conseguiu-se que a integração consequente da colaboração económica europeia resultasse no amadurecimento do processo dum melhor entendimento político e a Comunidade Económica Europeia é actualmente uma força poderosa. Possibilitar-lhe o maior desenvolvimento previsto nos acordos de Roma e ampliá-la a todos os Estados da Europa livre – aqueles que desejem uma integração desse tipo – é uma das grandes tarefas que temos desde já à nossa frente. Atingimos uma fase evolutiva que me levou um ano inteiro a alcançar, mas que antes foi muitas vezes considerada utópica, e o prosseguimento sereno da colaboração com a França, no campo político e económico, com base na confiança, é um elemento decisivo da política europeia, e não só no interesse destes dois países. A unificação da Europa deve realizar-se, no interesse da liberdade e da autoafirmação desse continente. Mas para isso não podemos esquecer que a Inglaterra também faz parte da Europa. Qualquer outra ideia estará sempre em oposição com a realidade e significará um perigoso retorno às ideias políticas do século passado. Devíamos também ir ao encontro daqueles Estados que estão no caminho da *E. W. G.*, para com eles tornarmos a nossa comunidade ainda mais poderosa. Muitos são da opinião quase imbecil de que o alargamento do âmbito da *E. W. G.* prejudicaria a sua coesão. Eu defendo o ponto de vista oposto. Muitos conflitos e perturbações, que num âmbito limitado são inevitáveis, encontrarão um equilíbrio económico melhor no alargamento desse âmbito, e desse modo se caminhará indirectamente, mas duma forma inteiramente orgânica,

para um fortalecimento do poder político dessa comunidade. A República Federal Alemã envidará por isso todos os seus esforços para aplanar o caminho de acesso da Inglaterra à *E.W.G.*

Por mais una e forte que possa vir a ser esta Europa livre mais extensa, a sua missão universal e histórica só poderá ser inteiramente cumprida dentro duma estreita *aliança* política, militar e económica *com os Estados Unidos da América*. O mundo deve saber que nós, alemães, somos fiéis a essa aliança e continuaremos a cumprir fielmente os deveres por ela criados. Através de todo este livro deixei transparecer por várias vezes o quanto a Europa tem a agradecer à América. Mas não é apenas o sentimento de gratidão nem a tática política que nos levam a contribuir para que a aliança com os Estados Unidos se torne indestrutível e indissolúvel; é igualmente o sentido da razão e o conhecimento das necessidades históricas. A situação particular da República Federal e – não hesito em dizê-lo – de todos os alemães deste e do outro lado do muro exige uma coesão cada vez mais forte do mundo livre. Esse fortalecimento não se consegue por soluções bi ou tripartidas. O bilateralismo demonstrou ser prejudicial e inviável e não somente nas relações económicas dos países. Não devemos, pois, continuar a tomá-lo como modelo para os acordos políticos entre os povos, pois soluções desse tipo já não constituem resposta adequada aos urgentes problemas do nosso tempo.

Falámos aqui da necessidade duma ordem interna, da integração da República Federal numa Europa maior e da colaboração geral do Ocidente. Não queremos esquecer neste epílogo uma tarefa que se nos impõe levar a cabo, no presente e no futuro: o *auxílio aos países subdesenvolvidos*. Quando este livro foi escrito, esse problema ainda não tinha sido suficientemente considerado. Somente de então para cá se tornou extraordinariamente viva a sua discussão política e económica, quer na Alemanha, quer nos outros países, tendo a sua apreciação e valorização sofrido entretanto muitas alterações.

Independentemente, porém, da situação política actual, quero declarar que, agora como antes, o auxílio aos países subdesenvolvidos continua a ocupar um lugar preponderante na hierarquia das minhas preocupações. Para o mundo ocidental – e sob muitos aspectos muito mais ainda para nós, alemães – trata-se do cumprimento de um dever moral, duma séria exigência de carácter político e de natureza económica. O dever moral torna-se bem claro, se considerarmos que enquanto o rendimento anual por cabeça da população da República Federal é actualmente superior a 1000 dólares, no mundo mais de um milhar de milhões de pessoas dispõem apenas de um rendimento inferior a 100 dólares. Na Índia, por exemplo, o rendimento *per capita* dos cerca de 400 milhões de habitantes é de 65 dólares. Como é possível que alguém consciente dos seus deveres para com o Ocidente cristão considere que Deus quer uma tão grande diferença de bem-estar? A exigência política não é de menor

importância. Quem não terá o maior interesse em preocupar-se com a segurança e a pacificação duma maior parte do mundo?

Somente dessa maneira as nossas medidas de defesa militar terão o seu completo alcance. O Ocidente tem a missão verdadeiramente histórica de auxiliar todos aqueles países que designamos por «subdesenvolvidos» a libertarem-se da miséria e da necessidade, dentro do âmbito duma ordem económica e social baseada na liberdade. Dos resultados dessa missão dependerá se no mundo de amanhã dominarão as ideias e os princípios do Ocidente livre ou as do colectivismo de Leste. Quanto à exigência de carácter económico, direi, finalmente, que não devemos supor que será possível manter indefinidamente a actual vida cómoda e segura dos Estados altamente industriais se a diferença que existe entre o nosso nível de vida e o dos países subdesenvolvidos não diminuir, mas se tornar ainda maior.

Longe de mim pretender angariar fundos de subsídio só pelo prazer de os distribuir. Só se poderá, evidentemente, auxiliar a longo prazo aqueles que estão na disposição e na vontade *de se auxiliarem a si próprios*. Por isso, qualquer contribuição da nossa parte para auxiliar os povos subdesenvolvidos deve ser considerada como um auxílio ao esforço próprio. Especialmente no campo espiritual e moral, devíamos desenvolver uma atitude que nos permitisse falar com direito duma autêntica associação entre os países subdesenvolvidos e os Estados altamente industriais. Por isso, nas nossas relações comerciais, deveremos tomar também em consideração a possibilidade de negociarmos com os países subdesenvolvidos, tendo sempre presente que não será possível auxiliar eficazmente esses países sem uma entrega de capital a longo prazo.

Ultrapassaria o âmbito deste resumo entrar mais detalhadamente nas várias formas possíveis de auxílio aos países subdesenvolvidos. Abordarei aqui apenas dois aspectos do problema, por me parecerem especialmente importantes. Em primeiro lugar há que ter o cuidado de não pretender uniformizar todas as formas de auxílio, de não as querer reduzir todas ao mesmo padrão. Cada uma delas tem a sua missão própria, serve fins e situações especiais. Cada uma delas pode aplicar-se em bases mundiais, territoriais ou nacionais. Não se devem pôr limites à imaginação para resolver os problemas económicos, porque a verdade é que as formas tradicionais não chegarão para corresponder a esta tarefa poderosa. Temos, neste aspecto, de abrir novos caminhos. Em segundo lugar, ninguém julgue que o auxílio aos países subdesenvolvidos pode ser levado a cabo sem autênticos sacrifícios, sem uma renúncia considerável. Se não estivermos prontos a esses sacrifícios, nós ou mais tarde os nossos filhos terão de pagar muito caro esse grande pecado por omissão.

Quando atrás falei da difícil tarefa de assegurar um crescimento adequado da economia, um alto grau de emprego, a estabilidade dos preços de consumo e o equilíbrio económico

externo, nessa exposição enunciei já claramente os poderosos problemas que se encontram à nossa frente. É certo que a tarefa de dominar o problema da estabilidade dos preços é muito mais fácil enquanto não se tiver alcançado o pleno emprego. Por outro lado, o facto de estarmos muito perto da Cortina de Ferro e de podermos oferecer a todo aquele que quer trabalhar uma ocupação adequada e um bom salário é uma vantagem dum valor quase inimaginável, que basta para contrabalançar algumas dificuldades surgidas noutros campos. Evidentemente que estas aumentam ainda consideravelmente devido ao superemprego – como se lhe costuma chamar, não com muita lógica, mas acertadamente –, isto é, à grande procura de forças de trabalho não satisfeita, facto absolutamente característico da nossa situação económica, mesmo actualmente que a alta declina. Continua a ser muito grande a tentação de cada um não querer aceitar os limites que lhe são impostos, a si ou à classe a que pertence, pelo crescimento económico. Combater essa tentação por meio de medidas de influência psicológica constitui a *tarefa político-económica mais importante do presente* e também do futuro próximo. A continuar a existir essa tentação, não deixa de continuar a ser verdadeiro o velho provérbio: «Só um aldrabão dá mais do que tem».

No último capítulo da 7.^a edição de *Bem-Estar para Todos*, publicada em Agosto de 1960, já eu chamava a atenção para estes problemas. Nessa altura, como hoje, quero terminar este livro com a afirmação e ao mesmo tempo exortação de que todos aqueles que no seu comportamento não querem obedecer a esse provérbio primitivo põem em perigo a estabilidade e as possibilidades futuras da nossa economia, o que acabará por fazer perigar também a estabilidade da nossa moeda e a nossa estabilidade política. Esta exortação serve para todos: para o Governo como para os industriais, para o Parlamento como para os sindicatos, para os ministros como para a pessoa comum.

Aqui termino este capítulo final. Comecei-o falando do perigo que existe de se perder o sentido das hierarquias. Acabo-o na firme esperança de que todos os cidadãos, seja qual for a sua classe e o seu emprego, voltem de novo à moderação e ao discernimento.

INSTITUTO +LIBERDADE, 2023

info@maisliberdade.pt

NOTA

O conteúdo do presente documento pode ser partilhado e reproduzido para fins de uso pessoal, científico ou pedagógico, devendo obrigatoriamente incluir devida referência aos indivíduos nele mencionados e ao Instituto +Liberdade. Qualquer outra reprodução, nomeadamente para exploração comercial, republicação ou alteração, é estritamente proibida sem a permissão do Instituto +Liberdade e dos seus autores, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.

A menos que tal seja expressamente indicado, os pontos de vista dos autores do presente documento não são necessariamente, em toda a sua abrangência, os do Instituto +Liberdade.